TIMOR

PEQUENA MONOGRAFIA

AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR

LISBOA — 1970

T I M O R

PEQUENA MONOGRAFIA

AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR

LISBOA ★ MCMLXX

PORTUGAL CONSTITUI UMA COMUNIDADE PLURIRRACIAL BASEADA NA IGUALDADE DE TODOS OS CIDADÃOS PERANTE A LEI E NO RESPEITO PELOS VALORES CULTURAIS DE TODOS OS GRUPOS ÉTNICOS QUE A COMPÕEM

O Régulo D. Aleixo Corte-Real, de Ainaro

PÓRTICO

Esta pequena monografia da província de Timor condensa nas suas páginas o fruto de uma longa experiência de evolução, com adequada expressão legal, aberta ao porvir, sem traição ao passado, num agregado geográfico e histórico, cuja unidade, como parte integrante da Nação Portuguesa, resulta das tradições, das aspirações e dos interesses comuns que animam os sentimentos da vida colectiva.

A missão civilizadora de Portugal, ao serviço da pessoa humana, aumentando os meios espirituais e materiais necessários à dignidade do homem, demonstra que o Estado português se orienta para a realização da justiça e do direito, construindo a edificação social sobre a base da legalidade — apanágio da liberdade, como manifestação de vontade de ordem, de paz e de progresso.

O progresso humano dos timorenses inspira reflexão sobre a história geral da humanidade, exemplificada no ataque do Japão a Timor e na reacção patriótica de D. Aleixo Corte-Real que, lutando por amor

à Pátria, como chefe tradicional que era viu na civilização portuguesa uma lei, de desenvolvimento e de cultura social, capaz de realizar a relação constante e necessária de tudo que o espírito humano comporta de possibilidades.

SITUAÇÃO, SUPERFÍCIE E LIMITES

A ilha de Timor é a maior das pequenas ilhas de Sonda e situa-se entre a Indonésia e a Austrália. Alonga-se no sentido SO-NE, entre 8° 17′ e 10° 22′ de latitude sul e 123° 25′ e 127° 19′ de longitude leste de Greenwich. Mede cerca de 470 quilómetros de comprimento e 100 de largura máxima, sendo a área total de 32 300 quilómetros quadrados.

Está dividida entre Portugal e a República da Indonésia, sendo banhada a sul pelo mar de Timor, que a separa da Austrália, a noroeste pelo mar de Savu, que a separa das ilhas de Sumba, Flores e Solor, e a norte pelo mar de Wetar, separando-a da ilha do mesmo nome.

Em linha recta, a cidade de Díli dista cerca de 430 quilómetros de Darwin, 2400 de Singapura, 3200 de Macau e 11 500 de Lourenço Marques.

A província portuguesa de Timor abrange a parte oriental da ilha de Timor, o território de Oé-Cussi Ambeno, situado na costa norte da parte ocidental, a ilha de Ataúro, a 23 quilómetros ao

norte de Díli, e o ilhéu Jaco, na ponta leste da ilha de Timor.

A parte principal da província mede 17 900 quilómetros quadrados, o território de Oé-Cussi 850, a ilha de Ataúro 144 e o ilhéu Jaco 5, totalizando 18 899 quilómetros quadrados de superfície.

O máximo comprimento medido em território português (eixo OSO-ENE) é de 270 quilómetros, e a máxima largura de 75 quilómetros. As fronteiras terrestres têm 202 quilómetros e o desenvolvimento da costa 638.

Os limites terrestres da província foram estabelecidos pelo acordo de 20 de Abril de 1859, a que se seguiu o convénio de 10 de Junho de 1893, que suprimiu alguns enclaves.

Pela Convenção Luso-Holandesa de Haia, de 1 de Outubro de 1904, foi a rectificação legalizada.

Tendo, porém, surgido dúvidas quanto à delimitação do enclave de Oé-Cussi, foi o assunto sujeito à arbitragem suíça, que se pronunciou pela sentença arbitral de 25 de Julho de 1914.

Desde essa data as fronteiras da província de Timor são as que actualmente ainda vigoram.

Verifica-se que, tanto a linha fronteiriça que divide a ilha em duas partes principais, como a que delimita o enclave de Oé-Cussi, são bastante irregulares nos seus traçados.

A primeira, de norte para sul, é marcada por uma série de ribeiras, começando na costa norte

pela Mota Bicu, seguindo-se, como marcos, os acidentes geográficos determinados por vertentes de montes e leitos de muitas outras ribeiras; termina, na costa sul, com a embocadura Mota Talas, da ribeira de Massin.

A segunda, de Oé-Cussi, iniciando-se com a foz da ribeira Noel Bési, depois de ser marcada por numerosos montes e cursos de água, vem a terminar seguindo a ribeira Noel Meto até ao mar.

RELEVO E HIDROGRAFIA

Timor é uma ilha de formação relativamente recente, onde a erosão não completou ainda a sua acção niveladora.

É, por isso, muito acidentada, encontrando-se os picos mais altos na parte ocidental do território português, onde se verifica a existência de um dorso central orientado para leste. Desta crista, que serve de linha de separação das águas e onde nascem quase todas as ribeiras de Timor, que correm para norte ou para sul, partem muitas ramificações, que, na costa norte, se prolongam por vezes até ao mar, como é o caso da ponta de Fatu-Cama.

Na costa sul os contrafortes desta cadeia central esbatem-se longe do mar, o que permite a existência de uma larga faixa litoral plana, constituída por formações aluviais contínuas.

Para leste o relevo adoça-se e os picos montanhosos tornam-se menos frequentes, cedendo o lugar a formações planálticas, das quais, por vezes, emergem elevações de vertentes escarpadas, tais como o Maté-Bian, o Mundo Perdido, etc., que constituem o tipo de relevo chamado «fatu».

A cordilheira do Ramelau ocupa quase totalmente a região oriental, sendo o seu pico mais elevado o Tata Mai Lau, de 2960 metros de altitude.

O monte Caterai, de 2100 metros de altitude, separa Atsabe de Lete Foho, e entre Atsabe e Ainaro domina o Darulau, com 2320 metros.

Na direcção de Same encontra-se o monte Cablac, com 2180 metros. Bobonaro está rodeada, por sua vez, ao norte e noroeste pelos montes Qúolo, de 1800 metros, e Cailaco, de 1916 metros.

Além destes, existem nesta região vários outros picos cuja altitude se aproxima de 2000 metros.

Na parte oriental da ilha encontra-se o maciço, já referido, do Maté-Bian, em que se destacam os picos de Boicau, com 2315 metros, e do Mundo Perdido, com 1763.

Dos planaltos, os mais importantes são os de Fuiloro, na parte leste da ilha, e o de Baucau, qualquer deles com uma altitude média de 500 a 600 metros.

Quase todo o litoral da costa sul forma uma extensa e larga planície. Mas é principalmente entre Betano e Viqueque que a planície atinge pro-

porções notáveis: formam-se as faixas planas de Alas, de Quirás, de Luca e de Bibiluto. Depois, a planície litoral estreita bastante, mas ainda são notáveis as baixas do Suai, de Rai Mean, de Betano e de Loré.

Na costa norte, e de oeste para leste, as principais planícies são a de Batugadé, a da ribeira de Lóis, a de Metinaro, a de Manatuto e a do Com.

A capital da província, Díli, está também situada numa planície.

O território de Oé-Cussi é também acidentado mas não apresenta as altitudes da parte ocidental do território principal da província. Nota-se o monte Soli, com 1110 metros, a sudeste de Pante Macassar.

A ilha de Ataúro, para a sua pequena extensão, é muito montanhosa, especialmente na sua parte sul, onde se ergue o pico Toro, de mais de mil metros de altitude.

Em Timor não há rios, mas ribeiras que, como as da maior parte das ilhas com pequena superfície e grande relevo, situadas na zona intertropical, desaparecem totalmente ou quase, na estação seca, e formam torrentes quando vem a época das chuvas. Então, grandes enxurradas, descendo das montanhas, enchem os leitos, criando correntes impetuosas. No entanto, é normal que as águas desçam a curto prazo até um nível reduzido.

Os cursos de água de Timor correm, na sua maioria, para o norte ou para o sul, devido à orientação da cordilheira central, onde quase todos nascem, não sendo navegáveis nem mesmo perto da sua foz.

A principal bacia hidrográfica é a da ribeira de Lóis, que desagua a 20 quilómetros a sudoeste de Maubara, e que é resultante da reunião de três outras: a Bé-Bai, que nasce em território indonésio, a Marôbo, cuja origem fica próximo de Bobonaro, e a Lau-Ili, continuada pela ribeira de Gleno, que nasce entre Ermera e Aileu, ao norte de Lete-Foho.

A ribeira mais extensa é, contudo, a de Lacló-Norte, com quase 80 quilómetros, e que desagua em Manatuto.

Estas duas ribeiras, situadas na costa norte, têm curso permanente.

Com carácter temporário encontram-se, também na zona norte e de oeste para leste, a Comoro, a Laleia, a Vemasse, a Seissal, a Laivai, a Malai-Lada, etc.

Na costa sul as ribeiras permanentes são a Tafara, a Bé-Lulic, a Carau-Úlun, a Sui, a Lacló-Sul e a Clér. As temporárias incluem a Sahe, a Dilor, a Cúac, a Bé-Ve, a Irabere, a Lio-Ulo, a Chino, etc.

No território de Oé-Cussi, a ribeira principal é Nuno-Eno, que vai desaguar a oeste de Pante Macassar.

Na ilha de Timor não se encontram pròpriamente lagos, mas sim algumas lagoas, das quais a mais importante é a de Surobec, na ponta leste da ilha. Indicam-se ainda a lagoa de Maubara e, a oeste de Díli, a de Tíbar.

Formam-se, por vezes, pântanos na foz de algumas ribeiras da costa sul, mas também a costa norte é propícia à sua existência.

Durante a época das chuvas surgem inúmeras cascatas, que desaparecem na época seca. Há, no entanto, algumas permanentes, como a queda de água Bandeira, na estrada Ermera-Bobonaro.

CLIMA

Com uma temperatura média anual superior a 21 graus centígrados, Timor pode incluir-se nas zonas de climas quentes do tipo intertropical, com monções.

No entanto, o clima é muito variável de região para região. No litoral é quente e húmido, não se registando temperaturas muito altas e oscilando as médias dos mínimos e dos máximos entre os 19 e os 31 graus.

Na zona central o clima é mais frio e chega mesmo a sê-lo bastante nas regiões de alta montanha, como, por exemplo, Maubisse e Hato-Builico, onde se registam temperaturas mínimas da ordem

dos 4 graus. Nesta zona, as médias dos mínimos e dos máximos são de 17 e 29 graus.

As temperaturas médias mensais mais elevadas verificam-se nos meses de Novembro a Janeiro, e as mais baixas nos meses de Julho e Agosto.

A humidade relativa é elevada durante todo o ano e oscila entre 70 e 90 %.

Os factores particulares inerentes à ilha de Timor fazem com que a uniformidade normal da pluviosidade da região onde se situa seja alterada.

A norte da cordilheira central há só uma época de chuvas, que vai de Outubro a Maio. A sul desta cordilheira há duas épocas de chuvas: uma de Dezembro a fins de Março e outra de Maio até fins de Julho ou meados de Agosto.

A precipitação anual apresenta valores muito díspares, oscilando entre os 500 e os 3000 mm anuais.

A nebulosidade média é maior de Novembro a Maio e, em cada dia, após o meio-dia.

No que respeita aos ventos, Timor está situada numa região sujeita à influência das monções asiática e australiana. De Dezembro a Fevereiro a primeira sopra de noroeste para sueste; de Abril a Outubro sopra a monção australiana, de sueste para noroeste.

A informação do Serviço Meteorológico Nacional, quanto ao clima de Timor, é a seguinte:

O clima de Timor corresponde ao de uma região situada na zona intertropical de depressões que, por ser uma zona de convergência do ar, é também designada por zona intertropical de convergência, com as alterações devidas à acção dos factores regionais e locais do clima. Destes destacam-se: o deslocamento periódico da zona intertropical de convergência para norte ou para sul, conforme é Verão no hemisfério norte ou no hemisfério sul; a proximidade do mar, regularizador da temperatura; a altitude, que faz baixar a temperatura do ar e aumentar a quantidade de precipitação no local considerado; e a exposição aos ventos dominantes.

No que respeita à temperatura do ar, o clima de Timor é quente nos locais de altitude inferior a 1200 metros, com valor médio no ano acima de 20 graus centígrados; temperado nos locais de altitude superior a 1200 metros, com valor médio no ano compreendido entre 10 e 20 graus; e oceânico em todos os locais, por ser a amplitude média da variação anual inferior a 10 graus.

Os valores médios diminuem com a altitude mas, para a mesma altitude, são em regra mais baixos na vertente sul do que na vertente norte da ilha. Os valores médios no mês variam com regularidade durante o ano, sendo os valores mais altos nos meses de Novembro a Janeiro em quase todos os locais, e os valores mais baixos em Julho e

Agosto (Setembro, em Oé-Cussi e Manatuto). A estação quente corresponde assim ao solstício de Dezembro e a estação fresca corresponde ao solstício de Junho.

A temperatura média do ar é igual ou superior a 18 graus em todos os meses, excepto em Hato-Builico, onde é inferior em todos os meses do ano, e em Maubisse, onde é inferior de Junho a Agosto; tem valores desde 13,4 até 26,9 graus no mês mais frio, sendo superior a 22 graus em todos os locais, excepto Ainaro, com 809 metros de altitude, Fazenda Algarve, com 918 metros de altitude, e Fatu-Bessi, Ermera, Hato-Builico, Laclubar e Maubisse, a mais de 1000 metros de altitude.

No que respeita à quantidade de precipitação, o clima de Timor é moderadamente chuvoso (valor médio no ano compreendido entre 500 e 1000 mm) no litoral norte da província; chuvoso (valor médio no ano compreendido entre 1000 e 2000 mm) no litoral sul e em alguns locais de altitude média da vertente norte; excessivamente chuvoso (valor médio no ano superior a 2000 mm) nos locais altos da região central e da vertente meridional da ilha.

Os valores médios da quantidade de precipitação no ano aumentam com a altitude e, para a mesma altitude, são, em regra, maiores na vertente sul do que na vertente norte da ilha. Em Raimera, a 723 metros de altitude, é de 2791 mm (maior valor); em Loré, a 5 metros, na vertente sul, é de

1599 mm; e em Manatuto, 4 metros, na vertente norte, é 565 mm (menor valor).

As médias mensais têm os maiores valores em Janeiro ou Fevereiro, com um máximo secundário em Maio em alguns locais da vertente sul, e os menores valores em Agosto ou Setembro, em regra. A estação das chuvas coincide assim com a estação quente do ano.

Os meses menos chuvosos são os do semestre de Junho a Novembro (Maio a Outubro em alguns locais) e correspondem-lhes em média 18 % da quantidade de precipitação no ano. A quantidade de precipitação no mês menos chuvoso é muito inferior a um terço da quantidade no mês mais chuvoso.

O rumo do vento de maior frequência no ano é sueste, que predomina desde Abril até Outubro; de Dezembro a Fevereiro predominam ventos do quadrante oeste, e os meses de Março e Novembro são meses de transição.

A velocidade média do vento tem os maiores valores em Janeiro e no semestre de Junho a Novembro, e os menores valores de Novembro a Maio, com excepção de Janeiro e Março; os mínimos secundários existem de Março a Junho, em Agosto, Novembro e Dezembro. O máximo absoluto de velocidade do vento é em Tutuala (22,7 km/h, em Junho) e o mínimo absoluto é em Fazenda Algarve (0,7 km/h, em Novembro).

O território de Timor é eventualmente atingido por tufões, que ocorrem, em regra, entre Dezembro e Abril e, predominantemente, no trimestre de Janeiro a Março; o vento é muito forte, com rajadas que atingem 150 km/h, e de rumo que depende da posição do centro do tufão em relação a Timor; a chuva é também muito forte nessas ocasiões.

Reconhece-se que há trovoadas em todos os meses do ano nas regiões do litoral, e que nas regiões do interior não há trovoadas desde Junho até Setembro nos locais mais próximos da costa norte, nem em Agosto nos locais mais próximos da costa sul. A maior frequência de trovoadas corresponde aos meses de Novembro a Fevereiro, com predominância em Dezembro.

FLORA E FAUNA

Apesar de Timor ser uma ilha de vegetação abundante e de formações florestais bastante diversificadas não apresenta o aspecto luxuriante característico das grandes ilhas de Sonda. O clima, o relevo, o solo, determinaram fisionomias paisagísticas que, no decorrer dos tempos, se modificaram pela acção do homem.

Com efeito, em virtude do acentuado do relevo e da intensa acção erosiva na época chuvosa, acção acentuada pelo fogo e pela derruba, os solos, com

excepção dos de planície, são delgados e esqueléticos e, por isso, a vegetação é predominantemente arbustiva, uma vez destruídos os povoamentos arbóreos que, originàriamente, neles se mantinham.

Encontram-se regiões de florestas na ponta leste da ilha e na costa sul, aliás muito mais exuberantes que as da parte oeste e da costa norte, o que, além de efeito do clima, é consequência evidente de ocupação humana.

Os principais tipos de floresta primária são o mangal, a floresta do litoral, a floresta primária mista e a das zonas montanhosas.

O mangal é característico do litoral marítimo e emerge das próprias águas salgadas ou salobras. Quase todas as suas espécies, ainda que de famílias sem relações aproximadas, apresentam as mesmas faculdades de adaptação ao meio, e distribuem-se regularmente em linhas paralelas ao litoral. São vulgares *Rhyzophora conjugata, Bruguiera* spp, *Avicennia marina, Sonneratia* alba, etc.

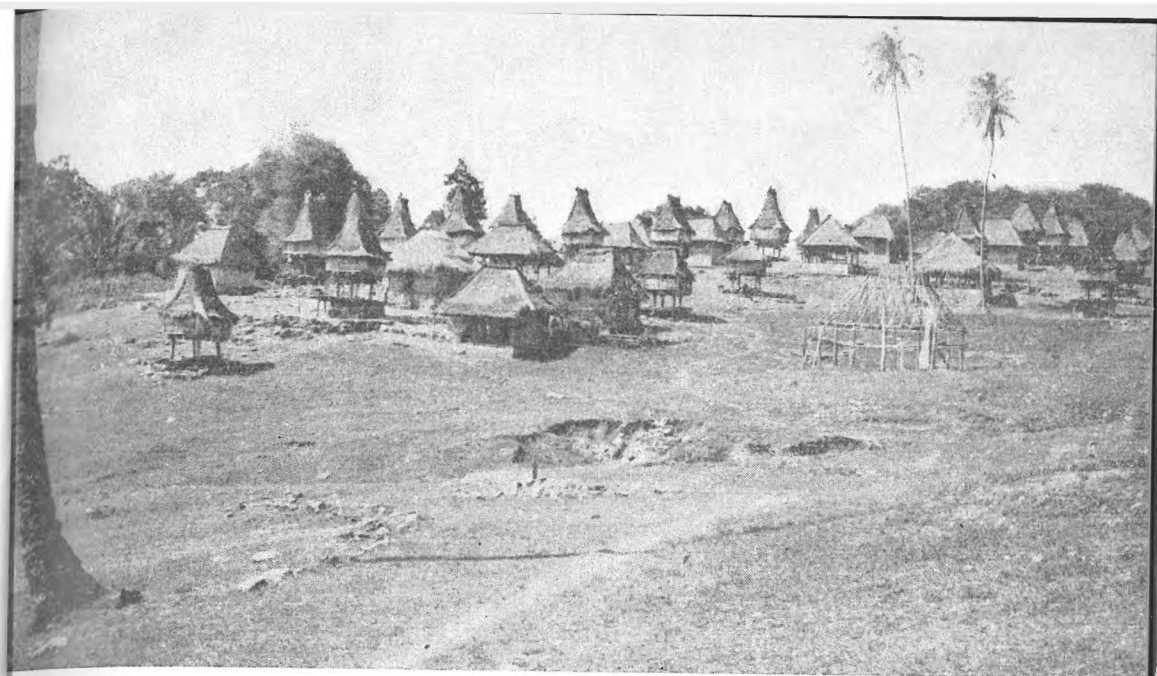
A floresta do litoral dispõe-se numa estreita faixa junto do mar e compreende uma flora geralmente pobre em géneros e em espécies. Mas na costa sul, mais pluviosa, estas formações mostram-se abundantes, sendo as espécies predominantes *Calophyllum Inophyllum,* a *Hernandia peltata,* a *Barringtonia asiatica,* etc., além da *Casuarina, Pandanus tectorius, Corypha utan, Borassus flabellifer,*

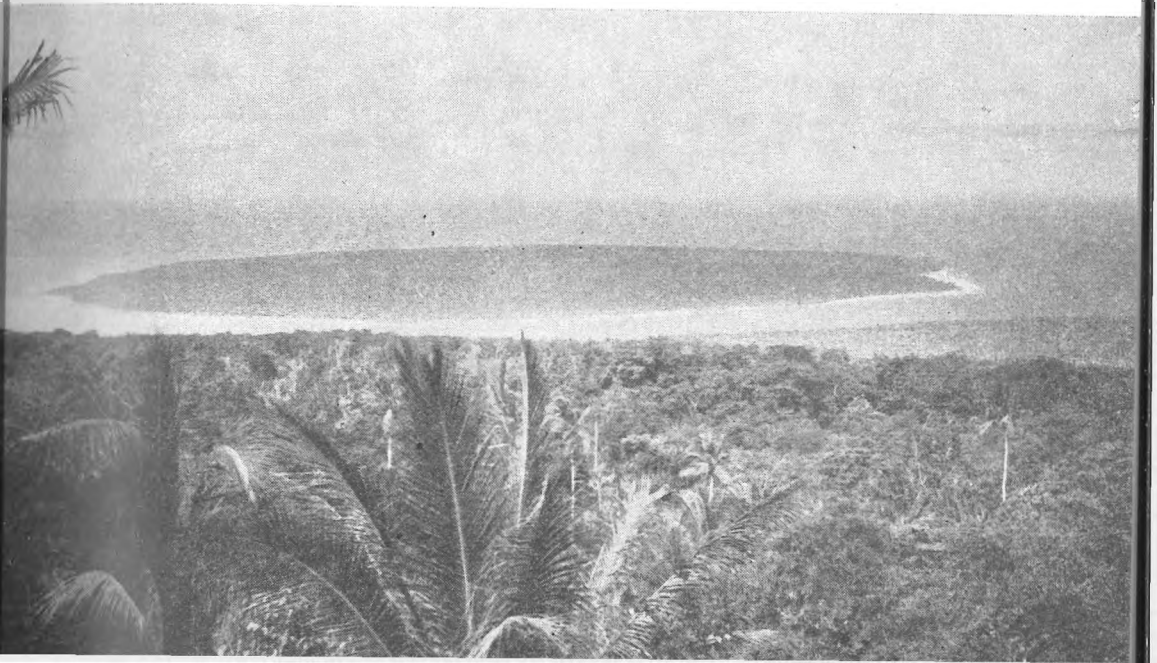
etc. Por vezes vão surgindo as plantações de *Cocos nucifera.*

A floresta primária mista apresenta as suas formações características na zona leste da ilha (Loré, Muapitine) e Mahubo, onde é cerrada, com cobertura espessa e orlas fechadas por cipós entrelaçados, tornando-se quase impenetrável nas regiões baixas. As espécies dominantes são dos géneros *Eugenia, Intsia, Elaeocarpus, Dysoxylum, Ficus, Sarcocephalus,* etc.

Nas zonas médias as árvores espacejam-se mais, notando-se a ausência de trepadeiras, epífitas e musgos. Há vastas manchas de *Eucalyptus* n. sp. (palavão preto). Em muitas regiões da costa norte encontram-se bosques de arbustos e árvores de pequena estatura (géneros *Acacia, Vitex, Wrigthia,* etc.) e parques arbóreos de *Tamarindus indica* e de *Zizyphus mauritiana,* sendo dominantes em quaisquer das associações *Pterocarpus indicus* e *Schleichen oleosa.*

Na floresta de montanha aparecem, além do *Podocarpus imbricata,* palavrão preto *Casuarina Junghuniana,* etc. À medida que se sobe as formações florestais aparecem isoladas e vão rareando, ao passo que aumentam os musgos, líquenes, orquídeas, e, mais acima ainda, as silvas (*Rubus rosifolius*), ranúnculos (*Ranunculus* sp.), uveiras (*Vaccinium timorensis*), etc.

A floresta secundária, testemunha da acção do homem, cobre quase todo o território, assumindo

Povoação da ponta leste da ilha

Ilhéu de Jaco — Vista do miradoiro da Tetuala

A caça ao jacaré

três aspectos essenciais: formações densas de arbustos, pequenas árvores e trepadeiras, rodeando bosques de floresta primária; ou tufos de bambus misturados com casuarinas e eucaliptos (*Eucaliptus alba* — palavrão branco) muito numerosos, e finalmente savanas e pastagens, também secundárias em especial na região leste.

A fauna de Timor, como a de todas as ilhas oceânicas, é relativamente pobre em espécies, estando ausentes os grandes mamíferos asiáticos e as espécies mais características da Austrália.

No armentio encontram-se búfalos, bois, cavalos, porcos, carneiros e cabras, assim como grande variedade de aves domésticas.

Nas espécies cinegéticas há veados *(Cervus peronnii)* e porcos selvagens *(Babirussa alfurus)*.

Nas florestas e planícies são frequentes o macaco *(Macacus cynomolgus)*, o laco *(Paradoxurus musanga)* e a mêda *(Phalanger orientalis)*, uma espécie marsupial que marca a transição para a fauna australiana; aponta-se ainda o morcego *(Pteropus edulis)*.

Entre as aves notam-se as catatuas, o lorico, a cacoa, as rolas e pombos, os patos bravos e as galinhas bravas, além da coruja.

Há pouca variedade de cobras, das quais devem destacar-se a venenosa cobra verde *(Trimesurus)* e a imponente jibóia *(Pithon reticulatus)*.

O toqué *(Platydactilus gottutus)*, emblema faunístico de Timor, é um lagarto que vive nas paredes das casas, ou nos troncos das árvores, de onde solta os seus gritos característicos de que o seu nome é fiel onomatopeia.

Nas grandes ribeiras e coilões encontram-se perigosos crocodilos.

No mar há abundância de peixe e o indesejável tubarão. Nas ribeiras, desde a nascente à foz, são de destacar os camarões, as enguias e as sanguessugas.

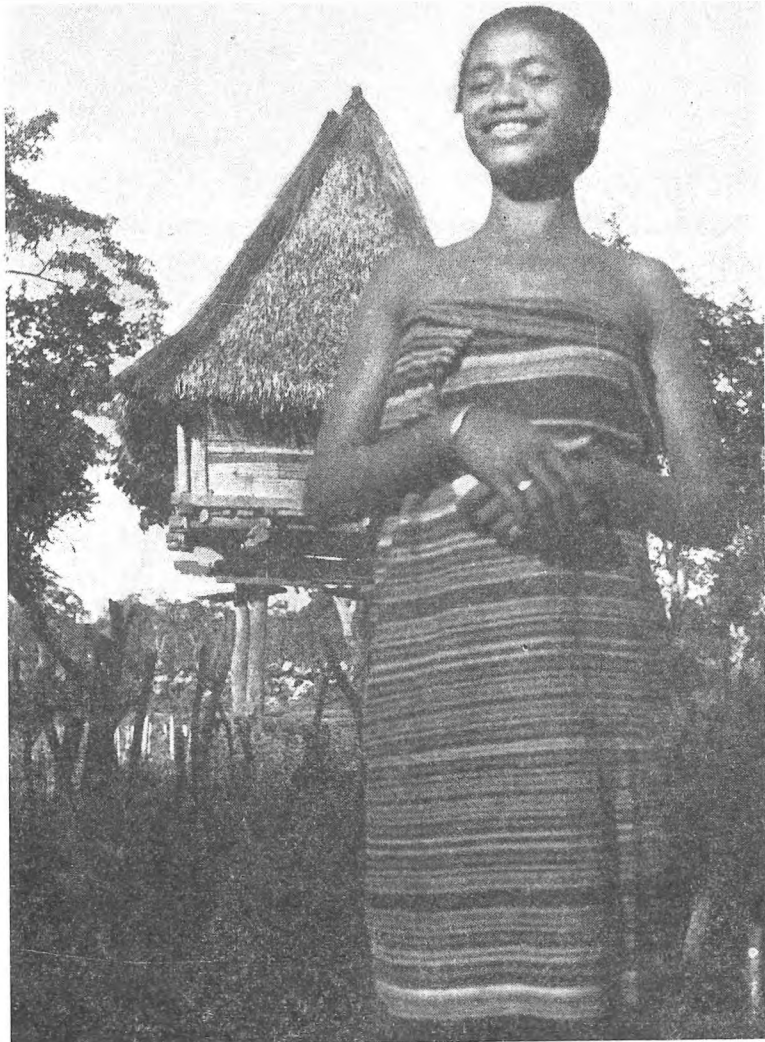
São numerosos os insectos, incluindo o mosquito anófele. A mencionar a imensa legião das borboletas, os pirilampos, que dão uma fosforescência estranha a certas árvores, e as abelhas, que existem em grande quantidade no estado bravio.

Não se esquecem também os escorpiões e a venenosa aranha vermelha.

No litoral são notáveis os corais, que apresentam por vezes cores maravilhosas.

POPULAÇÃO E ETNOGRAFIA

POPULAÇÃO

Os dados estatísticos referentes à população de Timor compreendem os fornecidos pelos apuramentos administrativos e os apresentados pelos censos gerais de população.

Rapariga timorense do grupo étnico Fataluco ou Dagadá

Tendo-se perdido os elementos do censo de 1940 durante a ocupação nipónica, resulta que, para dar uma ideia da evolução quantitativa e qualitativa da população da província, se tem de recorrer aos apuramentos administrativos de 1930 e 1946, indo mesmo até 1920, antes de se incluírem os resultados dos censos de 1950, 1960 e 1965, embora este último esteja sujeito a rectificações.

Anos	Homens	Mulheres	Total
1920	215 916	181 959	397 875
1930	249 257	222 964	472 221
1946	217 354	185 878	403 232
1950	232 018	210 360	442 378
1960	267 783	249 293	517 079
1965	291 327	264 396	555 723

A densidade média de habitantes por quilómetro quadrado é de 29,40.

Pelos números acima apresentados notam-se os resultados da situação anormal que a província passou de 1942 a 1945, com a ocupação japonesa; a população total baixou consideràvelmente.

Por outro lado, evidencia-se a diferença entre o número de indivíduos do sexo masculino e o do sexo feminino: há mais homens do que mulheres.

A variação média anual apurada no decénio de 1950-1960 representa um ritmo de crescimento bastante rápido, superior a 1,7 %, ainda que não atinja

nível fora dos limites normais em população deste tipo (no Sudoeste Asiático é de 2.1 %). É, porém. de admitir a possibilidade de aceleração deste ritmo. como reflexo de uma melhoria dos padrões alimentares e sanitários da sua população.

Estudos sobre a provável evolução da população de Timor. dão-nos os seguintes valores para 1970 e 1973:

Anos	Homens	Mulheres	Total
1970	316 000	316 700	632 700
1973	335 400	336 200	671 600

Segundo o censo de 1965 a população distribui-se pelos concelhos e circunscrição da seguinte forma:

			Homens	Mulheres	Total
Concelho	de	Díli	27 923	24 781	52 704
»	»	Baucau	39 489	35 302	74 791
»	»	Bobonaro	32 575	29 181	61 756
»	»	Cova Lima ...	18 597	17 360	35 957
»	»	Ermera	32 793	29 108	61 901
»	»	Lautém	18 145	17 428	35 573
»	»	Manatuto	21 199	19 632	40 831
»	»	Liquiçá	21 822	22 075	43 897
»	»	Suro	36 276	31 541	67 817
»	»	Viqueque	30 001	26 742	56 743
Circunscrição	»	Oé-Cussi	12 487	11 266	23 753

As povoações mais populosas, incluindo sedes de concelhos ou de circunscrição e outros aglomerados, segundo o censo de 1960, eram as seguintes:

Sedes:

Díli	10 753	habitantes
Manatuto	1 768	»
Vila Salazar	1 598	»
Bobonaro	915	»
Same	634	»
Ermera	385	»
Pante Macassar	339	»
Lospalos	326	»
Viqueque	240	»

Outros aglomerados:

Aileu	312	»
Ainaro	310	»
Liquiçá	256	»
Maubara	234	»
Maubisse	222	»

GRUPOS ÉTNICOS

«Costumes, crenças, modos de vida e técnicas, veiculados por falares de raízes diferentes, sublinham a diversidade de tipos humanos encontrados e dão notícia das múltiplas culturas que, no decorrer

de milhares de anos, se foram sobrepondo e assimilando.

Do continente asiático, berço de civilizações, partiram em tempos remotos quase todos os antepassados da actual população timorense. Uns após outros, grupos étnicos distintos arribaram às praias, treparam os montes e mesclaram costumes e sangues em grau que, apesar de tudo, ainda hoje não conseguiu desvanecer as características dominantes da raça original.

Os tipos negróides, afins dos melanésios e papuas da Nova Guiné, ombreiam, ainda que em menor número, com os malaios de cor acobreada e de cabelos lisos que ora se aproximam do tipo do europeu meridional, ora denunciam, nos olhos obliquados, a sua origem mongólica.

Vestígios de povos mais antigos anunciam-se não apenas pela presença humana, como é o caso dos vedo-australóides oriundos da Índia, mas pelo encontro de artefactos de pedra lascada de tipo anterior a qualquer outro usado outrora pelos grupos acima nomeados, porventura fabricados por artífices autóctones.

Portugueses metropolitanos e africanos de Angola e Moçambique, chineses, etc., vieram enriquecer o variado e assaz complexo caleidoscópio das etnias timorenses.» Timor afirma assim eloquentemente que Portugal é bem uma Nação multirracial.

LÍNGUA

Na província, além do português, falam-se várias línguas e dialectos, sendo a mais espalhada o tétum, corrente na costa norte, em Batugadé, Cová, Balibó e estendendo-se para além das fronteiras na direcção de Atapupo; na costa sul, onde é mais fino e sonoro, fala-se em toda a extensão da orla marítima, desde Bé-Hale (em território indonésio) até à grande ribeira Bé-Lulic, incluindo Fatu-Mean, Fohorém, Suai, Cassabauc, Camenassa, Rai Mean, Alas, Barique, Laclubar, parte de Lacluta e Luca.

As outras línguas e dialectos mais conhecidas são o Quemac, o Búnac, o Tocodé, o Mambai, o Galole, o Lacalei, o Macassae, o Uai-Maha, o Midique, o Nauéte, o Naumeque, o Fatabico, o Socolori, o Sahane, o Idaté e o Cairui.

O uso da língua portuguesa constitui o mais importante traço de união entre os vários grupos étnicos de Timor, conduzindo-os progressivamente a uma mais perfeita integração na comunidade lusíada.

VESTUÁRIO

— *Vestuário tradicional masculino:*

Os chefes usam na cabeça um turbante. Nele prendem um penacho feito de penas de galo de com-

bate. Colocam uma meia lua de oiro com as pontas para cima, na parte da frente do turbante.

Muito frequentemente andam de peito nu. Algumas vezes usam um pano em diagonal, cobrindo o tronco, de tecido igual ao que cobre a parte inferior do corpo.

Usam um saiote, atado na cintura, dum tecido que tem o nome de «tais», com uma faixa larga, normalmente branca.

Nos braços colocam manilhas, braceletes e pulseiras. Ao pescoço penduram colares de pequenas pedras brancas ou rosadas, chamadas «mutissala». Adornam-se, igualmente, com cordões e correntes de oiro e prata, e de largas rodelas, dos mesmos metais. Todos estes adornos são muito estimados, pois são transmitidos por sucessão ao longo dos séculos.

Nos tornozelos colocam uns guisos, atados a barbas de bode, que prendem sobre os pés nus.

Os homens do povo andam de cabeça descoberta, põem um lenço ou usam um chapéu de palha. Muito frequentemente colocam uma pena de galo, que é o animal mais estimado pelos timorenses.

Andam, normalmente, de tronco nu e usam um pequeno saiote de «tais» ou de «lipa».

Os homens mais idosos usam, normalmente, um saiote mais longo, muitas vezes até aos pés.

Um régulo de Ainaro com sua Esposa

Dança da cobra do Suai

O saiote, que é a peça principal do seu vestuário, pode ser de duas qualidades de tecido: «tais» e «lipa».

O «tais» é o tecido feito em Timor, por processos artesanais. É de cores garridas e de bonitas combinações cromáticas.

A «lipa» é um tecido de algodão, normalmente de padrão quadriculado, importado de Singapura e hoje muito difundido, devido ao seu baixo custo.

O «tais» é sempre franjado nos seus extremos e nunca é cosido. É traçado e preso na cintura por uma faixa.

A «lipa» é cosida ao alto e fica como um saco aberto dos dois lados. Não tem qualquer feitio e as pregas que se lhe vêem, dependem da maneira como é atada à cintura.

— *Vestuário tradicional feminino:*

As mulheres usam um «tais», que as cobre desde a ponta superior dos seios até aos pés. Algumas vezes usam dois «tais», um no tronco e outro pendente da cintura, cobrindo o de cima parcialmente o de baixo.

O «tais» feminino também não é cosido e os seus diferentes feitios dependem da forma como é atado.

Também as mulheres usam coroas de prata, cordões de oiro ou prata e «mutissalas», sendo este último o adorno mais estimado e o mais caro.

No cabelo usam frequentemente ganchos e nos pulsos usam pulseiras e braceletes. Os pés, normalmente, são nus.

Nos dias festivos as mulheres ostentam os seus melhores fatos e os mais ricos ornamentos e trazem, debaixo do braço, um pequeno tambor, com que marcam o ritmo das danças.

Existe um outro tipo de vestuário, de origem malaia, bastante difundido, especialmente em Díli. Este é composto de uma blusa fechada com alfinetes, terminando à frente em dois bicos, que caem sobre a saia. Esta blusa é designada por «cabaia».

A saia é comprida, até aos pés, e o seu tecido é leve e vistoso, normalmente com flores, ramagens, etc. Esta saia não tem forma especial, pois os jeitos que toma dependem ùnicamente da maneira como a mesma é atada à cintura e é designada por «cambátique».

Algumas mulheres, em vez do «cambátique», usam o «tais» com a «cabaia».

(De «Elementos históricos, informativos e estatísticos da C. T. P. I. E. de Timor»)

ALIMENTAÇÃO

O milho é ainda hoje o principal alimento, sendo consumido em porções abundantíssimas, cozido e inteiro (batar-dam), assado em espigas ou pilado.

Desde longa data são os timorenses consumidores dos seguintes vegetais: arroz, bananas, cana doce, laranjas, limões, amêndoas e feijões. Também, devido à influência europeia, consomem outros produtos vegetais, como: alho, cebola, batata, soja, etc.

Hoje, igualmente cultivam e utilizam: mapira, amendoim, fore-mungo e mandioca.

Embora se não possa dizer que o coqueiro ocupa papel predominante na alimentação dos timorenses, é inegável a sua utilidade, visto que, além de lhe dar o fruto, de que se aproveita a água, o leite e a amêndoa, também lhe fornece a «sura», seiva obtida dos pedúnculos das inflorescências ou dos palmitos, além de servir ainda de material lenhoso e de elemento para a construção de casas.

Podem-se mencionar outras palmáceas, por exemplo, sagueiros e nipeiras, muito espinhosas e aparecendo em zonas alagadas e húmidas. Todas fornecem, tal como o coqueiro, vinho «arrak» ou «tua-acal», obtendo-se ainda, dos seus troncos esmagados, o sagu, cuja farinha ainda hoje é utilizada.

Quanto a tubérculos e rizomas, aponta-se o inhame, o «taro» e o açafrão.

Entre os vários frutos comestíveis, podem-se mencionar: *doces* — fruta-pão, jaca, manga, jambos de diferentes espécies, laranjas doces; *ácidas* — tamarindo e areca; *cucurbitáceas* — pepino, melão, abóbora e beringela. É ainda de considerar a pimenta comprida.

Os timorenses conhecem inúmeras plantas alimentícias de que comem as folhas e os rebentos. Assim, mencionam-se os rebentos de bambu, pândano e outras espécies de vegetais que recolhem das margens das ribeiras e com que preparam uma salada. Com maior frequência utilizam a «kakura», diversas variedades de cogumelos e tubérculos de «cincomassa».

As algas e outras plantas marinhas são igualmente usadas para fins de subsistência.

Na alimentação timorense aparecem também diversos produtos de origem animal, tais como: pássaros, alguns vermes, ratos, determinados lagartos, outros animais bravios e domésticos e peixe, salvaguardados os tabus regionais ou familiares.

Entre os animais domésticos são mais conhecidos o búfalo, o boi balinês, a cabra, o porco e a galinha. A carne de cavalo é muito apreciada, se bem que dela raramente se sirvam.

Apreciam o mel, que recolhem dos favos das abelhas selvagens.

O sal, embora não deva ser considerado como tempero largamente utilizado, desempenha, no entanto, papel importante na culinária.

O leite, o queijo e a manteiga, estão a entrar nos hábitos alimentares, embora a indústria caseira destes produtos tenha ainda muito pouco desenvolvimento.

A alimentação dos timorenses é frugal e simples no seu dia a dia, utilizando, principalmente, alimentos cozidos. A influência dos portugueses de outras paragens veio alterar os processos culinários e a própria alimentação originária, levando-a a uma maior condimentação, com o uso de «ai manas».

Nos dias festivos come-se «sassati», pastéis de bacalhau, frango de churrasco, caril luso-indiano, *chacuti* e *tchau-ming* chinês.

Aumenta o consumo do vinho de uva, conhecido por «água de Lisboa», que, contudo, não destrona a tradicional «tua-acal».

(De «Elementos históricos, informativos e estatísticos da C. T. P. I. E. de Timor»)

HABITAÇÃO

a) A casa tradicional de Timor:

No Timor português podemos distinguir dois tipos dominantes de casas. O primeiro é constituído por casas circulares com abertura cónica, havendo-as com beiral elíptico, descendo quase até ao chão; este tipo de casas encontra-se mais generalizado nas regiões montanhosas, frias e batidas pelo vento. O segundo tipo, com representação mais larga nas altitudes médias e nas planícies do sul e do leste, é constituído por habitações rectangulares e quadran-

gulares. com o telhado geralmente de quatro águas e, ocasionalmente. de três.

As casas de Lautém. que se inscrevem no segundo grupo. têm. às vezes. o pau de fileira a cerca de 15 metros de altura. enquanto nas de Viqueque. mais sobre compridas. atinge o máximo de 6 metros.

As paredes são feitas com diversos materiais. conforme a sua existência nas várias áreas. sendo mais frequentes: o bambu espalmado. a palapeira. o fafulo (espécie de cana) entrançado. as tábuas. etc.

A cobertura é de capim ou de folhas de palmeira de palapa. A junta das águas e o remate, revestem-se. às vezes. de gamuti, fibra negra retirada do tronco da palmeira e utilizada não sòmente para impermeabilizar como para ligar os vários travessões, prumos. larazes e remates da casa. Esta fibra tem as vantagens de não apodrecer fàcilmente e de não enferrujar como os pregos.

No remate da habitação existe, geralmente, um troço de madeira (kakuluk) artìsticamente trabalhado e com os mais variados motivos de diversos significados. Outrora, além de servirem de enfeites, representavam autênticos brasões, pois indicavam a origem, a importância social e a filiação mística da linhagem. Aves, toqués, proas de barcos ou pequenas embarcações e crescentes simulando chifres de búfalos, etc., evidenciam influências culturais que se perdem na poeira dos tempos e que hoje não se podem reconstituir com segurança

Casa do extremo leste da ilha — Tetuala

No Leste, entre os «Dagadá» mais abastados, as paredes de madeira são decoradas com desenhos cromatizados e geométricos e, tanto as traves como os cunhais e as mísulas, são trabalhados e esculpidos com primor. O remate ostenta autênticos rendilhados, feitos com conchas miúdas e com corais, tendo por função o enfeite e a melhor aderência do gamúti, que impermeabiliza o cume. É frequente, nas casas mais importantes, penderem umas conchas maiores de moluscos marinhos que, no passado, não podiam ser colocadas arbitràriamente, mas sim de acordo com o *status* dos chefes de família ou linhagem.

Os símbolos mais comuns das linhagens políticas consistiam em chifres de búfalo, situados nas extremidades do remate das casas, simbolizando o poder e a soberania.

As casas possuíam, tradicionalmente, apenas uma porta, tão baixa nas casas cónicas que quase se tinha de entrar de cócoras, e sem janelas, nas casas do primeiro tipo e com uma ou duas, nas casas do segundo.

Nalgumas zonas costeiras, como na costa sul e no Oé-Cussi, aparecem estores feitos de folhas de palmeira entrançadas, com a forma cordiforme, a substituírem o batente da porta.

As casas dos tipos tradicionais não possuem chaminés ou outros dispositivos para a saída do fumo.

Os alimentos são cozinhados no interior, sobre pavimento térreo, em camadas espessas, para cozinhar ou fazer fogueiras, sem perigo de incêndio.

Com excepção das casas de Lautém, de Viqueque e de Suai não existia pràticamente a compartimentação interior, havendo, quando muito, esteiras de fibras de folhas de palapeira entrançadas, suspensas de uma espécie de estrados, que geralmente substituem os tectos.

As casas servem simultâneamente de habitação, de celeiro ou de armazém de géneros alimentícios, de vestuário, de guarda de utensílios domésticos, de armas, etc.

O acesso ao interior da habitação fazia-se por uma escada de bambus entalhada ou de tábuas. Nas casas mais pobres entre os Dagadá, a escada, móvel, levava a um alçapão, aberto a um dos cantos do sobrado. Aquela, era retirada à noite, precavendo os seus habitantes contra os assaltantes e gatunos.

A tradição timorense regista ainda, junto das casas dos liurais e dos chefes dos sucos, a existência de casas comunais ou de cobertos destinados a reuniões. É nestas dependências que os homens conversam à noite, em que recebem os estranhos e em que se reúnem os conselhos, ingerindo-se tua-acal, à medida que se discutem os assuntos de interesse comunitário.

b) Influências europeias na habitação:

Os missionários que, devido à necessidade de terem grande mobilidade, não chegavam a fazer construções definitivas de modelo europeu, adaptaram-se, inicialmente, ao ambiente, construindo casas com os materiais locais, como palapa, bambu, capim, gamúti, etc., embora com piso térreo e assente, às vezes, sobre uma base de pedra solta armada. Nestas habitações era característico o telhado fortemente inclinado, e até certos tipos tradicionais de remate na cumieira. Apesar disso, é antigo o ensino, pelos missionários, do fabrico da cal, obtida por combustão em fornos improvisados com piras de lenha, de conchas de moluscos marítimos, nas regiões costeiras, e fragmentos de afloramentos calcáreos coralíferos, também de origem marítima, que se vêem em várias regiões de Timor, inclusive na montanha.

Embora a tradição registe a existência de igrejas e de casas rebocadas a cal, a verdade é que tanto no tecto, como na argamassa das paredes, eram usados materiais e métodos locais, que consistiam na habilidade dos timorenses em trabalhar a pedra solta, que os portugueses começaram a ligar com argamassa de barro ou de barro e cal.

A taipa também não esteve ausente de Timor, à semelhança do que acontecera em Goa e em Macau. Ainda hoje, em diversas localidades da província, como Railaco, Laleia, Moro, etc., se vêem

ruínas de edificações de taipa, que se diz serem do fim do século passado ou dos princípios do actual século.

Ainda depois da II guerra mundial, quando as casas de pedra e cal foram quase todas destruídas, foi verdadeiramente notável a capacidade de adaptação dos funcionários oriundos da metrópole ou de outras parcelas do ultramar que, humorìsticamente, designavam por «palapácios» as casas feitas de materiais timorenses (a palapa), construídas no início da reocupação administrativa.

O fabrico do tijolo e da telha começou a ser conhecido dos timorenses desde o início da ocupação administrativa, tendo sido notáveis as cerâmicas que laboravam com pessoal exclusivamente local, em Baucau, Manatuto, Díli, Railaco, etc., localizadas nas proximidades de zonas de bons barros.

O adobe já é mais antigo em Timor, embora pouco divulgado, sendo de presumir que a técnica da sua preparação tenha sido introduzida pelos missionários. O surto de construção civil, iniciado essencialmente no tempo do governador Celestino da Silva, contribuiu para que os próprios timorenses se especializassem como pedreiros, carpinteiros, serradores e até como ferreiros, especializados em trabalhos de ferro forjado, para portas, janelas, etc.

Sob a influência do contacto, é cada vez maior o número de habitações de piso térreo, em que não falta a varanda luso-tropical e a divisão interior nas

habitações de estilo europeu, enquanto as paredes e o telhado são, em regra, feitos em materiais locais. É de notar a acentuada inclinação dos telhados, segundo o padrão tradicional, mesmo quando são de telha ou zinco.

Está a notar-se, entre os principais e os mais abastados, o interesse por construções definitivas de pedra e cal ou de tijolo, cobertas a zinco, pintadas de encarnado, por toda a província mas em especial entre certos agricultores e chefes da região cafeícola.

É vulgar a aparição dum tipo híbrido ou simbiótico de arquitectura, em que os modelos das casas dos funcionários administrativos ou dos missionários, já por si luso-tropicais, com varandas amplas, compartimentos e corredores espaçosos, são copiados e padronizados, sendo de notar a grande inclinação dada ao telhado, mesmo que seja de telha ou de zinco, à semelhança da habitação tradicional; igualmente é mantido o hábito de se situar fora da casa e cozinha e as sentinas.

Também se nota, até nas zonas mais tradicionalistas, a tendência para as linhagens políticas abandonarem gradualmente os remates tradicionais com chifres de búfalo, sendo de notar um maior conservantismo na arquitectura das casas comunais, de que a tradição ainda mantém vagas reminiscências. Apareceram as «casas da guarda», nas sedes dos sucos, onde se faz o arrolamento da população, ostentando à frente um grosso mastro, que se des-

tina à Bandeira Nacional que, por ser algo «lulik», não pode contactar com o solo, estando quase sempre rodeada por um soco circular de pedra solta ou de laje.

É nesta «casa da guarda» que pernoitam, em regra, funcionários, missionários e outros visitantes de prestígio que aí transitem.

(De «Elementos históricos, informativos e estatísticos da C. T. P. I. E. de Timor»)

AMANHO DAS TERRAS

Quer em consequência da acção civilizadora mais antiga, quer por obediência às formas de cultivo tradicionais, coexistem, por vezes lado a lado, técnicas culturais cujos efeitos visíveis no terreno permitem traçar linhas de fronteira entre os povos que as utilizam.

«Tanto os «búnac» como os «belos» limpam a terra, cercam-na de sebes vivas e de palissadas e só em declives mais pronunciados esboçam taludes de terra amassada, aqui e ali reforçados por estacas. Os «quemac», seus vizinhos, edificam terraços amuralhados com pedra cuidadosamente ajustada, e sobrepõem-nos, do sopé ao cimo das montanhas, como se fossem degraus de grandiosa escadaria; o efeito é surpreendente e julga-se, à primeira vista, estar-se em presença de uma obra de gigantes.» Mas

o trabalho é de homens que inscreveram na terra o suor do seu esforço, ao longo de gerações sucessivas, num magnífico trabalho de valorização.

PERFIL DO TIMORENSE

O timorense, no seu foro íntimo, respeita e admira a lei física do mais forte em força e em ardis, do mais valente, do mais viril, do mais destemido. A firmeza de ânimo, a dureza, o audacioso amor ao risco, tudo o que seja claro, indiscutível e concreto, a ordem, a hierarquia militar e religiosa, tudo isso venera e aprecia.

Por isso mesmo, tem absoluta necessidade de ser enquadrado por valores nìtidamente decididos e valentes — viris — e só assim os aceita. Quando tal sucede o timorense vai atrás dos chefes, resolutamente e até ao fim. Surge um intenso idealismo, como o que o liga, em fidelidade perfeita, à bandeira.

Em dias de festa, das bandeiras velhinhas que desfraldam, algumas estiveram enterradas para que o ocupante nipónico as não apanhasse. Outras requeimaram-se escondidas dentro de bambus, nos fumeiros. Outras ainda tombaram empapadas no sangue do respectivo alferes, para logo serem empunhadas por outro.

Há, na verdade, qualquer coisa de estranho nesta gente, produto de várias raças, falando mais

de trinta línguas diferentes, no apego ao símbolo de uma pátria em que eles se integram entusiàsticamente.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Quem, pela primeira vez, percorre Timor fica surpreendido ao contemplar os cabeços dos montes, onde quase sempre surgem cabanas isoladas, símbolo de uma dispersão de gentes caracterizadamente local.

É possível que razões de ancestral proveniência, de defesa, de clima, de ascese, ou de economia, tenham estado na base da preferência.

Mas hoje, mercê de circunstâncias várias, as populações foram já levadas a fixarem-se em pequenos povoados.

Assim, a organização social dos timorenses baseia-se na «cnua», a povoação, reunindo algumas famílias. As povoações agrupam-se, constituindo um «suco», dirigido por um chefe de «suco».

Nalgumas regiões há sucos reunidos sob a autoridade de um só chefe, designado por «liurai» ou «régulo».

BOSQUEJO HISTÓRICO

Com a conquista de Malaca, em 15 de Agosto de 1511, abriram-se aos portugueses as portas das

famosas ilhas das especiarias e de Timor, donde provinha o sândalo, muito apreciado no Oriente.

O descobrimento das Molucas pode, de uma forma aproximada, ser fixado em 1512, e, encontrando-se Timor a 150 quilómetros de Solor, que logo de princípio servia de porto de escala entre Malaca e as Molucas, é natural que, tocando os navios portugueses nas inúmeras ilhas daquela região, Timor tivesse sido também visitada.

Seja como for, o certo é que não foi possível até hoje fixar a data nem o autor da descoberta, e mesmo para toda a história de Timor escasseiam documentos úteis, já que os naufrágios, incêndios e pilhagens se encarregaram de destruir o que poderia ser prestável, deixando cronistas e historiadores ligados a simples descrições ou manuscritos pessoais e a algum documento encontrado após extenuantes buscas.

Timor é citada pela primeira vez em 6 de Janeiro de 1514, numa carta em que Rui de Brito fala sucintamente da ilha a D. Manuel.

Em 1516, Duarte Barbosa descreve a ilha. E Pigafetta, o narrador da primeira viagem de circum-navegação, ao falar de Timor e dos seus habitantes (1522) não oculta que já lá encontrou vestígios da presença dos portugueses.

Assim, aceita-se geralmente que o descobrimento de Timor se efectuou entre 1512 e 1520, possìvelmente em resultado de uma das muitas via-

gens que os navios portugueses faziam por aquelas paragens.

O franciscano Frei António Taveira, que, por meados do século XVI, deve ter desembarcado em Timor, figura na história como sendo o primeiro português que se demorou na ilha. Mas é crível que, antes deste, outros já lá tivessem estado.

Nesta época o nome de Timor aparece quase sempre ligado ao de Solor, refúgio onde se acolhiam os mercadores do sândalo quando se aproximavam as grandes tempestades das monções.

Como os habitantes de Solor e de Timor se deixavam converter com facilidade ao cristianismo, o bispo de Malaca enviou alguns missionários, a partir de 1557. Em 1561 o padre António da Cruz desembarca em Solor, e cinco anos depois inicia a construção de uma fortaleza. Passou então a Timor, onde alcançou novos êxitos no que respeita a conversões.

Foi na segunda metade do século XVI que apareceram os holandeses como adversários. E em 1605 tomam Tenate e Amboíno, chegando em 1613 a ocupar a fortaleza de Solor, tendo os portugueses procurado refúgio em Larantuca, na ilha das Flores.

Entretanto em Timor ia prosseguindo, com novos missionários, a obra de evangelização: em 1640 já havia na ilha 22 igrejas.

As lutas que por vezes se desencadeavam entre os reinos locais foram sendo hàbilmente reduzidas

com o progresso constante da obra missionária, sendo de notar a expedição comandada pelo capitão-mor de Solor, Francisco Fernandes, que auxiliou grandemente os reinos cristãos, quando atacados.

Foi em 1651 que os holandeses tomaram Koepang, no extremo oeste de Timor, e o recrudescimento da actividade dos novos conquistadores vinha provar que Timor já não podia continuar entregue apenas aos padres. Reconhecendo tal situação, o vice-rei da Índia, António de Melo e Castro, resolve, cerca de 1665, nomear o capitão Simão Luís, já experiente na luta contra os holandeses e seus aliados locais, primeiro capitão-mor de Timor.

Levantou-se então uma fortaleza no porto de Lifau (Oé-Cussi), escolhido para primeira capital da província. Daí passaram a irradiar os missionários de Timor, mas agora mais para leste, pois no oeste a dominação holandesa afirmava-se cada vez mais.

Assim termina este primeiro período da história de Timor (1512-1665).

Já depois de Simão Luís, o vice-rei da Índia nomeou António Hornay capitão-mor, o qual foi deposto por Mateus da Costa, régulo de Oé-Cussi, que ficou governando e a quem sucedeu seu filho. Hornay, porém, em 1681 já é novamente capitão-mor.

Seguiram-se mais alguns governos, até que, em 1701, António Coelho Guerreiro foi nomeado primeiro governador de Solor e Timor.

Coelho Guerreiro pretendeu igualar em poder todos os reis da ilha, acabando com a supremacia de uns sobre os outros, e tornando-os imediatamente dependentes da autoridade portuguesa, para o que lhes atribuiu patentes de oficial. Continuaram porém os ataques de instigação holandesa, ao mesmo tempo que, com este e com os governadores seguintes, se começam a notar sérias desavenças com os religiosos, dado que o aumento da autoridade real correspondia à diminuição do poder temporal exercido pelos padres dominicanos, quase desde o início.

Uma série acidentada de revoltas locais e lutas de sucessivos governadores, que tiveram como ponto culminante a tomada heróica da fortaleza de Cailaco (1726) pelas forças reais, terminou com uma paz geral, assinada em Manatuto em 16 de Março de 1732.

Mas, anos depois, sendo governador Manuel Figueiredo Sarmento, notou-se outra vez a acção dos holandeses. Nova época de agitação se seguiu, com governos sucessivos, agravada por conflitos com os religiosos. Esta situação manteve-se com diversas vicissitudes até 1768, ano em que chegou a Lifau o governador António José Teles de Meneses.

A cidade estava cercada. A fortaleza dispunha de 36 baluartes, a maior parte dos quais tinha de ficar desguarnecida por falta de peças e de pessoal. Finalmente, exercendo os portugueses o seu domínio na parte leste da ilha, não se justificava já a existência da capital naquele enclave que os dominadores da parte oeste cercavam tão resolutamente.

Assim, aproveitando o facto de os navios *S. Vicente* e *Santa Rosa,* além de outras embarcações, estarem ancorados no porto, o governador toma a resolução histórica de mudar a sede do governo para Díli, uma baía já meio fortificada, que tinha águas calmas e que podia ser fàcilmente defendida do lado de terra.

Em 11 de Agosto de 1769, pessoal e material são embarcados, e, na madrugada seguinte, à luz do incêndio que o governador mandara atear naquela Lifau, que fora a primeira sede do governo de Timor, singra o cortejo para Díli, bordejando a costa. De passagem é reforçada a fortaleza de Batugadé.

A pequena esquadra foi fundear em Díli, desde 10 de Outubro daquele ano a nova capital do Timor Português. Aí foram logo prestar vassalagem 41 reis da província.

O segundo período da história de Timor (1665-1769) considera-se assim encerrado.

Mas, apesar de tudo, a época de agitação prosseguiu, até que, em 1785, um bom governador de Timor, João Baptista Vieira Godinho, revelou um tacto especial em política e administração, conseguindo valiosas alianças na luta com os holandeses.

Joaquim Xavier de Morais Sarmento, governando em 1790, pacificou completamente Solor e Timor, e a sua actuação foi tão justa e equilibrada que os reis locais e os funcionários dirigiram uma petição ao governo de Goa solicitando a continuação da sua permanência em Timor.

Depois de substituído, mais ocorrências se vieram a verificar, incluindo a tomada das ilhas de Banda e de Amboíno pelos ingleses e, em 1799, um grande incêndio em Díli. Os desastres foram continuando e, no governo de Corte Real, dá-se conta da diminuição dos rendimentos do sândalo, devido às guerras entre os reinos e ao cerco feito no litoral pelos navios ingleses, que apresavam as embarcações comerciais.

Em 1815, a relativa calma que fora estabelecida pelo governador Cunha Gusmão foi bem aproveitada pelo governador José Pinto Alcoforado e Sousa, a quem se deve o desenvolvimento do café em Timor, com uma actuação notável no campo agrícola, pois promoveu também a cultura da cana-de--açúcar, desenvolveu a da mandioca e projectou a do algodão.

Em 1818 os holandeses ocuparam Atapupo e depois a ilha de Pantar.

O governador Manuel de Matos Góis soube manter Timor em paz durante largos anos, tendo-se preocupado com o equilíbrio do orçamento, e interessando-se vivamente pela exploração mineira e pela agricultura, desenvolvendo em especial a cultura do tabaco.

São também de mencionar os governos de José Maria Marques e do coronel Frederico Leão Cabreira como impulsionadores do progresso do território.

Em 1844, Macau e Timor passaram a constituir um governo independente do da Índia, ficando Timor subordinada a Macau como um seu distrito.

Entretanto a Holanda pretendia obter, por via diplomática, cedências territoriais por parte dos portugueses, no que não foi bem sucedida, mas insistiu, conseguindo, hàbilmente, substanciais ganhos, que incluíam a entrega de Flores e Solor (1851).

Não tendo, como era natural, as negociações locais sido sancionadas pelo governo de Lisboa, passou o assunto a ser tratado directamente entre os governos português e holandês, daí resultando afinal o tratado de 1859, mais ou menos idêntico ao de 1851.

Em Timor iam continuando os esforços atinentes ao progresso da província. Em Janeiro de 1864,

Díli é elevada a cidade. E de 1865 a 1878, Timor teve governo autónomo, voltando porém a ficar subordinada a Macau, dada a nova época de agitação que se verificava.

De 1881 a 1888 foi executado um plano rodoviário muito oportuno. Melhorou-se também a cidade de Díli, ao passo que foi dado um bom impulso à agricultura.

O governador Rafael Jácome Lopes de Andrade preocupou-se com o alojamento dos funcionários, promoveu o saneamento de Díli, mandou construir o farol do porto e estabeleceu um plano de povoamento europeu.

Mas, instigada pelos negociantes estrangeiros, uma revolta rebentou em Maubara. E quando em 1894 José Celestino da Silva tomou posse do governo, a província encontrava-se novamente em deplorável estado sob todos os pontos de vista.

Foi a actuação firme e enérgica do governador Celestino da Silva que, em sucessivas campanhas, conseguiu pacificar Timor. Esta actuação prosseguiu mesmo depois da promulgação do Decreto de 21 de Outubro de 1896, que definitivamente veio tornar Timor independente de Macau, ficando a constituir um distrito autónomo.

Chega-se assim ao fim do terceiro período da história de Timor (1769-1896) e entra-se no período seguinte.

Doze anos levou Celestino da Silva no trabalho de pacificação. Compreende-se portanto que, tendo o seu governo durado catorze anos, foi simultâneamente com as operações militares que se desenvolveu a sua extraordinária obra administrativa e de atracção das populações locais.

A agricultura sofreu um vigoroso impulso. Grandes plantações de café, milho e arroz começaram surgindo. Novas culturas, como a canela, a borracha, o cacau, a noz moscada e árvores de fruto, são introduzidas. Foi ainda regulamentado o corte do sândalo, estabeleceram-se disposições para a lavra das palmeiras, para a cultura das especiarias, etc.

A instrução mereceu ao governador cuidados especiais. Foram numerosas as escolas de ensino prático que mandou levantar. Os régulos eram impelidos a enviar os seus filhos às escolas missionárias e as raparigas timorenses começaram também a ser educadas pelas irmãs canossianas.

Preocupou-se com as questões de justiça tradicional e do direito de propriedade das terras. Executou grandes melhoramentos em Díli e procurou dar vida ao povoamento europeu de Timor.

Ainda hoje é relembrado em Timor e não há dúvida que esta longínqua província ultramarina muito lhe deve.

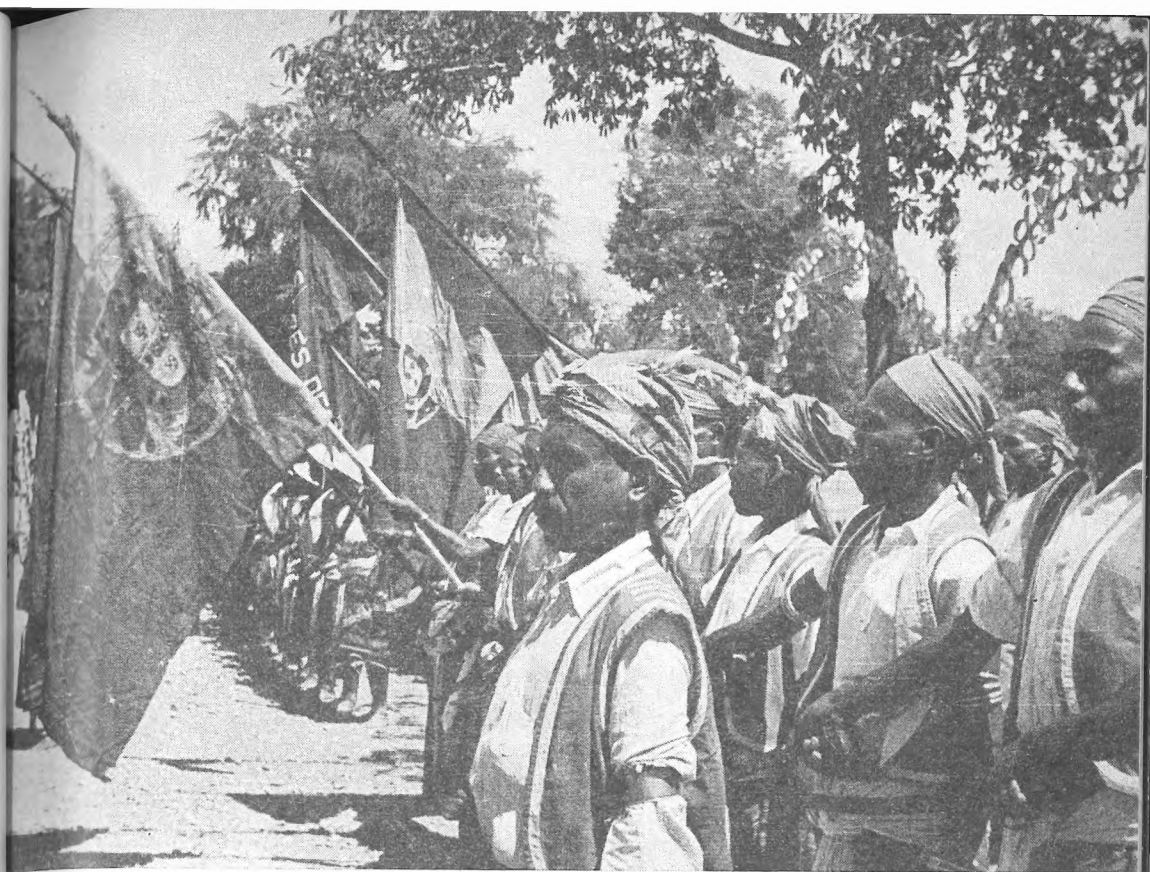
Os governos que se seguiram procuraram melhorar a situação financeira, mas de novo se fez

sentir a acção dos holandeses, não satisfeitos com a Convenção de Haia de 1 de Outubro de 1904. Aproveitando a efervescência que a proclamação da República, em 1910, provocara, incitaram as populações à revolta, e, assim, Filomeno da Câmara, o primeiro governador do novo regime, teve de promover duas campanhas para, em 1913, conseguir a almejada pacificação.

A partir de então os governos continuam com a sua acção de desenvolvimento da província, sendo de destacar a obra de Teófilo Duarte e a de Álvaro da Fontoura.

Depois Timor ensombrou-se. Com efeito, o governo de Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho suportou os malefícios resultantes de a Segunda Guerra Mundial se ter estendido ao Pacífico.

O ataque japonês a Pearl Harbour em 7 de Dezembro de 1941 serviu de pretexto para, em 17 do mesmo mês, desembarcar em Díli uma força australo-holandesa. O Governo português, que protestara, concluiu negociações para a retirada daquelas tropas, mas os japoneses, em 19 de Fevereiro de 1942, tendo como argumento a presença das forças aliadas, efectuaram um desembarque, seguido da ocupação de Timor, a qual durou até Setembro de 1945.

Fecha-se aqui outro período da história de Timor (1896-1945).

Companhia de moradores de Manatuto

Este período de ocupação, pela dureza, violência e longa duração, pôs mais uma vez à prova a têmpera dos timorenses e, se muitos são dignos de elogios, há contudo três, de entre todos, que pelas suas acções, pela sua dignidade, pela sua firmeza e, pelo respeito mostrado pela Bandeira Portuguesa, já hoje têm os seus nomes na história dos nossos heróis. São eles: D. Aleixo Corte Real, que morre às mãos dos japoneses, depois de os ter combatido incessantemente e que, ao receber ordem directa e verbal para retirar a Bandeira Portuguesa que conservava em sua casa, responde: «Nunca, esta é que é a bandeira da minha única Pátria»; D. Jeremias de Luca que, martirizado e finalmente morto pelos japoneses, sempre reage como um verdadeiro herói; e D. José Nunes, régulo de Maubara, que aos vivas dos oficiais japoneses, que então ocupavam o seu regulado, pelo grande Japão, respondeu: «Viva Portugal, que é maior.»

Igualmente foram calamitosos os prejuízos causados com a mesma ocupação.

O novo governador, capitão Óscar de Vasconcelos Ruas, encontrou a capital e todos os outros centros populacionais arrasados pelos bombardeamentos aéreos ou queimados e destruídos. As culturas estavam arruinadas, as formações florestais haviam sofrido severo desbaste e a pecuária fora reduzida a cerca de metade.

A reconstrução começou logo, num ambiente de boa vontade. Os estragos foram reparados e, a pouco e pouco, a vida foi-se normalizando.

Os governos seguintes continuaram a obra de reconstrução, até que a província ultrapassou a situação anterior à ocupação e entrou num caminho de franco progresso, em especial resultante da aplicação do I, II e III Planos de Fomento.

GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Constituição Política Portuguesa, a Lei Orgânica do Ultramar e o Estatuto Político-Administrativo, aprovado pelo Decreto n.º 45 378, de 2 de Novembro de 1963, o território de Timor constitui uma província ultramarina. que faz parte integrante do Estado Português e é solidária com as restantes províncias ultramarinas e com a metrópole.

A província abrange a parte oriental da ilha de Timor, o enclave de Oé-Cussi Ambeno, a ilha de Ataúro e o ilhéu Jaco, tendo por limites terrestres os designados na Convenção Luso-Holandesa de 1 de Outubro de 1904 e na sentença arbitral de 25 de Junho de 1914. A capital é a cidade de Díli.

A província, que tem representação na Assembleia Nacional e na Câmara Corporativa, dispõe de

órgãos de governo próprios, que são o governador, o Conselho Legislativo e o Conselho de Governo.

O governador é o mais alto agente e representante do Governo da Nação Portuguesa, e goza das honras que competem aos ministros do Governo da República, tendo precedência sobre todas as entidades civis e militares que sirvam ou se encontrem no território da província, excluindo o Presidente da República, o Presidente do Conselho, o presidente da Assembleia Nacional, o presidente da Câmara Corporativa, os ministros, secretários e subsecretários de Estado. Poderá ser assistido por um secretário-geral.

O governador exerce a função legislativa no intervalo das sessões do Conselho Legislativo, ou durante o seu funcionamento efectivo, em todas as matérias que não sejam da competência exclusiva do Conselho, ou ainda quando o mesmo Conselho Legislativo haja sido dissolvido.

Há, no Estatuto Político-Administrativo, disposições especiais para os casos em que o governador discorde de diplomas votados pelo Conselho Legislativo.

Quanto às funções executivas do governador, elas compreendem a prática de todos os actos que a lei lhe atribui ou que não sejam da competência de outro órgão central ou provincial, e, tratando-se do mais alto agente do Governo na província, são, como se deduz, muito numerosas e variadas.

O governador apresenta anualmente ao ministro do Ultramar o relatório do seu governo e administração.

O Conselho Legislativo, presidido pelo governador, é constituído por onze vogais eleitos, dele fazendo parte também, como vogais natos, o secretário-geral, o delegado do procurador da República da comarca da capital da província e o chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade.

Quando o governador não preside, o exercício da presidência cabe a um vice-presidente eleito ou, na sua ausência, ao vogal mais velho.

Na falta do secretário-geral fará parte do Conselho o chefe dos Serviços de Administração Civil.

A eleição dos vogais, por um mandato com a duração de quatro anos, é feita entre cidadãos portugueses, com a distribuição seguinte:

a) Três serão eleitos por sufrágio directo dos cidadãos inscritos nos cadernos gerais de recenseamento eleitoral;

b) Um será eleito pelos contribuintes, pessoas singulares, recenseados com o mínimo de contribuições directas de mil escudos;

c) Dois serão eleitos pelos corpos administrativos;

d) Um será eleito pelas pessoas colectivas de utilidade pública administrativa legalmente reconhecidas;

e) Três serão eleitos, na forma da lei, pelas autoridades das regedorias, de entre elas próprias;

f) Um será eleito pelos organismos representativos dos interesses morais e culturais.

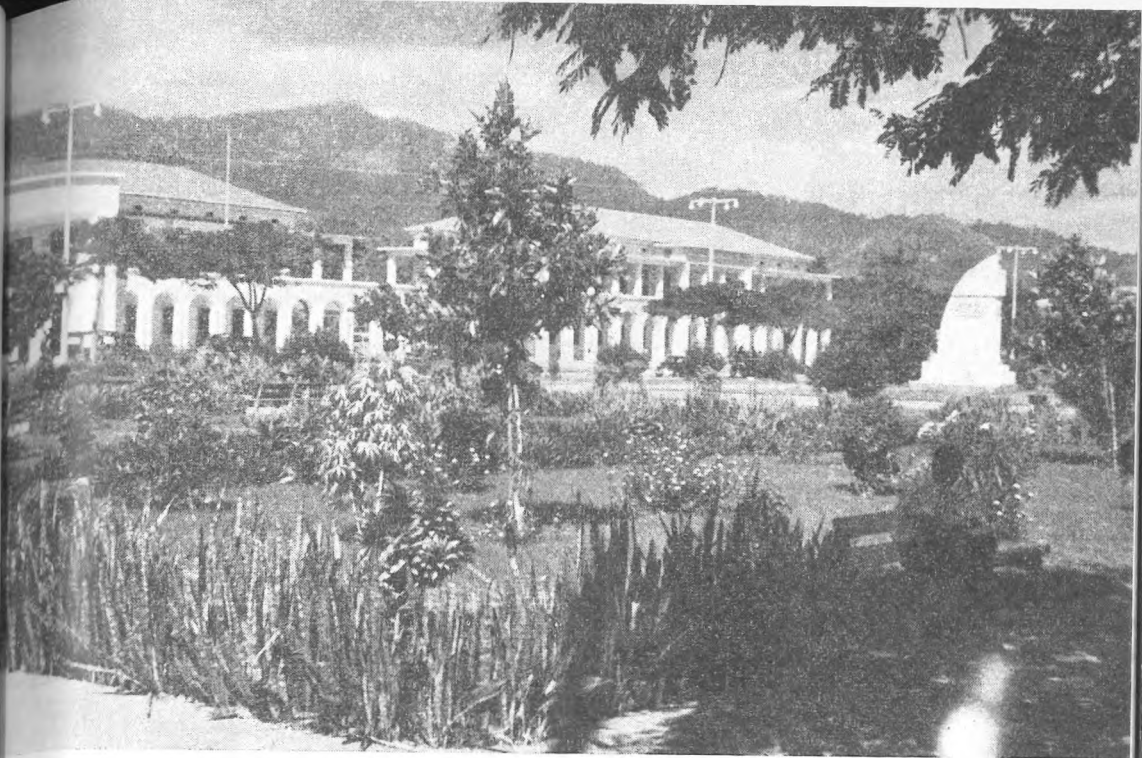
O Conselho Legislativo funciona na capital da província, em sessões públicas, salvo nos casos de salvaguarda de interesses superiores, em que as sessões serão secretas.

O Conselho só pode funcionar estando presentes metade e mais um dos membros que o compõem, incluindo o presidente. As deliberações são tomadas, normalmente, por maioria absoluta de votos, tendo o presidente, em caso de empate, voto de qualidade. A iniciativa da lei pertence indistintamente ao governador e aos vogais.

Compete ao Conselho Legislativo: fazer diplomas legislativos de harmonia com o disposto na Lei Orgânica do Ultramar e no Estatuto Político-Administrativo da província; emitir parecer nos casos previstos na lei e sobre todos os assuntos respeitantes ao governo e administração da província que para esse fim lhe forem submetidos pelo ministro do Ultramar ou pelo governador; elaborar o seu regimento interno.

É da exclusiva competência do Conselho Legislativo: aprovar as bases a que deve obedecer o orçamento da província; autorizar o governador a contrair empréstimos; apreciar o relatório anual da Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica sobre os programas de desenvolvimento económico da província e fiscalizar a sua execução; eleger os representantes da província no Conselho Ultramarino e os vogais para o Conselho de Governo.

Junto do governador e por ele presidido funciona, permanentemente, um Conselho de Governo, competindo-lhe: assistir ao governador no exercício das funções legislativas; emitir parecer nos casos previstos na lei e sobre todos os assuntos relativos ao governo e administração da província que lhe forem apresentados pelo governador; aprovar os planos de desenvolvimento económico da província preparados pela Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica; designar os procuradores à Câmara Corporativa.

O Conselho de Governo é constituído pelo secretário-geral; pelo comandante-chefe das forças armadas, quando o houver, ou, na sua falta ou quando o comandante-chefe for o governador, pelo mais graduado ou antigo dos comandantes dos três ramos das forças armadas; pelo delegado do procurador da República da comarca da capital da

Palácio das repartições, em Díli

Monumento do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, em Díli

província; pelo chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Fazenda e Contabilidade; e por três vogais do Conselho Legislativo por este eleitos na primeira sessão ordinária de cada legislatura, um dos quais deverá ser sempre um representante das regedorias.

Na falta do secretário-geral fará parte do Conselho de Governo o chefe da Repartição Provincial dos Serviços de Administração Civil.

As sessões do Conselho não são públicas, mas o presidente pode convocar as pessoas que possam esclarecer os assuntos nelas tratados.

Os serviços de administração provincial compreendem: a Repartição de Gabinete; as repartições provinciais de serviços; os serviços autónomos, e as divisões de serviços integrados em serviços nacionais.

A Repartição de Gabinete funciona sob a directa superintendência do governador e executa os trabalhos de que for por ele encarregada, competindo-lhe também assegurar o expediente dos Conselhos Legislativo e de Governo. Será chefiada pelo ajudante de campo ou pelo secretário do governador.

É junto da Repartição de Gabinete que trabalha a Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica.

Constituindo ou não repartições, existem na província os seguintes serviços:

a) *De Administração Geral e Fiscalização:*

— Serviços de Administração Civil
— Inspecção do Trabalho, a cargo do pessoal da Administração Civil
— Serviços de Educação
— Organização Nacional da Mocidade Portuguesa (masculina e feminina)
— Polícia Internacional e de Defesa do Estado. integrada no serviço nacional
— Corpo de Polícia de Segurança Pública
— Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil
— Serviços de Saúde e Assistência
— Inspecção de Comércio Bancário, autónomo

b) *De Fazenda:*

— Serviços de Fazenda e Contabilidade
— Serviços das Alfândegas

c) *De Justiça:*

— Comarca de Timor
— Serviços dos Registos e de Notariado

d) De Fomento:

— Serviços de Economia
— Serviços de Estatística
— Serviços de Obras Públicas e Transportes
— Serviços de Agricultura e Florestas
— Serviços de Veterinária
— Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones
— Serviços de Aeronáutica Civil
— Serviços de Transportes Aéreos
— Serviço Meteorológico, integrado no serviço nacional
— Centro de Informação e Turismo

e) De Marinha:

— Serviços de Marinha
— Serviços de Farolagem e Balizagem
— Transportes Marítimos de Timor, autónomo

Têm base legal, não estando, contudo, ainda criados na província, os seguintes serviços, cujas funções estão a cargo dos Serviços de Obras Públicas e Transportes:

— Serviço de Geologia e Minas
— Serviço Geográfico e Cadastral

Com autonomia existem ainda os seguintes serviços:

— Administração do porto de Díli
— Emissora de Radiodifusão de Timor

Encontram-se, presentemente, a trabalhar em Timor as seguintes brigadas técnicas:

— Brigada Itinerante de Estudo e Combate às Endemias, integrada nos Serviços de Saúde e Assistência;
— Brigada de Estudos Agronómicos, tècnicamente dependente da M. E. A. U., com sede em Lisboa;
— Brigada de Estudos e Construção de Estradas, integrada nos Serviços de Obras Públicas e Transportes;
— Missão Geográfica de Timor, da J. I. U., encarregada da elaboração da carta de Timor, na escala 1/50 000;
— Brigada de Estudos e Construção de Portos.

A província de Timor encontra-se ainda numa fase de transição no tocante às designações das autarquias locais, em relação ao estabelecido no respectivo Estatuto Político-Administrativo.

Assim, e conforme o Estatuto, para os fins de administração local, o território da província divide-se em concelhos, que se formam de freguesias, mas onde excepcionalmente não possam criar-se freguesias existirão postos administrativos.

Transitòriamente, nas regiões onde não tenha sido atingido o desenvolvimento económico e social para o efeito considerado necessário, poderão os concelhos ser substituídos por circunscrições administrativas, que se formam de postos administrativos, salvo nas localidades onde for possível a criação de freguesias.

Os postos administrativos podem dividir-se em regedorias e estas em grupos de povoações.

Administrativamente, a província de Timor compreende 11 concelhos e uma circunscrição, com um total de 56 postos administrativos, incluindo os das sedes dos concelhos ou da circunscrição. Assim, temos:

Concelho de Díli, com sede em Díli, e
Posto Administrativo de Aileu
» » » Ataúro
» » » Remexio

Concelho de Ainaro, com sede em Ainaro, e
Posto Administrativo de Maubisse
» » » Hato-Builico
» » » Turiscai

Concelho de Baucau, com sede em Vila Salazar, e
Posto Administrativo de Quelicai
» » » Venilale
» » » Baguia
» » » Laga
» » » Vemasse

Concelho de Bobonaro, com sede na Maliana, e
Posto Administrativo de Balibó
» » » Bobonaro
» » » Atabai
» » » Cailaco
» » » Lolotoi

Concelho de Cova Lima, com sede no Suai, e
Posto Administrativo de Fatu-Mean
» » » Fohorém
» » » Fatu-Lulic
» » » Mape
» » » Tilomar

Concelho de Ermera, com sede em Ermera, e
Posto Administrativo de Atsabe
» » » Hato-Lia
» » » Lete-Foho

Concelho de Lautém, com sede em Lospalos, e
Posto Administrativo de Luro
» » » Iliomar
» » » Lautém
» » » Tutuala

Concelho de Liquiçá, com sede em Liquiçá, e
Posto Administrativo de Maubara
» » » Bazar-Tete

Concelho de Manatuto, com sede em Manatuto, e
Posto Administrativo de Laclubar
» » » Barique
» » » Lacló
» » » Laleia

Concelho de Same, com sede em Same, e
Posto Administrativo de Alas
» » » Fatu-Berliu
» » » Hato-Udo

Concelho de Viqueque, com sede em Viqueque, e
Posto Administrativo de Ossu
» » » Uato-Lari
» » » Lacluta
» » » Uato-Carbau

Circunscrição de Oé-Cussi, com sede em Pante Macassar, e
Posto Administrativo de Oé-Silo
» » » Nitibe
» » » Pássabe

A câmara municipal é o corpo administrativo do concelho, podendo haver comissões municipais nos concelhos em que não for possível constituir-se

a câmara. Poderão também instituir-se comissões municipais de circunscrição, e juntas locais ou de freguesia nos postos administrativos e nas freguesias.

Sòmente duas freguesias foram ainda criadas, designadas por freguesia de Santo António de Motael, em Díli, e freguesia de Santo António de Baucau, em Baucau.

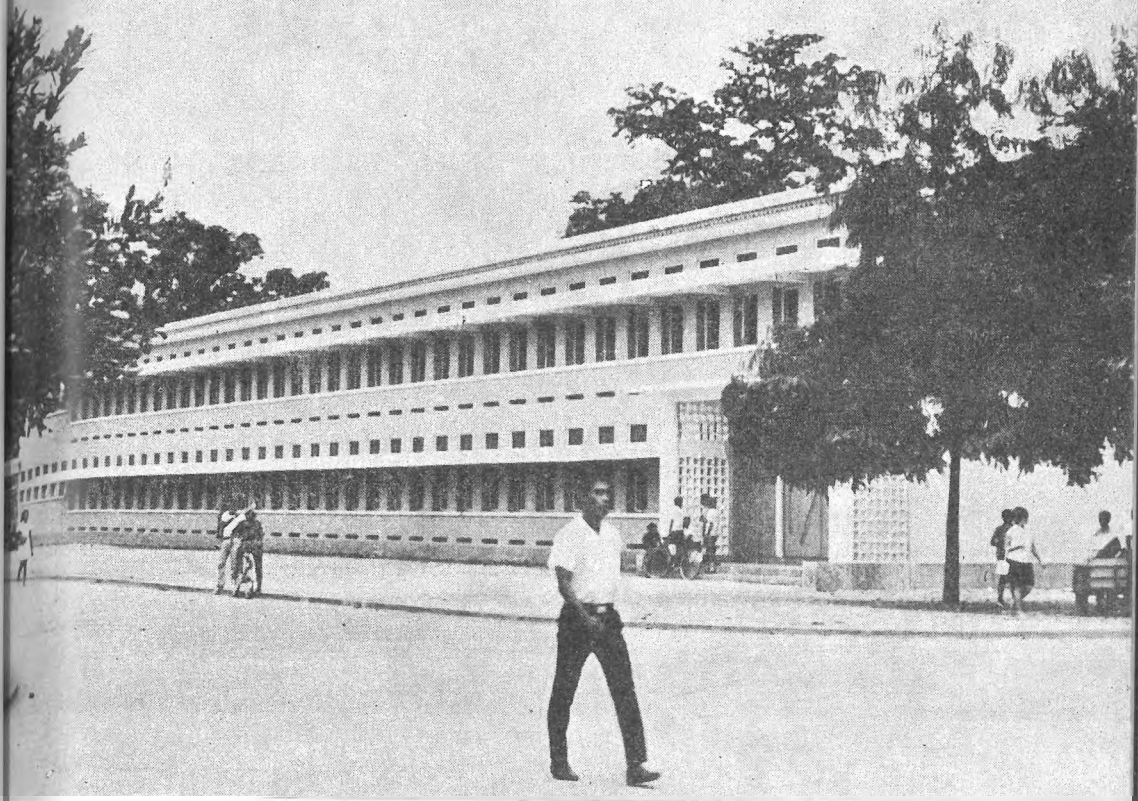
A província de Timor goza também de autonomia financeira, tendo activo e passivo próprios, competindo-lhe a disposição dos seus bens e receitas e a responsabilidade das suas despesas e dívidas e dos seus actos e contratos.

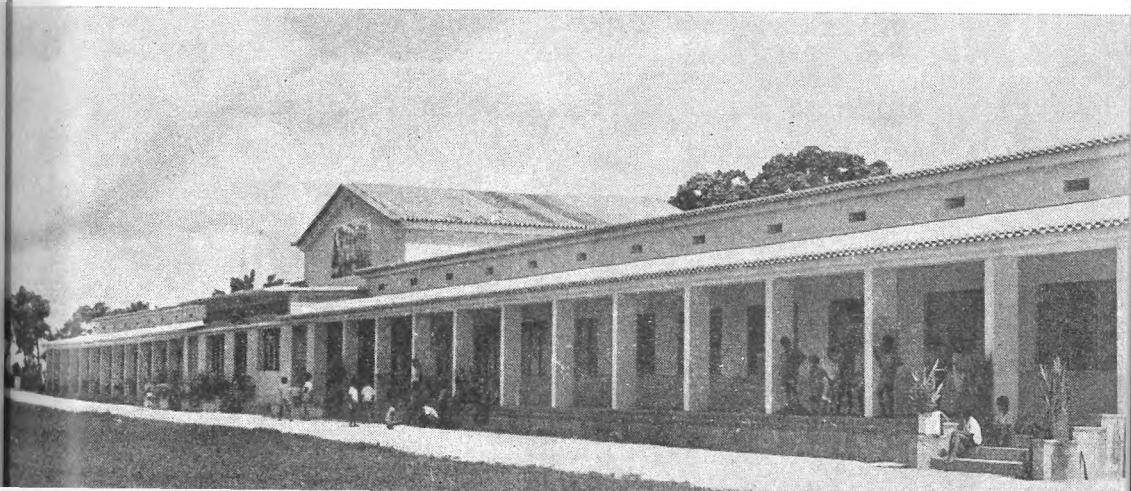
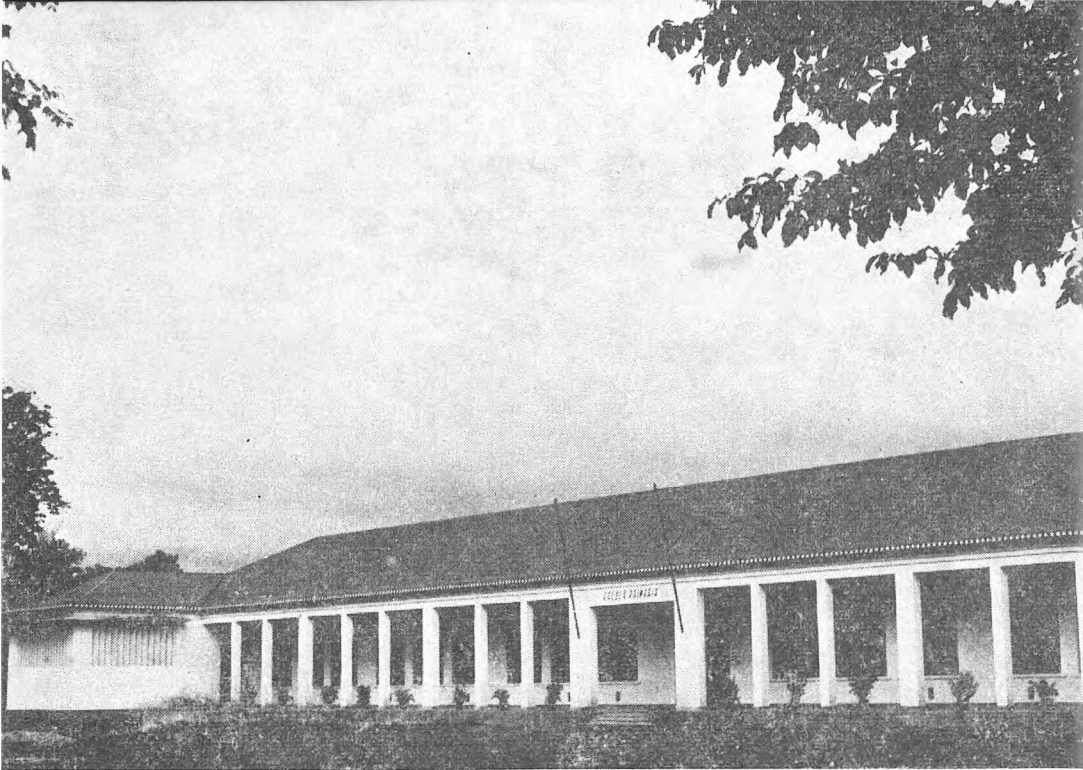
As restrições à autonomia financeira são da competência do ministro do Ultramar.

O orçamento da província é unitário, compreendendo a totalidade das receitas e despesas, incluindo as dos serviços autónomos. Será anualmente organizado, votado e mandado executar pelos órgãos da província.

Sob o ponto de vista judicial, Timor constitui uma comarca, que, pelo Decreto n.º 44 142, de 30 de Dezembro de 1961, ficou a fazer parte do distrito judicial de Lourenço Marques.

ENSINO

No sector da ocupação escolar é enorme o esforço realizado para a consecução de resultados

Escola Industrial e Comercial Prof. Silva Cunha

Colégio de S. João Bosco em Fuiloro

Escola Primária de Lospalos

que se acordem à tradição civilizadora de Portugal, às circunstâncias do presente e às tendências do futuro.

Está-se em presença de um fenómeno impressionante — a constante progressão da população escolar —, sendo cada vez em maior número os que procuram a escola, nos seus vários graus.

Sofrendo as várias limitações impostas ao planeamento da acção educativa, mormente as decorrentes da primazia a atribuir aos seus aspectos qualitativos, tem o Governo procurado estimular e satisfazer este fenómeno, na intenção de promover uma maior difusão da língua e da cultura portuguesas.

Assim, no início do ano lectivo de 1963/64, iniciou-se o serviço liceal extraordinário, no Liceu de Díli, o qual foi tornado extensivo ao 3.º ciclo, dando possibilidades aos que, possuindo o 2.º ciclo, não tinham podido ir mais além por falta de disponibilidades financeiras para continuarem os seus estudos fora da província, e, àqueles outros, mais idosos, que na sua idade escolar não tinham podido instruir-se, por falta de adequado estabelecimento de ensino em Timor.

Em 1964, começaram a funcionar os primeiros cursos primários para adultos, aos quais se atribuiu enorme importância social. Tiveram início em Díli, com extraordinária concorrência, tendo seguida-

mente sido alargados a todas as sedes de concelhos ou de circunscrição.

Em Outubro de 1965 entrou em funcionamento, em Díli, uma escola de professores de posto escolar, que recebeu o nome de Engenheiro Canto Resende. Foi criada de harmonia com o Decreto-Lei n.º 45 908, de 10 de Setembro de 1964, e absorveu a escola de professores catequistas da diocese que, por sua vez, tomou conta da direcção desta nova escola. Nesta data, já o primeiro turno de diplomados, em número de 28 jovens timorenses, de ambos os sexos, exerce a sua acção nos postos escolares de Timor.

Em Outubro de 1966, de harmonia com o Decreto-Lei n.º 46 519, de 4 de Setembro de 1965, foi, finalmente, iniciado em Timor o ensino técnico profissional, tendo sido criada a «Escola Técnica Elementar Prof. Silva Cunha» que, logo no ano seguinte, passou a escola industrial e comercial.

E, para que aos jovens timorenses, quase na totalidade filhos de agricultores e que da agricultura irão fazer seu modo de vida, pudessem ser ministrados os indispensáveis conhecimentos desta arte, foi previsto e impulsionado o ensino agrícola na província. Em 1963 iniciaram-se negociações com a ordem salesiana para a montagem duma escola elementar de agricultura em Timor e, imediatamente, se iniciou a construção dum novo conjunto escolar em Fatu-Maca, próximo de Baucau. A abertura da

referida escola foi, finalmente, marcada para o ano lectivo de 1968/69.

O lar feminino de Díli, de construção recente, está a cargo das madres canossianas e sob a direcção da diocese. Destina-se a alojar as meninas que, vivendo no interior da província, vêm para Díli frequentar qualquer estabelecimento de ensino.

Até 1965 o sector da Instrução constituía uma das atribuições dos Serviços de Administração Civil tendo, sòmente, sido criado como serviço independente após a publicação do Decreto n.º 46 347, de 21 de Maio de 1965.

ENSINO PRIMÁRIO

Coube às ordens religiosas a honra da fundação das primeiras escolas em Timor, no século XVIII. Mas, em consequência de vicissitudes de diversa ordem, e apesar dos esforços despendidos, até 1915 o ensino, sem planificação definida e sem regulamentação adequada, difundia-se entre hesitações e incertezas, com eficiência reduzida e em benefício de uma minoria.

Filomeno da Câmara, com a publicação, em 1916, da Portaria n.º 98; Teófilo Duarte, em 1927, com a Proposta Legislativa n.º 110; Álvaro da Fontoura, com o Diploma Legislativo n.º 154, em 1938 — são os governadores que, antes da ocupação japo-

nesa, maior contributo forneceram para a solução do problema do ensino em Timor. Em todos é patente a preocupação de adaptar o ensino às condições e necessidades locais, dando por isso prevalência à instrução geral e de carácter agrícola e profissional.

Veio depois a ocupação. As escolas existentes foram destruídas, a população dispersou-se, o ensino paralisou por completo. A seguir à libertação houve portanto que começar pelo princípio: novas escolas foram levantadas, foi-se conseguindo o material necessário ao seu apetrechamento e começaram a funcionar.

Mas então (1946) houve necessidade de regulamentar de novo o ensino na província, o qual foi objecto do Diploma Legislativo n.º 254.

O ensino primário foi classificado em: ensino oficial ministrado em escolas oficiais e postos escolares, ensino oficial entregue às missões católicas, e ensino particular e doméstico. Criaram-se: internatos e escolas rurais simples; internatos e escolas rurais com classes de ensino primário elementar ou complementar, ou elementar e complementar conjuntamente, e escolas ou postos escolares de ensino primário complementar.

Todavia, o primeiro grande passo no sentido de possibilitar a matrícula escolar a um muito maior número de timorenses, dispersos pelo interior da província em pequenas aldeias, foi dado no princípio

desta década, por diploma de 1961 do governador Themudo Barata, ao criar os postos escolares a cargo das comissões municipais.

Actualmente, face à nova definição programática e metodológica decorrente da publicação de recente legislação, o ensino primário passou a compreender sete classes, incluindo a pré-primária, bem como dois últimos anos (5.ª e 6.ª classes), que constituem o grau complementar.

Os respectivos programas são os que se encontram em vigor na metrópole e em todas as parcelas do território português, embora determinados aspectos sejam mais ou menos desenvolvidos, em concordância com a ambiência local.

No meio timorense, essencialmente rural e agrícola, a orientação educativa tende, naturalmente, para a dignificação e elevação do trabalho campestre, de modo a incutir-se na consciência da criança o amor à terra, o sentimento da nobreza das actividades agrícolas e a ideia do seu valor económico como factor de melhoria de vida.

Embora todos os estabelecimentos de ensino estejam sujeitos à orientação pedagógica e fiscalização dos serviços de Educação, há que distinguir, quanto à sua manutenção, a existência de: escolas oficiais, a cargo do Estado; postos escolares, a cargo do Estado e das comissões municipais; escolas das missões, a cargo da diocese; escolas militares, a cargo do comando militar; e escolas particulares, algumas

a cargo de empresas particulares, como as que a Sociedade Agrícola Pátria e Trabalho mantém na sua feitoria sede; e as escolas privativas das colónias chinesa e árabe, as primeiras das quais estão largamente espalhadas por toda a província.

Os números que seguem indicam o que tem sido o ensino primário em Timor na década actual:

Anos lectivos	Alunos matriculados	Agentes de ensino
1959/60	4 898	139
1960/61	6 076	239
1961/62	8 995	229
1962/63	12 994	391
1963/64	14 228	411
1964/65	18 403	386
1965/66	18 488	450
1966/67	20 813	467
1967/68	23 059	490
1968/69	27 299	513

ENSINO LICEAL

Com o carácter de ensino particular liceal oficializado foi, em 1938, instituído o Colégio Liceu Dr. Vieira Machado.

Funcionando apenas com o 1.º ciclo e com professores a título gracioso, só a partir de 1952 é que se pode considerar como autênticamente oficial a sua existência. Foi a partir de então que nele se puderam realizar, com validade oficial, os exames de

admissão, os de 1.º e 2.º ciclo e os singulares correspondentes; ao mesmo tempo foi autorizado o ensino das disciplinas do 2.º ciclo liceal.

Data de 1960 o actual Liceu Dr. Francisco Machado, legítimo sucessor do estabelecimento que o precedeu.

Neste estabelecimento é o ensino liceal ministrado em dois cursos: o diurno para o 1.º e 2.º ciclos e o nocturno para os três ciclos.

Ainda no interior da província têm existido cursos particulares de âmbito liceal, a cargo das unidades militares, e destinados aos seus militares e aos civis que os desejam frequentar.

Os números que seguem, mostram o movimento dos últimos anos no ensino liceal, em Timor:

Anos lectivos	Alunos matriculados	Agentes de ensino
1960/61	175	15
1961/62	183	16
1962/63	211	13
1963/64	262	28
1964/65	387	33
1965/66	607	48
1966/67	833	36
1967/68	588	
1968/69	376	

O decréscimo de frequência a partir de 1967/68 deve-se ao facto de neste mesmo ano ter sido aberto em Timor o ensino técnico profissional, para onde

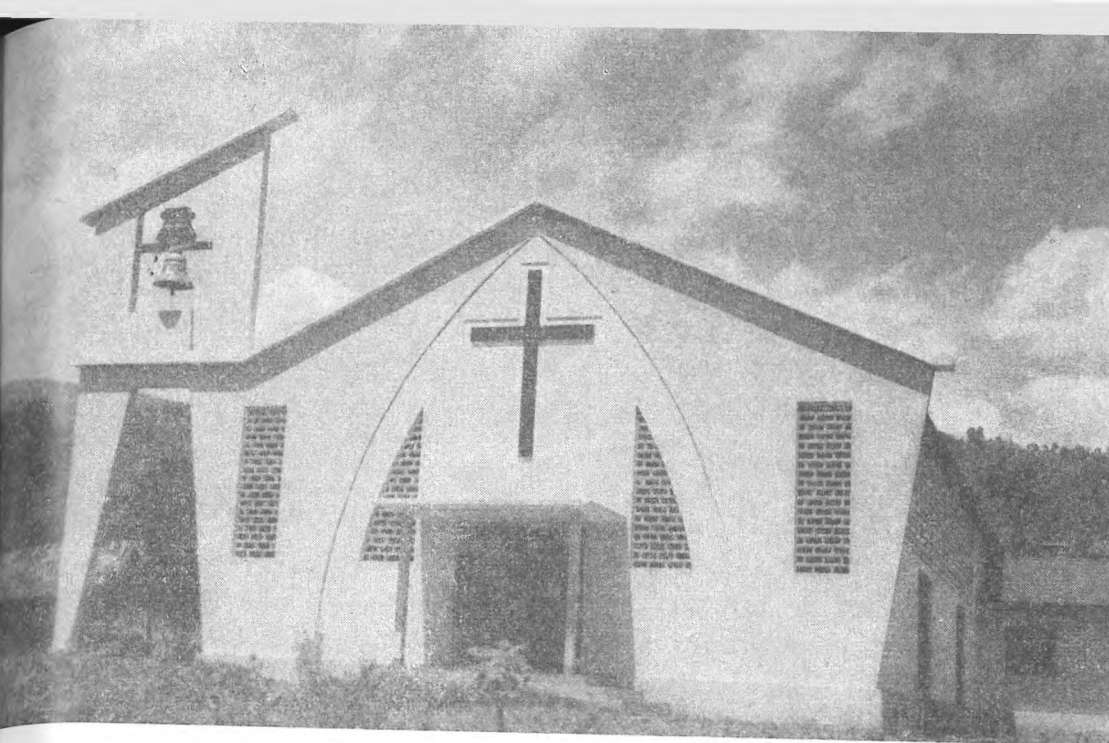
se canalizaram parte dos novos estudantes do ensino médio e de, em 1968/69, se ter criado o ciclo preparatório para o liceu e escolas técnicas, o qual teve uma frequência de 333 alunos.

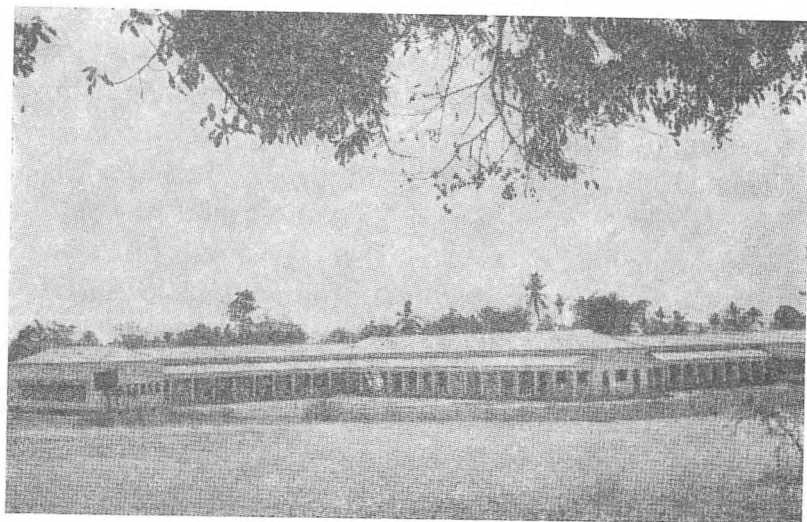
A colónia chinesa mantém em Díli um colégio-liceu, em edifício apropriado e capaz, com programas próprios para o ingresso nas universidades da Formosa. Tem uma frequência escolar da ordem dos 100 alunos, a cargo de uma dezena de professores de nacionalidade chinesa.

O edifício do Liceu Dr. Francisco Machado tem sido contìnuamente ampliado com novas salas de aula, biblioteca, etc., estando em construção o ginásio, também destinado a festas escolares, conferências, etc.

ENSINO ECLESIÁSTICO

Data de 1936 a fundação do seminário, pelo superior da missão de Soibada e actual bispo de Timor, D. Jaime Garcia Goulart. Funcionou então conjuntamente com o colégio e a Escola de Professores Catequistas dessa missão.

Após as vicissitudes da guerra, e uma efémera passagem por Lecidere (actual Paço Episcopal), a sede do seminário veio a fixar-se em Dare. Data de Outubro de 1954 a erecção canónica do Seminário

Igreja da Becora, em Díli

Colégio das Missões de Balide, e Díli

de Timor, cuja direcção pertence, desde 1958, à Companhia de Jesus.

Em 1964 era frequentado por 54 alunos.

MAGISTÉRIO

Quando bispo de Macau e Timor, D. José da Costa Nunes fundou, em 1924, a Escola de Professores Catequistas, destinada a preparar os modestos mas preciosos colaboradores dos missionários de Timor, na sua importantíssima tarefa de catequizar os timorenses e de os iniciar nos primeiros rudimentos da palavra escrita e falada.

Após a libertação o prelado da diocese, que fora professor daquela escola, procedeu à reforma respectiva.

A partir de 1964 a formação para o magistério masculino passou a processar-se no Colégio de S. Francisco Xavier, em Dare, onde se ministra o 1.º ano, e no Colégio Bispo de Medeiros, em Lahane, onde se ministram o 2.º e o 3.º anos. Foi também iniciado em 1964, na Escola de Balide, um curso idêntico de magistério feminino.

Em 1965, com a abertura em Timor da primeira escola de habilitação de professores de posto escolar foram absorvidas as escolas de professores catequistas da diocese, tendo os seus alunos transitado directamente para aquela outra escola.

Esta escola ficou funcionando em Díli, sob a direcção da diocese, ficando as alunas instaladas no lar feminino, a cargo das irmãs canossianas, e os alunos no edifício do Colégio Bispo de Medeiros, em Lahane.

O curso é de 4 anos, sendo a frequência, por cada ano, de cerca de 30 alunos, igualmente repartidos pelos dois sexos, o que dá uma frequência máxima da ordem dos 120 alunos. Em 1968 saíram os 28 primeiros diplomados.

Durante as férias grandes, em cursos intensivos, com a duração de dois meses, e com uma frequência da ordem dos 200 alunos, funcionam em Díli cursos de preparação de novos monitores escolares e de melhoria de conhecimentos dos monitores já em exercício.

O recurso a monitores escolares foi, evidentemente, uma solução de emergência, que se terá de manter enquanto a província não dispuser do número suficiente de professores oficiais ou de professores de posto escolar, diplomados pelas escolas do magistério primário ou pelas escolas de habilitação de professores de posto escolar.

ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

Enfermagem: Junto do Hospital Central de Díli vinham funcionando, desde 1947, escolas de habilitação de enfermeiros, parteiras visitadoras e pes-

soal auxiliar de enfermagem. Em 1964, e em consequência da publicação do Decreto n.º 45 818, foi criada a Escola Técnica dos Serviços de Saúde e Assistência, com os cursos geral de enfermagem e de auxiliar de enfermagem, a qual, naquele ano, tinha uma frequência de 58 alunos.

Artes e ofícios: Embora com antecedentes — em 1960 foi eventualmente organizado em Díli um curso de electricistas — só em 1964, com a colaboração dos salesianos, foi iniciado o ensino sistemático de artes e ofícios, numa escola provisòriamente instalada no Colégio D. Bosco, em Fuiloro.

A sua frequência inicial foi bastante fraca, e a ulterior abertura da escola industrial e comercial, mais diminuiu o interesse do timorense por aquele outro ensino.

As unidades militares mantêm em determinados dos seus estabelecimentos, escolas práticas de aprendizagem de algumas artes e ofícios.

O ensino técnico profissional está, desde o ano lectivo de 1966/67, como já vimos, a ser ministrado em Díli, na «Escola Técnica Elementar Prof. Silva Cunha», hoje transformada em Escola Industrial e Comercial, a qual abrange não só o curso preparatório, mas também cursos de comércio e de alguns ramos técnicos industriais.

Este estabelecimento, que abriu em 1966/67 com 12 alunos, atingiu logo no ano seguinte 144 e em

1968/69 o número de 92, visto ter sido criado o ciclo preparatório que absorveu 333.

Dispõe de edifício apropriado, construído no centro de Díli, segundo as mais modernas técnicas e necessidades escolares, estando já em funcionamento a ala comportando as salas de aula.

O ensino elementar agrícola, instituído de acordo com o Decreto n.º 46 464, de 31 de Julho de 1965 e regulamentado, em Timor, pelo Diploma Legislativo n.º 740, de 26 de Novembro de 1966, foi entregue, por contrato de Novembro de 1967, à ordem salesiana de Timor.

Está o governo da província construindo nos arredores de Baucau, em Fatu-Maca, um importante conjunto escolar, comportando o edifício de aulas teóricas e de laboratório, pavilhões para dormitórios dos alunos, cozinhas e refeitórios, residências para missionários e professores, capela, armazéns, arrecadações, áreas de agricultura e de pastagens, etc.

Encontram-se construídos o edifício escolar, com 12 salas de aula, os dormitórios e os armazéns.

A mesma escola entrou em funcionamento com o curso elementar de agricultura.

Ainda outros cursos técnicos, de preparação profissional têm sido regidos, a título esporádico e pelos próprios serviços provinciais ou por outras entidades, e com vista à satisfação de suas próprias necessidades ou por interesse geral da província. Salientam-se os cursos de mecânicos electricistas para as centrais eléc-

tricas da província, os cursos de monitores agrícolas e de tractoristas, os de guarda pecuária, e os de contabilidade, estabelecidos pela A. C. A. I. T.

ENSINO PARTICULAR

Em Timor, o ensino particular é representado, em especial, pelas escolas das comunidades chinesa e árabe.

A criação, em 1914, do Clube Chum Fá Hok Tong Su Pó está na base da instituição da escola chinesa de Díli e de todas as que, no interior, a acrescentaram.

O ensino ministrado nas escolas chinesas é o oficialmente professado na Formosa, mas, complementarmente, ensina-se, em todas as classes, a Língua e História Portuguesa

A comunidade árabe, com o fim religioso de permitir o estudo do Corão, mantém uma escola na sua mesquita, onde se ensina a ler árabe. Mas ensina-se também o português.

OUTROS GRAUS E RAMOS DE ENSINO

O prosseguimento dos estudos nos graus médio e superior e nos ramos não existentes na província, é assegurado aos estudantes, que o mereçam e o dese-

jem, mediante a concessão de bolsas de estudo na metrópole ou noutra província ultramarina.

As referidas bolsas de estudo têm sido concedidas pelo Governo da província, pelo Ministério do Ultramar, pela Fundação Gulbenkian, pela Câmara Municipal de Díli e pelas comissões municipais, por diversas entidades privadas, como a A. C. A. I. T., a S. A. P. T., etc.

MOCIDADE PORTUGUESA

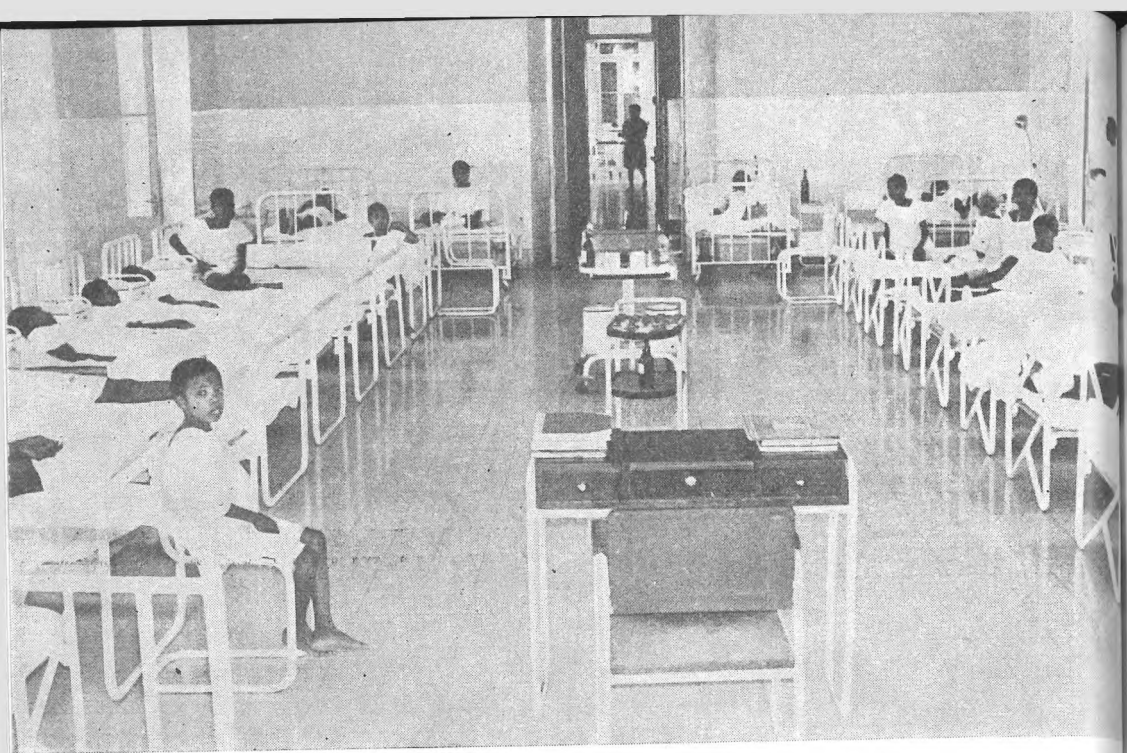
A juventude timorense, dum modo geral, é propícia às actividades da Mocidade Portuguesa, fazendo gosto no seu uniforme e nas suas práticas.

Estão organizados os ramos masculino e feminino da mesma organização, os quais mantêm Centros nos principais estabelecimentos de ensino espalhados pela província, inclusive em alguns colégios com internato, da diocese.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Embora date de 1896 a autonomia administrativa da província, o certo é que, depois disso, os seus serviços de saúde se mantiveram ainda dependentes de Macau, que destacava para Timor um delegado de saúde.

Hospital Rural da Ermera

Posto sanitário de Laga

Enfermaria do Hospital Dr. Carvalho, em Díli

Campanha anti-boubática, em massa

Em 1906 foi inaugurado em Lahane um edifício para hospital militar, ao qual foi dado o nome de «Hospital D. Carlos I», mudado, em 1910, para «Hospital Dr. Carvalho», em homenagem a um médico falecido em Timor, vítima da sua dedicação.

Em 1915 havia em Díli três médicos, os quais visitavam o interior alternadamente.

Em 1918, com a criação dos Serviços de Saúde, foi a rede sanitária alargada a Baucau, Manufai e Bobonaro, ao mesmo tempo que pelo interior se espalhavam ambulâncias com enfermeiros recrutados nos diversos comandos militares e habilitados com o curso de enfermagem.

A partir de 1920 operaram-se com certa frequência rectificações na localização das delegacias e formações sanitárias existentes, bem como nos quadros sanitários.

Depois de 1929 e, especialmente, de 1937 acentuou-se a eficiência da rede de assistência sanitária. São levantadas enfermarias em Ermera, Liquiçá, Ainaro e Baucau, e aumenta o número de postos no interior. Em Díli, em 1938, é construído um pavilhão de isolamento para tratamento da tuberculose e instituída uma creche.

Havia então na província 3 hospitais dos Serviços de Saúde, 1 hospital particular, 1 maternidade, 19 postos sanitários e 1 posto de socorros, dispondo, ao todo, de 5 médicos e 42 enfermeiros.

Com a invasão estrangeira, a obra em desenvolvimento foi quase totalmente destruída e a assistência paralisou. Depois da libertação foi preciso começar de novo.

Construídos ou reparados, foram postos em funcionamento a partir de 1948 os hospitais de Baucau e Ainaro, as maternidades de Díli e de Baucau e os postos sanitários de Lospalos, Laclubar, Aileu, Same, Lautém, Oé-Silo, Ossu e Venilale, além de outros cujos edifícios provisórios foram sendo, a pouco e pouco, substituídos por instalações definitivas.

Todo o material teve de ser renovado. Para o Hospital Central de Díli adquiriu-se uma eficiente aparelhagem de raios X, enquanto as suas instalações continuaram a ser alargadas.

No Centro de Saúde de Díli agruparam-se a farmácia do Estado com os seus laboratórios e depósito, as consultas externas de medicina e cirurgia, e os gabinetes de estomatologia e de raios X.

Entretanto, os Serviços de Assistência, regulamentados em 1946, foram exercendo uma notável acção, com a concessão de pensões mensais e subsídios a inválidos, viúvas e indigentes, o pagamento de mensalidades a alunos pobres internados em colégios e escolas missionárias ou do ensino liceal, o fornecimento de livros e material escolar a alunos assistidos, a concessão de passagens de ida e volta a doentes pobres e seu tratamento na metrópole,

e o serviço de transporte de doentes dentro da província.

Em 1962 a assistência era prestada a 140 estudantes e a 386 outras pessoas.

O quadro relativo aos Serviços de Saúde e Assistência mostra que, em 1963, havia 5 hospitais dos Serviços e 1 particular, 3 maternidades, 51 postos sanitários e 3 postos de socorros, dispondo, no total, de 12 médicos e 88 enfermeiros.

Mais recentemente já entraram em serviço novos postos sanitários e hospitais rurais.

Com a publicação, em 1964, do Regulamento dos Serviços de Saúde e Assistência do Ultramar (Decreto n.º 45 541), foi definida a missão daqueles Serviços:

a) Promover a defesa e protecção da saúde das populações, a sua educação sanitária, a melhoria das suas condições fisiológicas, e a prevenção e combate das doenças endémicas e epidémicas.

b) Estabelecer normas de salubridade urbana, rural e habitacional, da higiene do trabalho e das indústrias.

c) Promover o saneamento do território.

d) Proteger e amparar os indivíduos e seus agrupamentos naturais contra carências e outras disfunções sociais e ainda contra flagelos cuja prevenção e correcção caiba nos planos gerais de assistência.

e) Manter sempre actualizado o estudo das necessidades efectivas de assistência sanitária contra os grandes flagelos sociais e as endemias, por forma a se poder organizar o seu combate metódico, quando necessário.

Ulteriormente foram na província publicados: o Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Assistência de Timor, o Regulamento da Escola Técnica dos mesmos serviços, o Regulamento dos Hospitais da província e o Regulamento que fixa as normas de assistência clínica e farmacêutica a particulares e ao pessoal ao serviço de actividades oficiais e suas famílias.

Sanitàriamente, a província constitui um distrito sanitário que, para efeitos de administração sanitária, tem 12 delegacias de saúde.

A rede sanitária geral da província é hoje constituída pelo Hospital Central e Regional de Díli Dr. Carvalho, o Hospital Sub-Regional de Baucau e 8 hospitais rurais, todos nas sedes das delegacias de saúde. Além destas formações sanitárias, a província tem, actualmente, 14 maternidades — duas regionais e doze rurais — e 47 postos sanitários rurais, nas sedes dos postos administrativos.

O hospital de Díli, já fora da parte central e baixa da cidade, dispõe de enfermarias de cirurgia, de medicina, de isolamento e de pediatria, duma boa

e bem equipada sala de cirurgia e de gabinetes de raios X, fisioterapia, laboratório clínico, etc.

A aparelhagem de raios X, que substituiu a anterior e que possui a potência conveniente para as necessidades normais da província, foi oferta da Fundação Calouste Gulbenkian em 1966.

Junto do Hospital Central funciona a Escola Técnica dos Serviços de Saúde e Assistência.

Os hospitais rurais têm, no mínimo, uma capacidade para 20 a 30 camas, para doentes de ambos os sexos; os postos sanitários têm uma capacidade de internamento nunca inferior a 10 doentes, também de ambos os sexos. Estes ainda dispõem de um anexo, que constitui uma pequena maternidade.

Para a consecução deste programa definiram-se os protótipos das construções, normalizou-se o mobiliário e o equipamento sanitário, e determinaram-se os níveis de medicamentos a atribuir.

Ainda na cidade de Díli, na sua parte central, existe um centro sanitário que funciona como anexo do Hospital Central e que possui:

— um banco de urgência, tendo este uma pequena dependência de radiologia de urgência, uma sala de observações (S. O.), salas de tratamento de pequena cirurgia e de admissão, etc.;

— consultas externas das especialidades de estomatologia, oftalmologia, otorrinolaringologia,

obstetrícia e pediatria e clínica médica e cirúrgica.

Junto de cada hospital rural funciona um centro de saúde rural, com um posto de medicamentos e material cirúrgico da delegacia de saúde.

Em cada posto sanitário funciona uma consulta externa e um dispensário de luta contra certas doenças, tais como a filaríase, a malária, lepra, tuberculose, gonococia, etc.

Os serviços farmacêuticos dispõem de um depósito central de medicamentos e material cirúrgico, duma farmácia central e de postos de medicamentos, na maior parte rurais, junto das delegacias de saúde, dum laboratório farmacotécnico e, em organização, dum laboratório de análises químicas, bromatológicas e toxicológicas.

Os serviços de saúde pública estão à responsabilidade das delegacias de saúde, com serviços sanitários e serviços de higiene pública.

O serviço de saúde escolar de Díli é dirigido por um médico escolar e tem duas unidades de enfermagem privativas.

A Brigada Itinerante de Estudo e Combate às Endemias possui duas secções técnicas de prospecção clínica e investigação laboratorial e de entomologia.

A 1.ª secção tem duas equipas itinerantes; a secção de entomologia terá uma equipa itinerante logo que seja possível a sua organização.

Esta Brigada dispõe, em Díli, dum bem instalado e apetrechado laboratório.

Para o preenchimento dos seus quadros de médicos, em especial de especialistas, tem a província contado com a notável colaboração dos médicos militares em comissão de serviço no respectivo comando.

A S. A. P. T. dispõe do Hospital Rural Celestino da Silva, de um posto de tratamento e de alguns postos de enfermagem, nas suas plantações de café e para serventia do seu pessoal trabalhador e familiares.

O interesse que a saúde e a assistência à população tem merecido do respectivo Governo é evidenciado na apreciação das verbas gastas nos últimos anos. A despesa com pessoal de saúde, com medicamentos, com equipamentos, com instalações, etc., em 1968, foi 100 % mais que a de 1962.

AGRICULTURA E FLORESTAS

Podem considerar-se em Timor três regiões agrícolas principais: a da costa norte, a da costa sul e a das montanhas.

Na costa norte é possível a agricultura em boas condições nos amplos vales das ribeiras (Lóis e afluentes, Gleno, Laleia e Lacló), onde se tem desenvolvido a cultura do arroz em regadio.

A relativa escassez de chuvas torna, por vezes, as culturas de sequeiro insuficientes e fomentadoras da destruição do solo.

Nas encostas do planalto de Baucau o arroz dá-se bem, mas a secura reduz as possibilidades do planalto de Fuiloro.

Além do arroz são também viáveis a cultura do algodão, a da cana-de-açúcar e, até, a do café.

Na região da costa sul, o regime de chuvas permite a agricultura de sequeiro. Até aos 600 metros de altitude, e excluindo uma pequena faixa costeira, toda a região tem grande interesse agrícola.

A cultura do arroz pratica-se nas extensas planícies, desde Betano a Viqueque.

Mas a fertilidade dos solos permite ainda uma importante agricultura alimentar, enquanto que em muitas encostas e nas margens de certas linhas de água se desenvolve a cultura do café.

Dos 600 aos 2000 metros de altitude estende-se a região agrícola montanhosa.

Os principais produtos agrícolas de produção local e de consumo interno são o milho, o arroz, o feijão, a batata-doce, a mandioca, o amendoim e o tabaco, que, duma maneira geral, satisfazem as necessidades do timorense. Em certas áreas produz-se trigo, cevada, ervilha e fava.

Cultiva-se em larga escala o café, especialmente em certas áreas dos concelhos de Ermera, Liquiçá, Díli, Ainaro e Same.

Além do café, as outras maiores produções para exportação da agricultura timorense são a borracha (das seringueiras de Hato-Lia, Viqueque, costa sul, etc.) e a copra, dos coqueiros litorais e das terras baixas. As quantidades (em toneladas) e os valores (em contos) destes três produtos, nas exportações de 1955 e de 1960 a 1968, foram as seguintes:

	Café		Borracha		Copra	
Anos	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1955	948	28 532	229	3400	1385	3294
1960	1246	19 678	305	4221	1282	4496
1961	1498	19 713	337	4343	1716	4562
1962	1856	26 350	295	3137	1401	3997
1963	2444	35 313	257	2734	1586	4752
1964	2390	43 626	237	4925	1627	4925
1965	2570	46 861	355	2257	1387	4387
1966	1496	27 828	204	1833	1209	3566
1967	3531	60 483	150	1033	1526	7294
1968	2919	48 079	140	833	1008	3655

A «exploração da terra» continua a ser a principal razão da vida da província. Não se vê que outra forma de exploração seja capaz de a dominar, antes parecendo que cada vez ela mais se destaca, como

que a exigir que sobre ela convirjam todos os esforços no sentido de a valorizar.

Seja qual for o sector de vida que se considere, dentro da estrutura económica da província, todo ele dependerá mais ou menos estreitamente da exploração da terra.

A natureza é tão pródiga que vai ao ponto de, quase só por si, dar produtos de valia, cujo aproveitamento a pouco mais obriga do que à simples colheita, como, por exemplo, o camim, a sumaúma, a tuaca, etc.

A acção dos serviços responsáveis pela orientação da actividade agrícola da província, pode, dum modo geral, sintetizar-se nos seguintes aspectos:

— Fomento agrário:

— assistência agrícola, incluindo aquisição e produção de sementes seleccionadas, de insecticidas, alfaias, máquinas, instrumentos e utensílios agrícolas, sua conservação e transporte;
— experimentação agrícola, incluindo a criação, apetrechamento e manutenção de pequenos postos de experimentação;
— reconhecimentos, estudos e ensino agrícola;
— defesa contra a erosão.

— Fomento florestal:

— repovoamento florestal, incluindo a defesa dos povoamentos naturais e a criação de outros novos;

— reservas florestais, sua constituição e protecção;

— reconhecimentos e estudos.

Para a primeira destas tarefas dispõem, presentemente, os serviços e as comissões municipais, de dezenas de tractores agrícolas, com as respectivas alfaias, orientando seguidamente os agricultores nos primeiros anos de trabalho e cedendo-lhes sementes seleccionadas, dos campos experimentais criados em áreas escolhidas.

Tendo em conta a segunda das tarefas, existem os campos da costa sul, em Betano, e da fronteira oeste, na Maliana, destinados à preparação de sementes de milho, feijão, algodão, soja, etc., os do Manatuto, na costa norte, para os trabalhos de experimentação do arroz, e o campo experimental da Gleno, para os estudos respeitantes ao café, bem como viveiros de café, de coqueiros, de árvores de sombreamento do café, etc., a cargo dos mesmos serviços ou das administrações dos concelhos, nas áreas mais convenientes às respectivas culturas.

Dos referidos campos e viveiros, de 1959 a 1966, inclusive, foram distribuídos cerca de 5100 milhares de pés de cafèzeiros, 750 mil de coqueiros, 630 mil de madres del cacau, 91 mil borrachíferas, 25 mil árvores de frutos e ainda numerosas pimenteiras, palmeiras, cajueiros, sândalos, etc.

Paralelamente, são distribuídas gratuitamente ou vendidas a baixo preço, ferramentas agrícolas, como enxadas, pás, charruas, sendo igualmente cedidas, a título de prémio, juntas de bois, devidamente treinadas.

O agricultor, além de procurar insistntemente o trabalho do tractor dos serviços ou das comissões municipais, também já, embora em número muito escasso, vai tentando possuí-lo como sua propriedade, pelo que recorre às facilidades de crédito que pelo Governo lhe são concedidas.

Para a melhoria da qualidade do café proveniente das propriedades dos naturais, o qual representa cerca de 2/3 do café colhido na província, têm sido construídas eiras e tanques de cimento, e montadas unidades de despolpa nas áreas de maior produção cafeícola.

Tendo em vista o regular aproveitamento das águas, foi esboçado um programa de obras de pequenos aproveitamentos hidroagrícolas que, melhorando os regadios existentes, conduzissem, simultâneamente, a um aumento de área irrigável.

Foram já executados ou estão em curso os trabalhos seguintes:

— em Natar Bora, na costa sul do concelho de Manatuto, que permite irrigar uma área de 300 ha;

— em Tapo Laran, na margem esquerda da ribeira de Lóis, junto à foz da mesma ribeira, para uma idêntica área de 300 ha;

— na margem direita da mesma ribeira, no concelho de Liquiçá para uma área de 800 ha;

— na Maliana, ainda incompleto, aproveitando a água da ribeira do Bulobo, para uma área de 800 ha;

— em Lete-Foho, de Same, para uma área de 250 ha;

— na ribeira de Sarim, do posto de Aileu;

— no Ué-Berec, do concelho de Same, em acabamento, para uma área de 600 ha;

— o canal pênsil sobre a ribeira de Carlile, no Manatuto, e em construção, na mesma região, o dique da ribeira de Chumasse;

— a tomada de água nas várzeas de Batugadé.

No campo florestal, começou-se recentemente a encarar o problema com o estudo de duas das principais áreas florestais da província: a de Loré, no

S. E., rica em teca, pau-rosa, pau-ferro, etc., e a de Tilomar, no S. W., rica especialmente em sândalo. Assim, nestas áreas, todo o corte de árvores é hoje controlado pelos serviços e fiscalizado por guardas florestais.

O sândalo de Timor *(Santalum album)*, embora tenha hoje reduzida importância, comparado com a que tinha noutros tempos, em que era muito procurado em toda a Ásia, desde a Índia à China, ainda tem a sua franca representação em algumas áreas da província, podendo esta ser aumentada se medidas de protecção e do seu alargamento forem continuadas.

Em Tilomar e no Oé-Cussi foram, em 1966 e 1967, feitos desbastes no arvoredo de sândalo existente, num total superior a 50 toneladas e com um rendimento superior a 500 contos (7$30/quilo).

A província dispõe de muito boas outras madeiras, de interesse tanto para consumo local, como para uma futura exportação apreciável.

O palavão branco *(Eucaliptus alba)* reveste, em toda a província, a maior parte das elevações até aos 700 metros. Mais acima aparece o palavão preto *(Eucaliptus Decaisneana)*, de melhor madeira. Ambos são utilizados na construção civil.

O mogno *(Cedula Toona)*, designado por ai-seria, emprega-se, no litoral, na construção de barcos.

O pau-rosa *(Pterocarpus indicus)* existe, na ilha, até aos 700 metros de altitude. A madeira é utilizada em marcenaria.

O pau-ferro *(Sesbania grandiflora),* abundante na costa sul, é característico das grandes planícies. A madeira, muito rija e pesada, é empregada em estacaria.

As casuarinas *(Casuarina Junghuhniana)* orlam as margens das grandes ribeiras, servindo como árvores produtoras de sombra, nas plantações de café.

A teca *(Tectona Grandis)* dá-se bem em quase todo o litoral, em especial na costa sul. É uma boa madeira para marcenaria.

Evidentemente que se encontram ainda, em Timor, muitas mais espécies valiosas (*Albizzia moluccana, Bischoffia javanica, Leucoena Glauca, Tamarindus indica, Ficus Benjamina,* etc.), mas as indicadas já dão uma ideia da riqueza florestal da província.

PECUÁRIA E PESCA

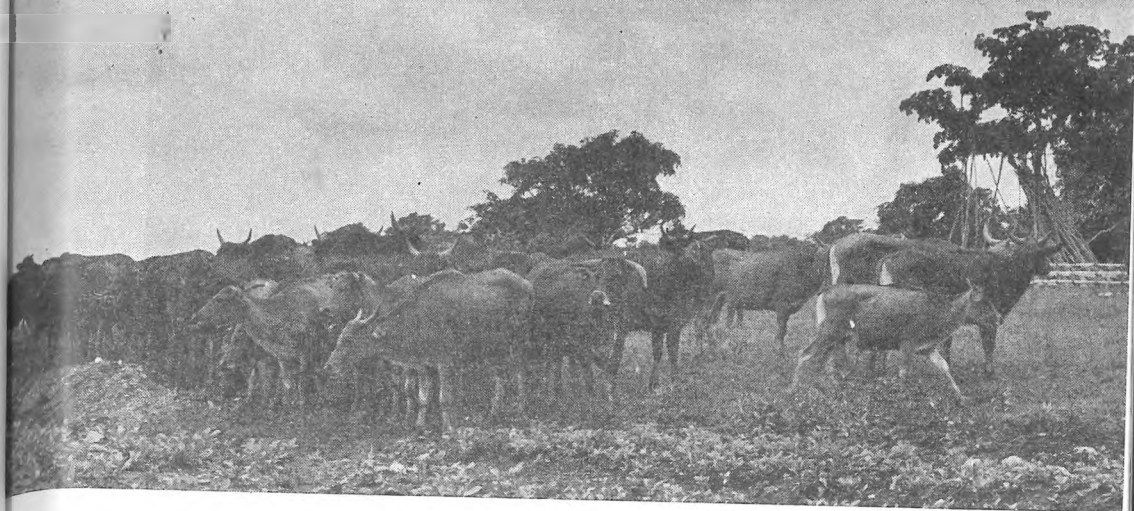
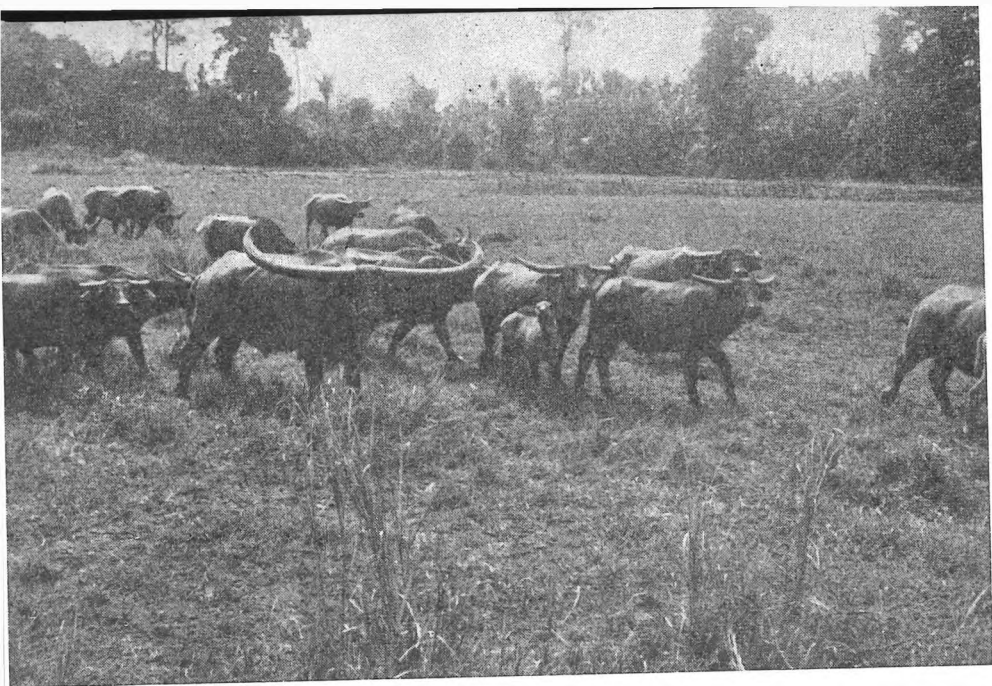
A riqueza pecuária da província de Timor é notável: em 1968 havia 752 255 cabeças de gado, ou seja uma densidade de 39,58 por quilómetro quadrado.

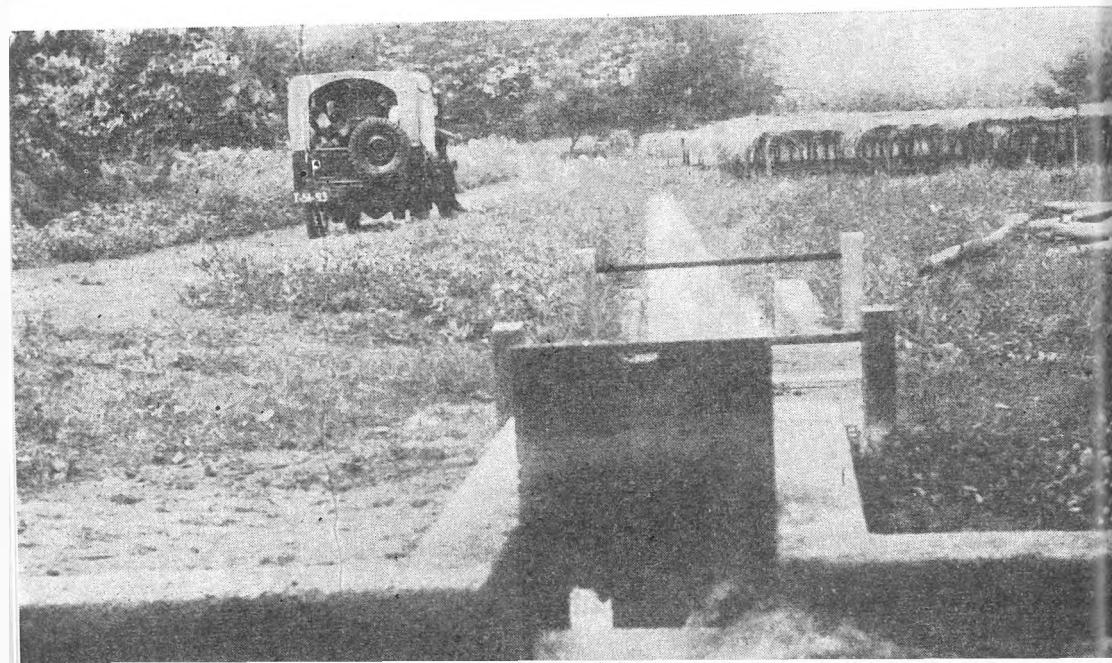
Eis mais alguns números elucidativos, relativos aos arrolamentos de gado em 1950, 1955, 1960, 1965 e 1968:

Anos	Bovinos	Bufalinos	Equinos	Suínos	Ovinos	Caprinos	Total
1950	2 726	91 107	45 799	129 823	36 480	103 003	408 918
1955	10 242	97 585	56 438	188 498	44 039	197 610	594 412
1960	24 172	112 753	91 657	227 161	42 335	229 494	727 572
1965	51 434	124 301	105 845	225 683	57 271	251 118	795 652
1968	56 797	120 800	104 854	213 991	40 003	215 810	752 225

Em geral os animais são de pequeno porte e criados em regime de liberdade, notando-se por vezes a falta de pastagens. Desta forma, o rendimento por cabeça é normalmente inferior ao que seria de esperar.

De facto, nem sempre têm resultado as tentativas de introdução de raças ou reprodutores seleccionados, mas é notório e de grande alcance o trabalho de auxílio aos criadores, principalmente quanto à distribuição de animais escolhidos.

O Governo de Timor tem em actividade um centro de criação de gado em Same, na costa sul, com cerca de 1000 cabeças de gado bovino balinês e um outro centro em Lospalos, no extremo este da ilha, com cerca de 600 cabeças de gado bovino balinês e 90 de gado leiteiro Jersey, este último proveniente de importações feitas há uma dezena de anos da Austrália.

Manada de gado bovino «balinês»

Manada de gado bufalino

Tomada de água na planície de Lete-Foho, de Same

Em Díli existe um posto de tratamento pecuário e avícola.

Como medida de fomento, tendo em vista o aumento de gado bovino na província, foram determinadas normas de cedência de gado de procriação e de trabalho aos agricultores. De 1963 a 1968, inclusive, foram distribuídos um total de 1380 cabeças de gado bovino balinês.

Medidas de sanidade pecuária e de protecção do gado existente, têm sido promulgadas e aplicadas, sempre no sentido de defender, de melhorar e de incrementar esta potencial riqueza timorense, de modo que a mesma possa não só contribuir para uma melhoria da dieta alimentar local, mas também, para que venha a constituir uma importante mercadoria de exportação.

PESCA

Neste sector, assinala-se que se bem que as águas timorenses estejam incluídas em área de alta produtividade biológica, que é assinalada desde a zona oriental do golfo de Bengala até às proximidades do planalto australiano, a verdade é que pouco se sabe sobre a sua riqueza ictiológica, embora haja razões para se crer que a província dispõe de certas potencialidades piscatórias, ainda não aproveitadas. Para um primeiro apuramento das possibilidades

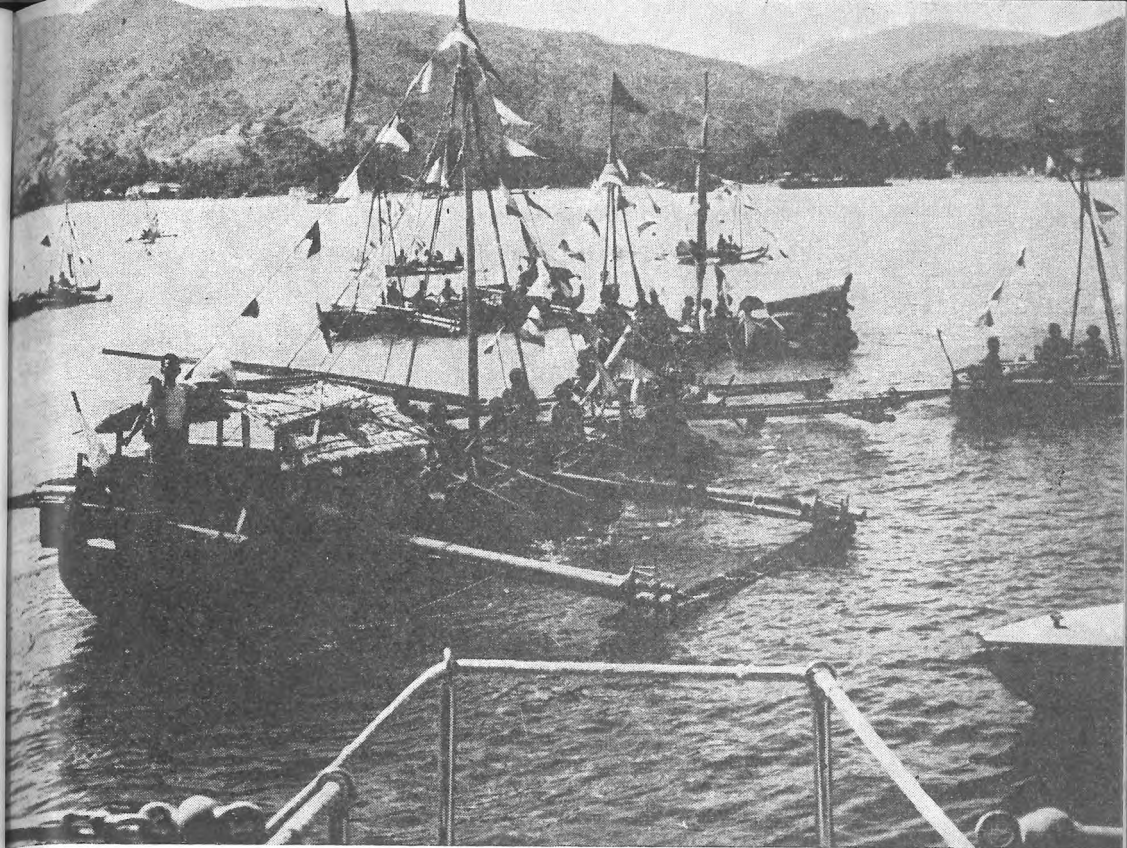
oferecidas pelas águas dos mares timorenses, foi esta província visitada por uma comissão de técnicos do Centro de Biologia Piscatória de Lisboa.

Parece, contudo, que o mar é abundante em peixe, sendo as espécies mais frequentes o atum, o bonito, o tubarão, a garoupa, a corvina, o peixe-serra, a sarda, a cavala, a sardinha, o salmonete, o linguado, a pescada, etc. Há também lagostas, camarões, caranguejos, sapateiras e ostras, bem como toda a sorte de espécies que a variedade de conchas existentes pressupõe.

Nas ribeiras, desde a nascente até à foz, abundam camarões e enguias.

A actividade da pesca é desenvolvida exclusivamente pela população local, mediante a utilização de processos muito rudimentares, como rudimentares são as embarcações (o «beiro» e o «pró», escavados em troncos de «ai-seria», sendo o segundo provido de flutuadores de bambu) e os aparelhos que utilizam na sua faina.

Os centros piscatórios, entre os quais se destacam Liquiçá, Tibar, Díli, Hera, Metinaro, Subão, Baucau e o canal de Jaco, localizam-se todos na costa norte, onde, de modo geral, as condições de tempo são favoráveis durante todo o ano.

A ilha de Ataúro, a cerca de 15 milhas marítimas ao norte de Díli, constitui como que o núcleo da actividade piscatória.

Embarcações típicas timorenses, na baía de Díli

A pesca não é, pràticamente, exercida na costa sul, onde a maior agitação do mar, com ondulação larga e rebentação nas praias, que se acentua no período chuvoso com a monção do sudeste, dificulta ou mesmo impede a actuação dos frágeis barcos utilizados pelos pescadores timorenses.

Com o intuito de se melhorar o anterior sistema de pesca e de se aumentar a quantidade de peixe para consumo, algumas medidas têm sido tomadas, tais como a distribuição de apetrechos de pesca, a preparação de barcos e a instalação de câmaras frigoríficas em Díli, Liquiçá e Ataúro, a que outras se seguirão, consoante o desenvolvimento que esta indústria for apresentando.

INDÚSTRIA E ENERGIA

As actividades industriais em Timor são ainda reduzidas. Há, é certo, a contar com um artesanato local, que compreende a tecelagem dos conhecidos panos de Timor, a ourivesaria, trabalhos artísticos de madeira, cerâmica, chifre de búfalo, extracção rudimentar de sal, etc., mas trata-se de actividades dispersas, sem grande projecção económica.

No campo das indústrias transformadoras, estão actualmente em laboração unidades de sabões, de descasque de arroz, de cigarros, de refrigerantes, de álcool, de extracção de óleos e de tratamento do café.

Há algumas serrações que preparam os madeiramentos para as construções e para o fabrico de mobílias.

Também para consumo interno, fabricam-se tijolos e telhas, nas cerâmicas de Díli e do Manatuto. Esta última, propriedade da comissão municipal do Manatuto, foi recentemente dotada com moderno equipamento mecânico, adquirido na metrópole, e que lhe permite aumentar a produção e melhorar a qualidade do produto acabado, tão necessário e procurado pela construção timorense, em constante crescimento.

Esta mesma cerâmica dispõe dos melhores barros de Timor, segundo exame recentemente efectuado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, sobre amostras que lhe foram enviadas.

No campo das indústrias extractivas, não se têm obtido resultados prometedores, pois que as existências conhecidas de alguns minérios (manganês, cobre, ferro, crómio, etc.), são tão diminutas que não justificam os elevados custos a despender com mais profundas pesquisas e explorações.

Os trabalhos de pesquisa de petróleo, há anos em curso em Timor, entraram recentemente numa mais intensiva fase, com trabalhos mais profundos nas regiões de Suai e de Aliambata, ambos na costa sul. Porém, até hoje, os resultados também ainda não foram satisfatórios, apesar do furo levado até 1800 metros de profundidade, na região do Suai.

Contudo, nesta mesma região, a respectiva comissão municipal tem em funcionamento uma rudimentar destilaria que consegue obter destilados do petróleo, que extrai de poços.

De há longa data que estes produtos têm já o seu mercado, sendo utilizados em viaturas, frigoríficos, etc., e para iluminação.

A energia eléctrica em Timor é obtida através de centrais térmicas, co mexcepção da de Vila Salazar (Baucau) que, além de uma central térmica, possui um pequeno aproveitamento hidro-eléctrico.

Em Díli, a central térmica que dispunha de dois grupos de 250 kW. está sendo reforçada, prevendo-se que vá até uma potência da ordem dos 3000 kW, para que assim possa satisfazer as necessidades do consumo presente e as futuras previsíveis.

Pràticamente existe energia eléctrica em todas as sedes de concelhos e na circunscrição de Oé-Cussi, com corrente de 250 W, mas sòmente em Díli esta funciona no regime consecutivo das 24 horas, e em Baucau, com a energia da central hídrica.

COMUNICAÇÕES

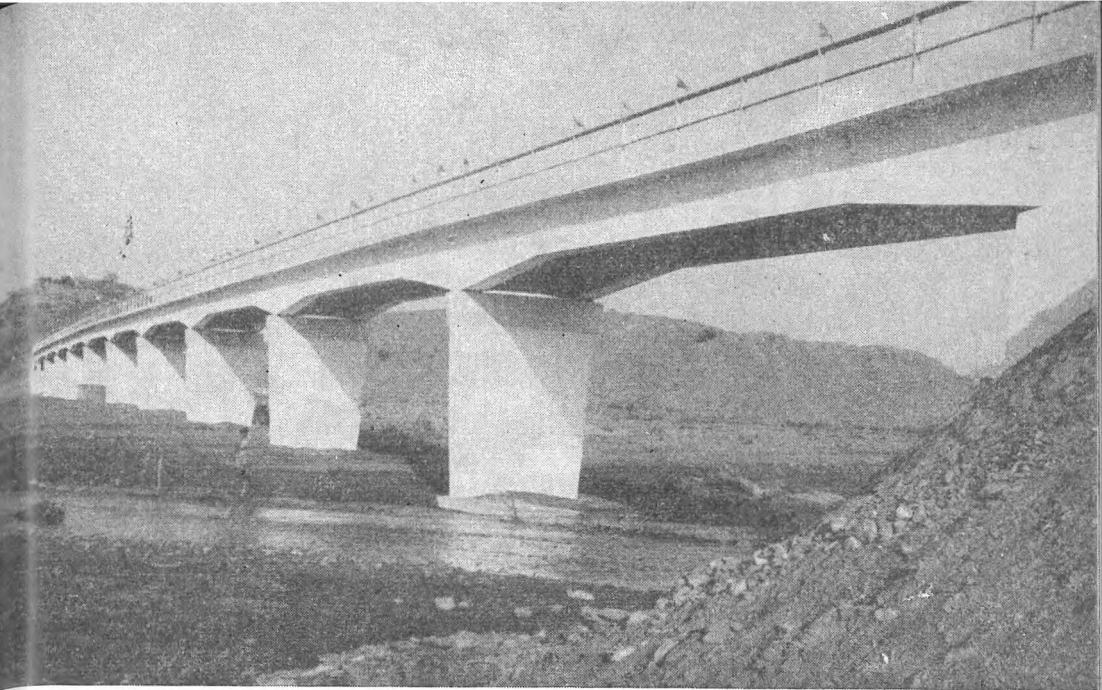
O áspero relevo de Timor, conjugado com o regime de torrentes das suas ribeiras e com as inundações periódicas das suas planícies, tornam difícil e custoso o traçado e a manutenção de um núcleo

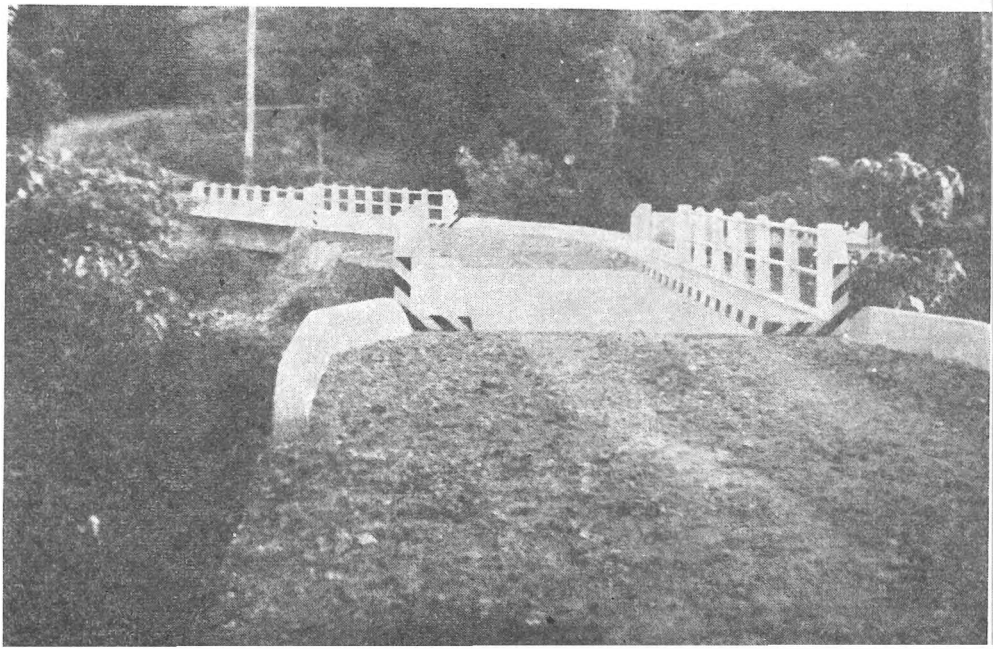
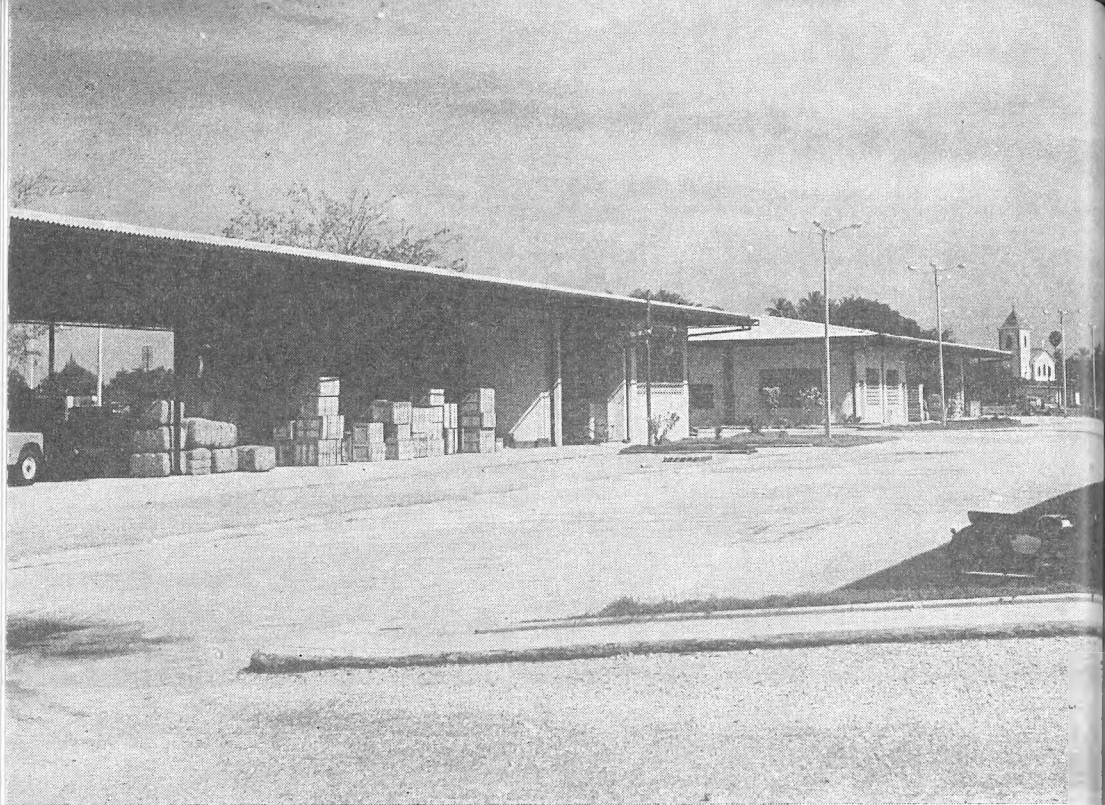
de estradas de utilização permanente durante o ano. No entanto, tal conjunto existe já, embora com as limitações que as épocas das chuvas por vezes lhe impõem.

Bastantes das ribeiras que cruzam as estradas são ainda atravessadas a vau, apesar de algumas pontes, inúmeros pontões e algumas passadeiras, em cimento, se terem já construído, sobretudo nas estradas da costa norte, desde Ermera até Lospalos, e nas que desta conduzem para sul, para Bobonaro, Same e Viqueque.

As principais pontes existentes são a «ponte Governador Alberty Correia», na ribeira de Lacló, no Manatuto, a da ribeira da Comoro, a oeste de Díli e a de Manolede, todas na estrada da costa norte, a de «Raimundo Meira» e a de «Tenente Pires», a norte e a este de Viqueque, sobre as ribeiras de Loi-Umo e de Cuai. Outras grandes pontes estão projectadas como as das ribeiras de Laleia e de Seiçal, também na estrada norte.

Existem duas passadeiras em cimento, nas ribeiras de Vemasse e de Sarim.

A rede de estradas da província de Timor, com a extensão total de 1686 quilómetros, compreende as estradas principais (624 quilómetros), as estradas nacionais de 1.ª classe (183 quilómetros), as estradas nacionais de 2.ª classe (791 quilómetros) e as estradas regionais (88 quilómetros).

Ponte «Governador Alberty Correia», no Manatuto

Pontões sobre a ribeira de Loi-Huno, na estrada de Viqueque

Barracões recuados do porto de Díli

As estradas principais incluem a estrada periférica ao longo da costa norte, com as três grandes transversais (Díli-Betano, Baucau-Bé Aço e Lautém-Loré). Tanto estas como as outras estradas de 1.ª classe estabelecem ligações entre as sedes dos concelhos e a capital, assegurando comunicações com ancoradouros, aeroportos e com a fronteira.

As estradas nacionais de 2.ª classe completam a malha principal da rede, com ligações para os postos administrativos, centros comerciais, industriais ou agrícolas, e para estradas de 1.ª classe.

As estradas regionais são as restantes, consideradas de interesse local.

O aumento de circulação auto nas estradas da província tem sido notável, quer com transportes de pessoal, quer com cargas de toda a natureza, o que é atestado pelo constante aumento de viaturas entradas na província.

O único porto de mar apetrechado é o de Díli, com um cais acostável de 180 metros de comprimento e para um movimento de carga de 180 mil toneladas por ano.

Sobre a própria ponte-cais estão instalados dois amplos edifícios com armazéns e com as instalações dos Serviços das Alfândegas e da Administração do porto de Díli. Outros armazéns e instalações completam o conjunto.

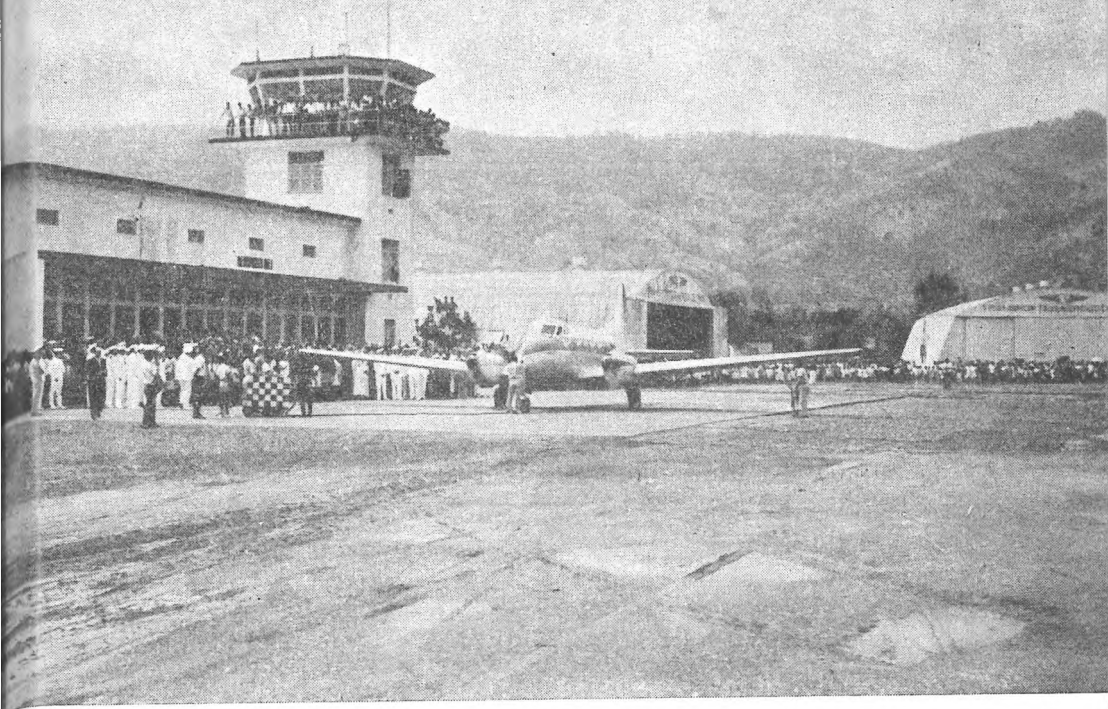
É este porto de Díli visitado, periòdicamente, por norma 3 a 4 vezes por ano, pelos navios da

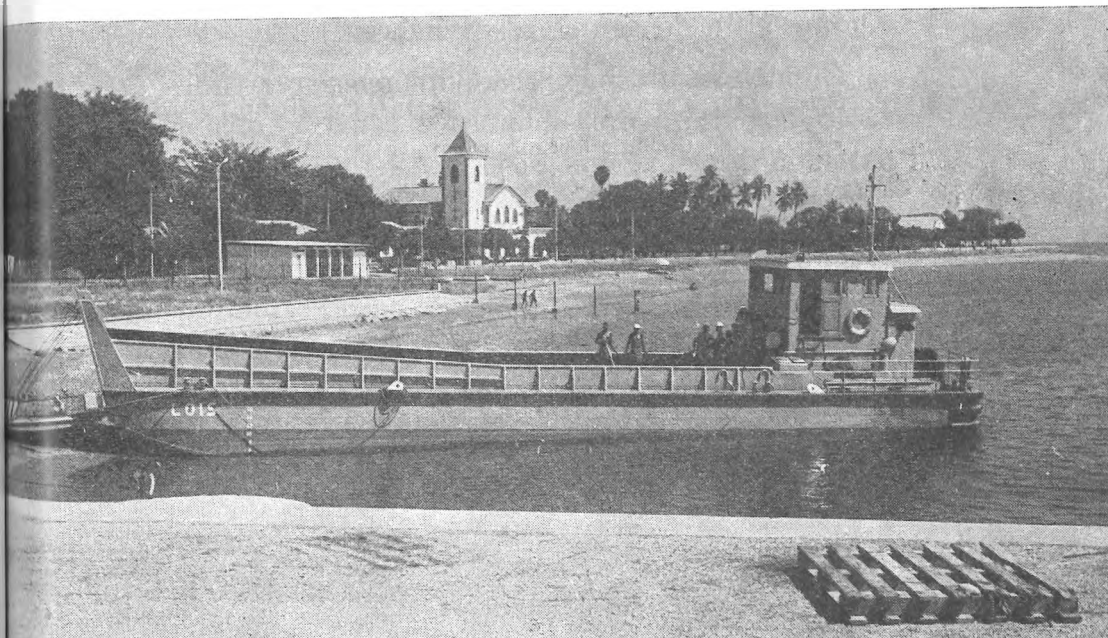
Companhia Nacional de Navegação, que fazem a carreira do Extremo-Oriente.

Ao longo da costa há uma série de pequenos ancoradouros, em geral utilizados ùnicamente na pesca e outros na cabotagem. Alguns dispõem de bons armazéns para a guarda dos produtos transportados ou a transportar pelo mar, tais como: Oé-Cussi, Ataúro, Batugadé, Manatuto, Vemasse, Laga, Ossolôa, Laivai, Lautém, Loré, Aliambata, Beaço, Betano e Suai.

Determinadas empresas estrangeiras têm mostrado interesse em escalar o porto de Díli, em especial uma australiana, que já ali tem feito escala no seu regresso de portos asiáticos.

A província dispõe desde 1963 de um navio com a capacidade de 350 toneladas, o «Arbiru», construído na metrópole e em princípio destinado à cabotagem da ilha. Contudo, este navio, face às suas características e possibilidades, tem-se mostrado bastante mais rendoso e aproveitável nas ligações da província com o exterior, principalmente com Singapura, Darwin, Sidney e inclusive com Hong-Kong e Macau. Anualmente tem percorrido uma média de 20 mil milhas marítimas, transportando um total de cerca de 10 mil toneladas.

Para o transporte de mercadorias entre os portos da costa norte da ilha, dispõe presentemente

Aérodromo de Díli e avião «Dove» das carreiras internas

Barcaça de desembarque «Lóis»

a província de duas barcaças de desembarque, em ferro, de 65 toneladas de peso e de 50 de carga, construídas nas oficinas navais de Macau.

Timor tem um aeroporto internacional, em Baucau, constituído por uma pista asfáltica de 2500 metros.

Presentemente duas carreiras semanais com aviões de uma companhia australiana, fretados pelo Governo da província, ligam esta com a Austrália (Darwin). Prevê-se que breve possa haver uma outra ligação: Baucau-Díli-Cupão (no Timor indonésio)--Bali (na Indonésia) e daqui para o mundo exterior, em qualquer das carreiras internacionais que servem esta grande estância de turismo.

Para os transportes internos dispõe a província de aparelhos próprios, que utilizam o aeródromo de Díli e as pistas de Pante-Macassar, no Oé-Cussi, Maliana, Suai, Same, Viqueque, Lospalos, Con e Ataúro, além do aeroporto de Baucau.

O interesse da população timorense pela utilização dos transportes internos é cada vez maior, bastando dizer que em 1966 os quilómetros percorridos pelos aviões, triplicaram relativamente a 1963, tendo decuplicado o número de passageiros e quintuplicado o da carga transportada.

Timor tem uma estação rádio-telegráfica, sendo muito completa a sua rede telefónica.

DADOS MONOGRÁFICOS LOCAIS *(Segundo os apuramentos administrativos de 1963)*

CONCELHO DE DÍLI

O concelho de Díli inclui, além da sede (com 38 povoações agrupadas em 13 sucos), os postos de Remexio (2 regulados, 15 sucos e 57 povoações), Aileu (3 regulados, 19 sucos e 156 povoações) e Ataúro (4 sucos e 14 povoações).

Tinha uma população total de 50 424 habitantes, sendo 18 760 para a sede, 21 943 para Remexio, 3863 para Aileu e 5858 para Ataúro, correspondendo, no conjunto, a uma densidade média de 54 habitantes por quilómetro quadrado.

A cidade de Díli, dividida em bairros, tem mais de 10 000 habitantes. A capital é o centro da vida política, cultural e económica da província, dispondo de instalações convenientes para os serviços públicos e particulares, indústrias locais de abastecimento próprio e muitos estabelecimentos e casas comerciais.

A população do concelho, além do português, fala três dialectos principais e dois subdialectos.

É interessante notar a existência, na cidade de Díli, de um crioulo denominado «português de Bidau», que constitui uma manifestação do poder de enraizamento do nosso idioma.

Foi, segundo se crê, importado pelos «larantuqueiros», que formavam as companhias de morado-

res de Bidau e de Sica. Tem a sua origem no português, que era a língua franca de toda a costa do Índico e das ilhas da Insulíndia nos séculos XVI e XVII, a mesma que deu origem ao malaqueiro (papiá cristão), ao macaísta, ao português de Ceilão, de Sião, de Macassar e de Java, e obedece a regras gramaticais simplificadas idênticas às destas variantes.

Quanto às actividades da população do concelho, distingue-se a massa do timorense que trabalha na agricultura, seguindo-se, por ordem de importância, a sua dedicação às artes, pesca, ofícios e funcionalismo. Os chineses dedicam-se ao comércio, e os muçulmanos à pesca e agricultura.

As principais produções agrícolas são: o milho, a mandioca, a batata-doce, o arroz, o café e o feijão.

O gado arrolado em 1963 totalizava 47 218 cabeças: 329 bovinos, 3143 bufalinos, 3399 equinos, 18 080 suínos, 1160 ovinos e 21 107 caprinos.

CIRCUNSCRIÇÃO DE OÉ-CUSSI

Além da sede (Oé-Cussi, com 1 regulado, 8 sucos e 23 povoações), a circunscrição conta com os postos de Oé-Silo (3 sucos e 12 povoações), Pássabe (2 sucos e 4 povoações) e Nítibe (5 sucos e 15 povoações).

A população total era de 23 299 habitantes: 8634 para a sede, 5842 para Oé-Silo, 3569 para Pássabe e 5254 para Nítibe.

A densidade populacional média era de 26,1 habitantes por quilómetro quadrado.

A população pertence ao grupo biqueno e dedica-se à agricultura e ao pequeno artesanato.

São famosos os panos de Oé-Cussi, quer pela técnica de tecelagem, quer pelo apuro do desenho.

Além de pequenas quantidades de feijão, algodão, cebola e amendoim, produzem-se o milho, a mandioca, a batata-doce e o arroz.

As 47 870 cabeças de gado arrolado distribuíam-se da forma seguinte: 10 878 bovinos, 5306 bufalinos, 2918 equinos, 17 292 suínos e 11 586 caprinos.

CONCELHOS DE ERMERA E DE LIQUIÇÁ

O concelho de Ermera é actualmente um concelho interior, já que, por Portaria de 3 de Outubro de 1964, do governador de Timor, foi criado o concelho de Liquiçá, compreendendo os postos do litoral retirados a Ermera.

Contudo, e como alguns dados que aqui se apresentam são anteriores à desanexação, a exposição é feita conjuntamente.

O concelho de Ermera compreende a sede (com 75 povoações agrupadas em 20 sucos) e os pos-

tos de Atsabe (1 regulado, 12 sucos e 52 povoações), Hato-Lia (12 sucos e 57 povoações) e Lete-Foho (8 sucos e 67 povoações).

Os 58 336 habitantes distribuíam-se assim: 15 970 para Ermera (sede), 12 038 para Atsabe, 18 140 para Hato-Lia e 12 188 para Lete-Foho.

O concelho de Liquiçá, além da sede (com 7 sucos e 38 povoações), inclui os postos de Bazartete (9 sucos e 43 povoações) e de Maubara (7 sucos e 46 povoações).

A população era de 42 553 habitantes, sendo 14 324 para a sede, 14 584 para Bazartete e 13 645 para Maubara.

A densidade média para as áreas dos dois concelhos em conjunto era de 83,5 habitantes por quilómetro quadrado.

Há três grupos étnicos, conhecidos pelos dialectos que falam: mambai, quemac e tokodé.

Embora sejam de notar a ourivesaria de Atsabe, e os trabalhos de palha de arroz e tecelagem de Maubara, a população dedica-se quase exclusivamente ao cultivo da terra.

Ermera é um concelho de grande produção de café (1800 toneladas em 1963) e de borracha, o que lhe confere enorme relevância na economia da província.

A cafeicultura está bastante generalizada, há algumas grandes explorações, mas mais de metade

da produção de café é proveniente dos pequenos agricultores.

A «estrada do café», que liga Ermera com Díli, dada a sua importância económica, teve prioridade na construção de obras de arte para a transposição das ribeiras. À saída de Díli encontra-se a ponte sobre a ribeira do Comoro, depois vão aparecendo a ponte metálica de Liba Loa, a ponte de Mota Hare, a ponte de Railaco, metálica, e a ponte da ribeira de Gleno, além de vários pontões, em betão.

Têm importância especial, como produtores de café e de borracha, além do cacau, baunilha, canela, quina, sumaúma, etc., as plantações de Fatu-Bessi e do Talo.

Ermera e Liquiçá produzem também géneros de subsistência: 3000 toneladas de mandioca, 2800 de batata-doce e 40 de batata, 1200 de milho, 800 de arroz, 90 de feijão, 60 de amendoim e ainda trigo, ervilha e tabaco.

O arrolamento geral do gado relativo a 1963 indicou a existência de 2401 bovinos, 8264 bufalinos, 7893 equinos, 37 490 suínos, 1912 ovinos e 36 193 caprinos, num total de 94 153 cabeças.

CONCELHO DE BOBONARO

Este concelho compreende a sede, na Maliana (com 3 regulados, 6 sucos e 21 povoações) e os postos de Bobonaro (com 4 regulados, 16 sucos e

57 povoações), Atabai (4 sucos e 14 povoações), Balibó (1 regulado, 6 sucos e 23 povoações), Cailaco (1 regulado, 8 sucos e 23 povoações), Lolotoi (2 regulados, 7 sucos e 20 povoações).

A sede tinha 9640 habitantes, Bobonaro 21 729, Atabai 4276, Balibó 9085, Cailaco 6276 e Lolotoi 8133, totalizando o concelho 59 159 almas.

A população pertence aos grupos bunac, kemac, tétum e becais. Na sua maioria dedica-se à agricultura e à criação de gado. Como actividades artesanais há a mencionar a tecelagem e o fabrico de objectos de latão.

As principais produções agrícolas são: o milho, a batata-doce, a mandioca, o arroz, o feijão, o café e o amendoim.

O gado arrolado, num total de 92 098 cabeças, compreendia 5551 bovinos, 12 570 bufalinos, 9625 equinos, 29 491 suínos, 1712 ovinos e 33 149 caprinos.

CONCELHO DE COVA LIMA

Além da sede, em Suai (2 regulados, 7 sucos e 27 povoações), o concelho inclui os postos de Fatu-Lulic (2 sucos e 6 povoações), Fatu-Mean (2 regulados, 3 sucos e 11 povoações), Fohorém (4 sucos e 14 povoações), Mape (1 regulado, 8 sucos e 33 povoações) e Tilomar (4 sucos e 11 povoações).

A população total, de 34 840 habitantes, compreendia os 11 781 de Suai, 1553 de Fatu-Lulic, 2345 de Fatu-Mean, 4063 de Fohorém, 12 385 de Mape e 2713 de Tilomar.

Os grupos populacionais são o tétum e o marrai.

Este concelho, devido às condições orográficas e meteorológicas, tem, nas épocas das chuvas, largas zonas da sua área completamente inundadas, com comunicações difíceis, o que justifica a sua menor abastança.

A maior parte da população trabalha na agricultura ou dedica-se à criação do gado. Como actividades artesanais encontra-se a confecção dos *tais* e o fabrico de panelas de barro, esteiras e outros artigos de palha.

Cova Lima produz pequenas quantidades de petróleo, consumidas localmente.

Os produtos da agricultura incluem milho, arroz, mandioca, batata-doce, feijão, amendoim, tabaco, café, etc.

As 64 586 cabeças de gado englobavam 12 553 bovinos, 10 116 bufalinos, 9188 equinos, 18 274 suínos, 68 ovinos e 14 087 caprinos.

CONCELHO DE SAME E DE AINARO

O anterior concelho de Suro foi, por Portaria n.º 3737, de 6 de Novembro de 1965, dividido a partir de 1 de Janeiro de 1966 nos concelhos de

Same e de Ainaro, anexando-se ao primeiro destes concelhos mais o posto de Fatu-Berliu, retirado do concelho de Manatuto.

Contudo, como alguns dados que agora se apresentam são anteriores à citada divisão ou anexação, os mesmos dados são os do anterior concelho de Suro.

O concelho de Same compreende a sede (8 sucos e 50 povoações) e os postos de Alas (1 regulado, 5 sucos e 16 povoações), Fatu-Berliu (1 regulado, 5 sucos e 23 povoações) e Hato-Udo (2 sucos e 8 povoações).

O concelho de Ainaro compreende a sede (7 sucos e 33 povoações) e os postos de Hato-Builico (3 sucos e 18 povoações), Maubisse (1 regulado, 9 sucos e 69 povoações) e Turiscai (11 sucos e 39 povoações).

A população total era, em 1963, de 72 385 habitantes: 16 673 em Same, 4156 em Alas, 7812 em Fatu-Berliu, 2545 em Hato-Udo, do concelho de Same, e 8877 em Ainaro, 6677 em Hato-Builico, 18 493 em Maubisse, 7152 em Turiscai, do concelho de Ainaro.

Nos concelhos habitam gentes mambai, tétum, quemac e bunac.

Era natural de Ainaro o régulo D. Aleixo Corte Real, herói nacional, cuja memória o Governo Central já distinguiu com a Ordem Militar da Torre e Espada. Outro bom português foi também o ré-

gulo D. Evaristo de Sá e Benevides, sacrificado durante a ocupação japonesa pelo grande patriotismo que manifestou.

A agricultura é a principal ocupação da população, mas também há um pequeno artesanato, fabricando-se panos, cestos, esteiras e jóias de prata.

A produção agrícola é constituída por: batata-doce, milho, mandioca, arroz, feijão, café, amendoim, tabaco e ainda batata, ervilha e cebola.

Nestes concelhos havia em 1963, 1129 cabeças de gado pertencentes ao Estado.

O gado de particulares era constituído por 1060 bovinos, 8915 bufalinos, 11 804 equinos, 25 997 suínos, 1350 ovinos e 18 613 caprinos, num total de 67 739 cabeças.

CONCELHO DE MANATUTO

O concelho de Manatuto tem uma pequena densidade populacional média, embora a capital, a vila de Manatuto, seja dos maiores aglomerados populacionais da província (1768 habitantes).

Os postos, além da sede (com 26 povoações, juntas em 8 sucos), são: Barique (1 regulado, 4 sucos e 12 povoações), Laclubar (1 regulado, 6 sucos e 34 povoações), Laleia (3 sucos e 12 povoações) e Lacló (1 regulado, 5 sucos e 13 povoações).

Os 30 453 habitantes, que havia em 1963, distribuíam-se desta forma: sede, 7712; Barique, 5144; Laclubar, 12 058; Laleia, 2808 e Lacló, 2731.

No concelho habitam as gentes galole, idaté e tétum, que se dedicam em grande parte à agricultura, especialmente à cultura do arroz.

A pecuária contava com 70 808 cabeças de gado, sendo 581 bovinos, 13 220 bufalinos, 8980 equinos, 9727 suínos, 19 100 ovinos e 19 650 caprinos.

As formas de artesanato mais importantes são: o fabrico de panos, de artigos de palha, de verga e de cerâmica.

Neste concelho há algumas actividades industriais (panificação, descasque de arroz, cerâmica, extracção e destilação de petróleo, extracção de sal e conserva de camarões).

CONCELHO DE BAUCAU

Actualmente Baucau reúne condições de produtividade, bom clima, interesse turístico e acomodações, que o distinguem dos demais concelhos de Timor. Com a construção do aeródromo Eng.º Madeira Pinto, de características internacionais, abrem-se perspectivas de uma maior valorização de Baucau.

Além da sede, em Vila Salazar (com 3 regulados, 9 sucos e 52 povoações), o concelho com-

preende mais os postos de Baguia (1 regulado, 10 sucos e 54 povoações), Laga (8 sucos e 55 povoações), Quelicai (1 regulado, 13 sucos e 53 povoações), Vemasse (7 sucos e 20 povoações) e Venilale (1 regulado, 7 sucos e 34 povoações).

A sede tinha 14 726 habitantes, Baguia 10 933, Laga 12 545, Quelicai 17 688, Vemasse 5469 e Venilale 10 371, ou seja um total de 71 732 almas. É um concelho de grande densidade populacional (55,5 habitantes por quilómetro quadrado).

No concelho existem os seguintes grupos etnolinguísticos: macassai, uai má, galole, nauéte e midique.

São gentes trabalhadoras, com certas preocupações artísticas. Fazem bonecos de madeira e de latão, mobiliário, panos, etc.; a olaria é uma ocupação a que só as mulheres se dedicam.

Há algumas indústrias (extracção de óleos vegetais, saboaria e descasque de arroz).

As principais produções agrícolas são constituídas por: arroz, batata-doce, milho, mandioca, amendoim, feijão, tabaco, café, etc.

Quanto à pecuária, contavam-se 114 897 cabeças de gado: 272 bovinos, 21 499 bufalinos, 13 937 equinos, 24 850 suínos, 26 374 ovinos e 27 965 caprinos.

CONCELHO DE VIQUEQUE

Na vila de Viqueque, sede do concelho, encontra-se um singelo monumento em homenagem a D. Jeremias de Luca, chefe de suco, que, durante a ocupação estrangeira, foi vítima do seu extraordinário portuguesismo.

O concelho inclui a sede (10 sucos e 59 povoações) e os postos de Lacluta (4 sucos e 19 povoações), Ossu (9 sucos e 58 povoações), Uato Carbau (6 sucos e 30 povoações) e Uato Lau (6 sucos e 48 povoações).

Viqueque tinha 13 317 habitantes, Lacluta 9275, Osso 14 943, Uato Carbau 5525 e Uato Lau 12 503, ou seja um total de 55 563 almas.

O concelho é dos maiores da província e a densidade populacional média era de 31 habitantes por quilómetro quadrado.

Há quatro grupos etnolinguísticos: tétum, macassai, midique e nauéte.

Quase toda a população se dedica à agricultura, embora parte demonstre especial aptidão para os ofícios de construção civil. A notar ainda a tecelagem e os trabalhos artísticos em ponta de búfalo.

O concelho de Viqueque produz: milho, arroz, mandioca, batata-doce, feijão, e, ainda, café, tabaco e amendoim.

Havia 98 204 cabeças de gado, sendo 590 bovinos, 22 827 bufalinos, 20 509 equinos, 2738 suínos, 23 439 ovinos e 28 101 caprinos.

CONCELHO DE LAUTÉM

Este concelho abrange a ponta oriental da ilha de Timor e constitui a mais oriental terra portuguesa.

O concelho tem a sede em Lospalos (8 sucos e 46 povoações) e inclui os postos de Iliomar (5 sucos e 27 povoações), Lautém (8 sucos e 40 povoações), Luro (8 sucos e 27 povoações) e Tutuala (2 sucos e 8 povoações).

Dos 34 242 habitantes de 1963, cabiam a Lospalos 11 643, a Iliomar 5350, a Lautém 7964, a Luro 7376 e a Tutuala 1909.

A densidade da população, por quilómetro quadrado, era de 18 habitantes.

Os principais grupos etnolinguísticos são: fataluco, macalere, macassai, naíne e sahane.

O que mais distingue as gentes do Leste dos demais timorenses é a habitação, a «Lé»: é quadrada ou rectangular, firmada em estacas ou colunas, a 2 ou 3 metros do chão, subindo-se por uma escada de mão que se recolhe à noite.

Vivem principalmente da agricultura e da pecuária, sendo famosos os cavalos de Lautém. No

litoral norte dedicam-se à pesca e à produção de sal. Na região de Tutuala são fabricantes de artigos em casca de tartaruga.

A produção agrícola é constituída por: milho, mandioca, batata-doce, arroz e feijão.

Contavam-se 1976 bovinos, 12 505 bufalinos, 6475 equinos, 12 231 suínos, 2378 ovinos e 16 722 caprinos, num total de 52 278 cabeças de gado.

COMÉRCIO EXTERNO

Constituem características fundamentais do comércio externo da província, a forte dependência do sector primário e a fraca projecção das exportações, que em raros anos conseguiu atingir metade do valor das importações, o que redunda, anualmente, em franco saldo negativo na balança comercial.

Assim se verifica pelo exame da posição do comércio externo de Timor, nos anos decorridos do presente decénio:

	Valor (em contos)		
Anos	Importações	Exportações	Saldo negativo
1960	69 288	31 650	37 683
1961	74 591	34 522	40 069
1962	79 142	57 117	22 025
1963	76 976	46 301	30 675
1964	90 637	55 300	35 337
1965	113 183	67 652	45 531
1966	168 058	38 018	130 040
1967	148 070	76 236	71 834
1968	153 271	55 352	97 919

O aumento constante no valor das importações marca um índice de progresso social da população e da província, pois as mesmas referem-se a produtos directamente destinados à satisfação das necessidades do povo ou à aquisição de artigos destinados a empreendimentos de fomento da província, ou para a promoção directa da população.

Assim, entre os produtos de importação para fomento, citam-se o cimento, o ferro, as máquinas, os veículos, os combustíveis, etc., e entre os que servem directamente a população, citam-se os artigos de vestuário.

Nas exportações, as oscilações são não só devidas às quantidades de produtos exportados, dependentes em alto grau da natureza do ano agrícola, como também à cotação internacional do café, produto básico da exportação timorense.

Além do café (3531 toneladas em 1967, o ano de maior valor nas exportações, com um valor de 60 483 contos), os mais importantes produtos exportados são a copra (1526 toneladas, em 1967, com um valor de 7294 contos) e a borracha (150 toneladas, 1033 contos).

Tem-se verificado, desde1960 até 1968, uma nítida diminuição na exportação da borracha.

Quanto à copra, o seu valor diminuiu ligeiramente (de 4496 para 3655 contos).

Num aspecto panorâmico, as percentagens em relação ao valor total das exportações que correspondem aos produtos exportados por Timor, no ano de 1955 e no período de 1960 a 1968, foram as seguintes:

Anos	Café	Borracha	Copra	Outros produtos
1955	74,49	8,88	8,61	8,02
1960	63,22	13,70	14,66	7,36
1961	59,29	13,06	13,72	14,76
1962	72,76	8,67	11,04	7,52
1963	78,24	6,06	10,53	5,17
1964	81,00	4,80	9,10	5,10
1965	82,00	4,88	8,08	5,04
1966	78,58	5,17	10,07	6,18
1967	79,34	1,36	9,74	9,74
1968	91,32	1,50	6,60	0,58

Dada a longínqua situação geográfica de Timor, em relação à metrópole e às restantes províncias ultramarinas, com excepção de Macau, é natural que as relações externas com o território nacional não atinjam proporções semelhantes às das outras parcelas. Todavia, medidas tomadas pelo Governo da província têm aumentado o valor das importações da zona do escudo, relativamente às dos outros mercados tradicionais, em especial de Hong-Kong e de Singapura. Assim, do espaço português, a per-

centagem no valor das importações relativamente ao seu total, tem sido o que se indica:

1960	22 %
1961	26 %
1962	22 %
1963	29 %
1964	24 %
1965	47 %
1966	50 %
1967	56 %
1968	61 %

Dos países e regiões estrangeiras convém destacar, por ordem normal de importância: Singapura, Hong-Kong, Japão, Reino Unido, Austrália, Holanda, Alemanha e Estados Unidos da América do Norte.

Esta transferência progressiva das importações de Timor para o espaço português, já ao relator do parecer sobre as Contas Gerais do Estado de 1967, mereceu o seguinte comentário: «Os territórios nacionais enviam para Timor cerca de 57 % das suas importações (84 579 contos). Timor dá um exemplo, neste aspecto às províncias ultramarinas, grandes tributárias nesta matéria de produtos estrangeiros. E o exemplo de Timor é ainda mais de realçar se forem tomadas em conta as dificuldades nas comunicações.»

Nas exportações, os principais consumidores são países estrangeiros que, em 1968, absorveram 88,70 %

do valor das mercadorias exportadas, cabendo os restantes 11,30 % aos outros territórios nacionais.

O café, tem essencialmente os seguintes destinos, por ordem aproximada de importância: Holanda, Dinamarca, Metrópole, Noruega, Estados Unidos da América do Norte, Alemanha, Singapura, etc.

Tem aqui cabimento uma referência à Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor, pela importância que este organismo assume na província, especialmente no capítulo do comércio.

A Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Timor é uma associação de classe que reúne como sócios ordinários os indivíduos ou firmas que na província exercem as actividades de comerciante, gerente comercial, agente de comércio, gerente bancário, industrial, proprietário agrícola, gerente de propriedades agrícolas ou criador de gado.

Foi criada em Díli, capital da província de Timor, em 19 de Agosto de 1952, em resultado de uma reunião de interessados nacionais e estrangeiros, tendo os seus estatutos sido submetidos à sanção do Governo, que os aprovou por Portaria de 3 de Janeiro de 1953.

Em resumo, os seus fins, consignados nos estatutos, são os seguintes:

1) Congregar os esforços de todos os associados no estudo dos problemas que afectam os legí-

timos interesses comuns ao comércio, indústria, agricultura e pecuária;

2) Concorrer, na medida das suas possibilidades e no seu sector próprio, para o progresso material e para a riqueza económica de Timor, colaborando com o Governo em todos os assuntos que interessem à vida da província;

3) Procurar, de acordo com o Governo, difundir nos mercados nacionais e externos os produtos de Timor, quer pela manutenção de mostruários, quer por uma acção que tenha em vista o alargamento das relações comerciais;

4) Colaborar na repressão de toda a fraude que, à sombra do exercício do comércio, indústria ou agricultura, se pratique ou pretenda praticar em prejuízo de terceiros;

5) Representar o comércio, a agricultura, a indústria e a pecuária privadas de Timor junto dos organismos do Estado e expor ao Governo os assuntos de interesse da Associação;

6) Promover o desenvolvimento intelectual e profissional dos associados, quer criando uma biblioteca especializada e patrocinando a realização de palestras e conferências de carácter técnico, quer criando e organizando cursos nocturnos para o ensino da língua e história pátria, línguas vivas, escri-

turação comercial e outras matérias de interesse técnico-profissional.

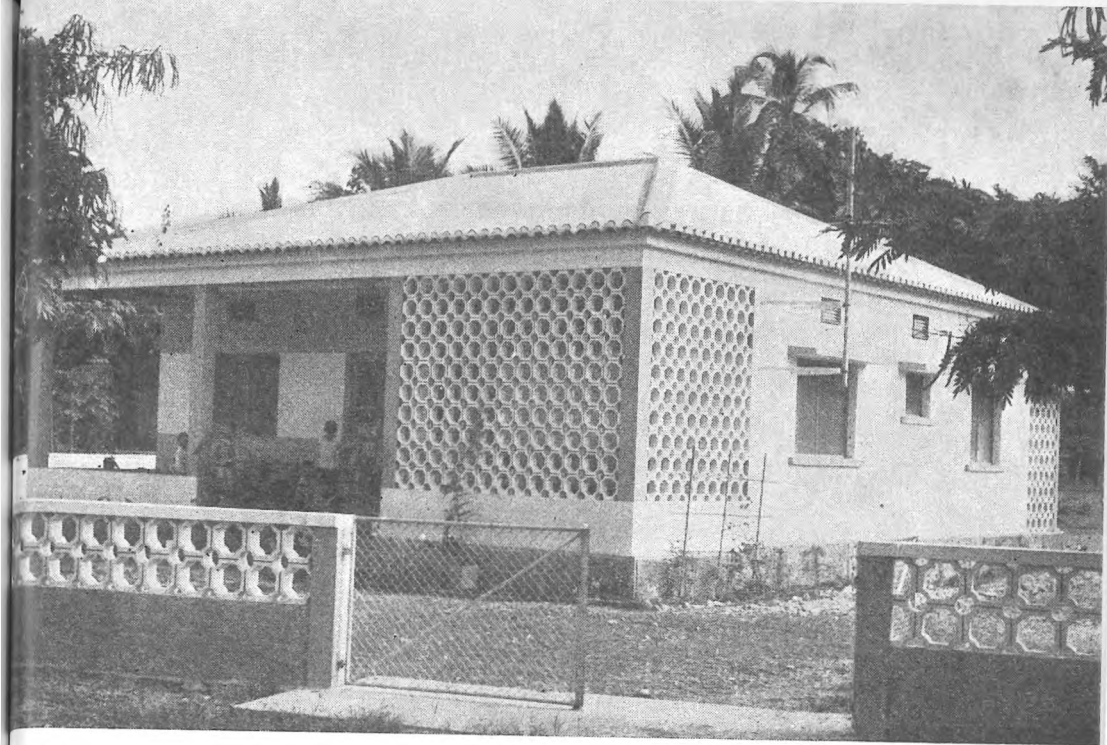
Tem sido muito útil, no seu campo, a acção da A. C. A. I. T., que beneficiou a economia da província, sendo também de destacar as suas iniciativas pró-culturais.

FINANÇAS, MOEDA E CRÉDITO

De acordo com as bases LII e seguintes da Lei Orgânica do Ultramar, as províncias ultramarinas dispõem das suas receitas e são responsáveis pelas suas despesas, elaborando um orçamento privativo.

De 1960 a 1968, as receitas previstas, depois de corrigidas no orçamento geral ordinário e as que foram efectivamente cobradas, e ainda as diferenças entre umas e outras, foram, em contos, as seguintes:

Anos	Previsões corrigidas	Cobradas	Diferenças
1960	53 509	53 517	8
1961	54 162	54 643	481
1962	59 906	65 190	5 284
1963	66 036	66 508	472
1964	71 698	75 030	3 330
1965	78 128	89 971	3 843
1966	82 933	90 421	7 488
1967	87 799	96 863	9 064
1968	100 325	110 438	10 113

Verifica-se, assim, um constante aumento anual, tanto nas previsões corrigidas das receitas como nas

Residência de funcionário

Vista das instalações do B. N. U., em Díli

que efectivamente foram cobradas, o que denota um contínuo desenvolvimento económico da província, caracterizado por um constante aumento de produção ou de rendimentos dos serviços e dos contribuintes. Em menos de uma década, as receitas cobradas mais que duplicaram, o que tem permitido o indispensável aumento no orçamento das despesas, incidindo estas, essencialmente, numa melhor e mais eficiente estruturação dos serviços do Governo e nas despesas de conservação dos bens preparados ou adquiridos, com que as verbas dos sucessivos Planos de Fomento têm dotado a província.

As despesas ordinárias efectivamente pagas, foram, durante o mesmo período, as seguintes:

1960	49 417	contos
1961	50 122	»
1962	56 081	»
1963	62 469	»
1964	67 786	»
1965	73 262	»
1966	78 128	»
1967	83 500	»
1968	94 615	»

As diferenças entre as receitas ordinárias cobradas e as despesas pagas, têm sido sempre favoráveis, atingindo o seu máximo em 1968, da ordem dos 16 000 contos.

Neste mesmo ano as receitas ordinárias cobradas, incluíam (em contos):

Impostos directos gerais	33 322
Impostos indirectos	15 650
Indústrias em regime tributário especial	7 023
Taxas-Rendimentos de diversos serviços	24 849
Domínio privado, empresas e indústrias do Estado — Participação de lucros	10 192
Rendimento de capitais, acções e obrigações, de bancos e companhias	2 000
Reembolsos e reposições	3 061
Consignação de receitas	14 742

A receita extraordinária totalizou 67 419 contos.

Ainda em 1968, as despesas efectuadas compreenderam:

Dívida da província	920
Governo da província e representação nacional	893
Aposentações, jubilações, pensões e reformas	2 858
Administração Geral e Fiscalização	35 642
Serviços de Fazenda	4 600
Serviços de Justiça	982
Serviços de Fomento	17 182
Defesa Nacional — Forças Armadas	5 388
Serviços de Marinha	915
Encargos Gerais	24 892
Exercícios findos	342

A despesa extraordinária abrangeu: Plano de Fomento (46 284 contos) e outras despesas (7661 contos).

Nos seus totais, as receitas e as despesas (ordinárias e extraordinárias) foram, respectivamente, de 164 783 contos e 148 560 contos, verificando-se, portanto, um saldo favorável de 16 223 contos.

Tendo, porém, em atenção todos os saldos de exercícios findos, a situação financeira da província, no final de 1968, apresentou um saldo total de 21 548 contos.

MOEDA

A moeda actualmente em vigor em Timor é o escudo, que por decreto de 1957 substituiu a pataca, então em circulação, e que entrou em circulação em Janeiro de 1960.

Por este novo regime monetário, o limite da circulação fiduciária foi fixado em 45 000 contos, sendo 33 500 em notas do banco emissor e 11 500 em moeda divisionária.

Posteriormente, em 1961, foi aquele limite alargado para 67 500 contos e, em 1965, para 82 500 contos.

Face ao aumento de transacções comerciais que todos os anos se verifica na província, e ao aumento da capacidade de compra da população, parece já

ser insuficiente o actual limite de 82 500 contos, tendo sido previsto o seu alargamento até aos 110 mil contos.

O Banco Nacional Ultramarino é a entidade emissora, dispondo, em Timor, de estabelecimentos para todas as transacções.

Presentemente os valores nominais e faciais das notas do banco emissor e da moeda divisionária, são os seguintes:

Notas:

500$00
100$00
60$00
30$00

Moedas:

10$00
6$00
3$00
1$00
$60
$30
$10

Dada a confusão que ocasionam as moedas de 6$00, 3$00, $60 e $30, tem sido proposta a sua substituição por moedas de 5$00, 2$50, $50 e $20,

tendo, recentemente, sido autorizada a emissão de novas notas de 1000$00, 500$00, 100$00, 50$00 e 20$00 e moedas de 10$00, 5$00, 2$50, 1$00, $50, $20 e $10, entrando-se, assim, num sistema fiduciário idêntico ao da metrópole e ao das províncias portuguesas do continente africano.

Data de 1912 o estabelecimento em Timor da filial do Banco Nacional Ultramarino, tendo recentemente sido dispendida, pelo mesmo Banco, avultada verba, com a construção em Díli de uma apropriada e digna filial e de casas para cerca de duas dezenas dos seus funcionários.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

A posição da balança de pagamentos no decénio de 60, é a que consta do seguinte quadro:

Valores cambiais
(em contos)

Anos	Entrados	Saídos	Saldo
1960	83 956	74 413	9543
1961	71 602	64 699	6903
1962	81 530	81 634	— 104
1963	100 266	97 282	2984
1964	105 345	99 937	5408
1965	167 876	170 126	— 2250
1966	178 151	171 158	6993
1967	160 482	163 399	— 2917
1968	189 591	184 117	5474

No final de 1968, o saldo total que transitou para o ano seguinte foi de 22 490 contos.

Existe, pois, um saldo total positivo, como positivos são os saldos na maioria dos anos. Tal deve-se ao facto de grande parte das mercadorias entradas em Timor não representarem sacrifício para o fundo cambial, pois que as despesas são suportadas pelas verbas dos Planos de Fomento com o apetrechamento da província, e pela Defesa Nacional, que tem o encargo da manutenção das suas forças armadas.

CRÉDITO

Além do Banco Nacional Ultramarino existem em Timor mais os seguintes estabelecimentos de crédito:

— Caixa Económica Postal dos CTT
— Fundo de Fomento de Produção e Exportação
— Caixa de Crédito Agro-Pecuário
— Fundo de Habitações Económicas

O Fundo de Fomento de Produção e Exportação, criado em 1962, destina-se essencialmente a fomentar a produção e a exportação de Timor, tanto no campo agrícola (incluindo a silvicultura e a pecuária), como no campo industrial, e visa,

não só o aumento do seu volume, como também a sua valorização, seja aperfeiçoando a qualidade dos produtos, seja melhorando o processo do seu comércio, seja, ainda, estimulando a sua adequada e progressiva industrialização.

Constitui receita fundamental deste Fundo, o rendimento da taxa de fomento, criada pelo mesmo diploma, hoje acrescida com os juros cobrados pelos empréstimos efectuados.

Tem este Fundo, além dos financiamentos, promovido a aquisição de sementes, tendo em vista a substituição das já degeneradas ou o melhoramento das diversas espécies, a aquisição de adubos químicos, de insecticidas, de fungicidas, de alfaias agrícolas, desde a enxada ao tractor mecânico agrícola e à camioneta, a compra de animais e a construção dos respectivos estábulos, pocilgas, etc.

No campo da indústria tem, em especial, auxiliado a montagem e o desenvolvimento das indústrias de tabacos, de serração de madeiras, de descasque de arroz, do sal de Laga, etc.

Nos financiamentos efectuados há a distinguir os «reembolsáveis» e os «não reembolsáveis». Estes últimos, concedidos a título de investimentos do Estado, destinam-se aos casos em que o interesse do mesmo Estado o justifique, como sejam os empreendimentos agrícolas ou de pequenas indústrias, em benefício dos alunos das escolas oficiais, das missões católicas, das comissões municipais, etc.

Os financiamentos reembolsáveis, efectuados a agricultores, tratadores de gado e industriais de fraca capacidade, vencem um juro da ordem dos 2 % ao ano, ou são dispensados de qualquer juro, consoante a categoria económica do beneficiado.

A Caixa de Crédito Agro-Pecuário foi criada para Timor pelo Decreto n.º 46 040, de Novembro de 1964, tendo sido regulamentado por portaria provincial, em Março de 1965.

Os seus fundos têm sido obtidos através de subsídios concedidos pelos Planos de Fomento, da rubrica «Agricultura, silvicultura e pecuária» e por empréstimos a baixo juro, concedidos pelo Banco Nacional Ultramarino.

Os financiamentos concedidos por esta Caixa à agricultura e à pecuária, normalmente aos agricultores e aos criadores de gado considerados com razoável capacidade financeira, são onerados com o juro de 3 % ao ano.

Os empréstimos concedidos, com crédito a médio e a longo prazo, destinam-se essencialmente aos seguintes fins: aquisição de sementes, plantas, adubos e gado; conservação, transformação ou beneficiamento dos produtos agrícolas e pecuários; aquisição de máquinas, utensílios e alfaias agrícolas e de material de transporte; construção de estábulos e de outras instalações para a criação ou simples recolha de gados; pagamento de contribuições, impostos e encargos com mão-de-obra; concessão de

capital circulante; aquisição, desbravamento ou preparação de terrenos para explorações agrícolas ou pecuárias; captação, elevação ou distribuição de águas destinadas a regas de abastecimento das explorações; obras de enxugo, de defesa contra inundações ou contra a erosão; etc.

O Fundo de Habitações Económicas foi criado em Outubro de 1965, pelo Decreto n.º 46 602, e pela Portaria Provincial n.º 3848, de Fevereiro de 1966, foram estabelecidas as condições de resolubilidade das habitações aos funcionários naturais ou aos radicados em Timor. Posteriormente, perante os pedidos da população rural, em especial das autoridades tradicionais, e de acordo com a orientação desejada, de se aumentar o nível social das populações, foram igualmente concedidas facilidades a estes timorenses, comparticipando-se empréstimos entre 30 e 50 % do valor da casa e desde que aqueles comprovassem ter capacidade para ultimarem a sua residência e para liquidarem os encargos do empréstimo. Simultâneamente, obrigavam-se estas moradias a respeitar determinadas condições higiénicas, de conforto e de aspecto, de modo a alcançar-se a desejada promoção social dos respectivos inquilinos.

Assim, só nos dois primeiros anos de existência deste Fundo, foram total ou parcialmente construídas ou subsidiadas, trinta e seis novas moradias em Díli ou no interior da província.

Na província de Timor, depois da execução, com pleno êxito, dos Planos de Fomento, I-II e Intercalar, respeitantes aos anos de 1953 a 1958, 1959 a 1964 e 1965 a 1967, e com os investimentos efectuados, respectivamente de 72 027, 243 245 e 131 476 contos, está em curso o III Plano de Fomento, para 1968 a 1973, inclusive. Este comporta um programa de investimentos da ordem dos 556 mil contos, dos quais 540 mil obtidos por subsídios reembolsáveis da metrópole, da administração central, e 16 mil por participações e empréstimos de particulares e outras empresas.

Integra-se, o III Plano de Fomento a executar em Timor, dentro da directiva geral definida em 1965, em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, que prevê que para os territórios de menor grau de desenvolvimento, como Timor, o Plano assente numa concepção de desenvolvimento económico apoiado nos pólos de desenvolvimento existentes, sem prejuízo de se procurar criar outros, com vista à correcção dos desequilíbrios regionais.

Na selecção de novos empreendimentos, a incluir no III Plano, haverá ainda a preocupação de dar preferência:

— aos empreendimentos e investimentos de maior reprodutividade e de menor período de maturação;

— às actividades produzindo bens de equipamento destinados à exportação ou substitutos de bens de consumo importados;

— às infra-estruturas que mais directamente contribuam para o aperfeiçoamento do potencial produtivo.

A conciliação dos objectivos gerais apontados para o III Plano de Fomento, com as realidades geográficas, políticas, económicas e sociais que caracterizam a província ultramarina de Timor, conduziram à fixação dos seguintes quatro factores, como sendo as bases para a criação das pré-condições em que há-de assentar a estrutura de desenvolvimento timorense:

— aumento de produtividade na agricultura e na pecuária;

— melhoria do nível cultural, sanitário e técnico das populações;

— desenvolvimento das infra-estruturas;

— expansão do sector empresarial.

Assim, os 556 mil contos já referidos foram, além de escalonados ao longo dos 6 anos da vigência do Plano, distribuídos pelos vários sectores que constituem os capítulos do Plano de Fomento Geral.

Aos «Transportes e Comunicações» coube a mais avultada parcela, com 177 mil contos, representando 31,8 % da verba total. Deste valor, são 75 mil contos destinados aos «Transportes Rodoviários», 30 mil a «Portos e Navegação», 63 mil a «Transportes Aéreos e Aeroportos» e os restantes 9 mil a «Telecomunicações».

Segue-se-lhe o sector da «Agricultura, Silvicultura e Pecuária», com uma dotação de 133 800 contos, o que representa 23,9 % da verba total, e que serão distribuídos pelas seguintes rubricas: 1800 contos para a continuação de estudos e da carta dos solos, 18 000 contos para investigação básica, em especial cafeícola e orizícola, 69 000 para o fomento dos recursos agro-silvo-pastoris, 30 000 para esquemas de regadio e de povoamento, 3000 para a comercialização e armazenamento dos produtos destas origens e, finalmente, 12 000 para o crédito agrícola.

O terceiro lugar pertence à «Habitação e Melhoramentos Locais», com 65 400 contos, o que representa 11,7 % do total e que será dividido pelos dois problemas fundamentais: o da «Habitação», comportando 35 400 contos e o dos «Melhoramentos Locais», com os restantes 30 000 contos. Por «Habitação» compreende-se a instalação de alguns serviços públicos, a construção de habitações e os subsídios a conceder ao «Fundo de Habitações Económicas». Nos «Melhoramentos Locais» estão pre-

vistos abastecimentos de água a povoações, o saneamento urbano, etc.

Com 60 800 contos, ou seja, 10,9 % do total, figura a «Indústria», com 19 700 contos para a «Indústria Extractiva» e 41 100 contos para a «Indústria Transformadora».

Na extractiva pretende-se o estudo da carta geológica da província, estudos e trabalhos de aproveitamento de meios de obtenção de água doce e, finalmente, o fomento mineiro; nas transformadoras, além de estudos, pensa-se na ampliação, renovação e criação de novas indústrias.

À «Promoção Social» cabe o quinto lugar, com 10,6 % da verba total, ou sejam, 59 300 contos. Destes, 30 000 serão destinados à «Educação», de modo a aumentar-se substancialmente o número e o nível da camada escolar timorense; 24 500 contos pertencem à «Saúde e Assistência», para a construção de hospitais e de instalações congéneres e seu equipamento, para campanhas de saúde pública, para a preparação de pessoal técnico e para o fabrico de medicamentos; e os restantes 4800 contos pertencem à radiodifusão, como fonte que é de elevação social da população.

Vem seguidamente o sector da «Pesca», com 21 000 contos, ou seja, 3,7 % do total, destinando-se 3000 contos à investigação e à assistência técnica, 13 500 contos pròpriamente para pesca, incluindo a construção e o apetrechamento de embarcações de

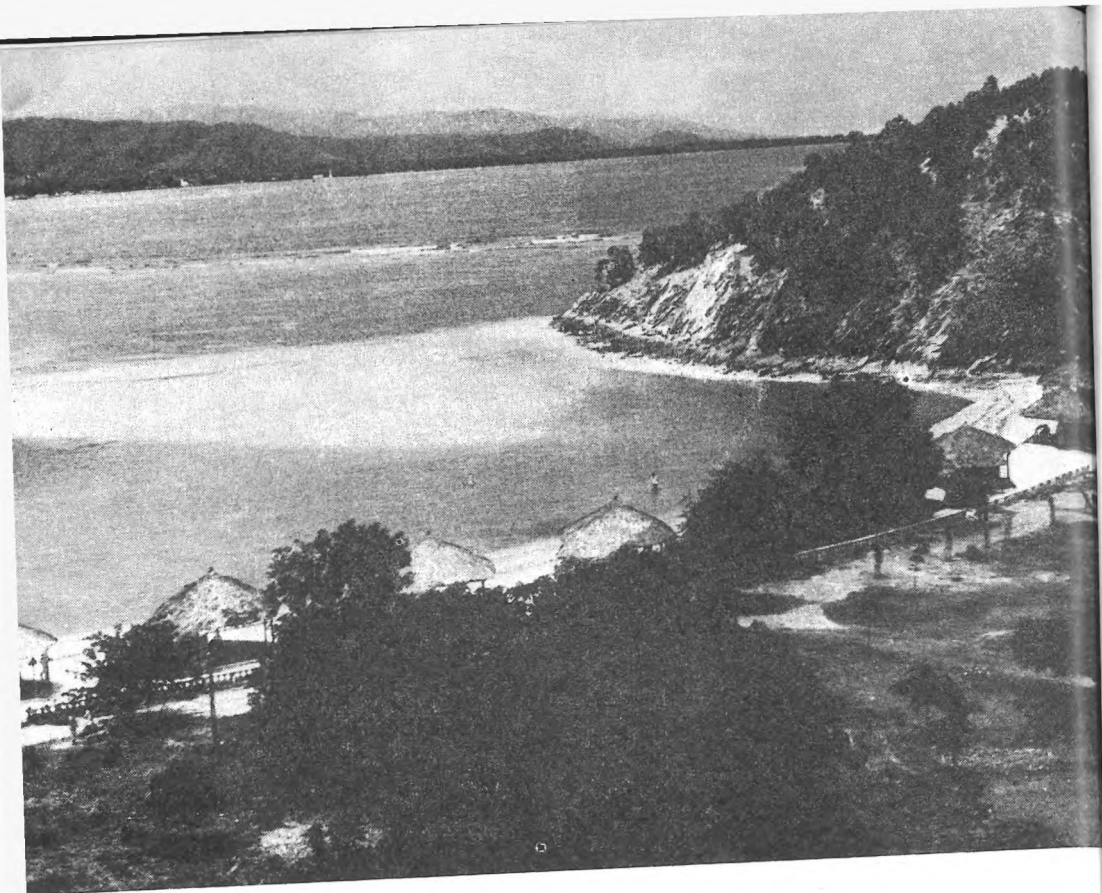
pesca, bem como a aquisição de aparelhos e artes de pesca, e os restantes 4500 contos para a regularização do abastecimento interno do pescado, como seja a montagem do bloco frigorífico, a instalação de câmaras frigoríficas e de congelação nos centros pesqueiros e os meios de transporte e de distribuição do pescado.

14 600 contos, ou seja 2,6 %, são destinados ao programa de «Fomento Turístico» de Timor, de modo a aumentar e alargar a rede hoteleira da província, a desenvolver o artesanato local e a criar determinados divertimentos que atraiam o turista e que sirvam o habitante normal da província, como campos de ténis, parques de campismo, barcos de recreio e de pesca desportiva, etc.

Ao «Conhecimento científico do território e das populações» bem como à «Investigação científica e estudos de base», foram destinados 12 100 contos, o que representa 2,1 % da dotação total.

Compreendem estudos e trabalhos de cartografia geral, de hidrografia e de meteorologia, a instalação e apetrechamento do centro de estudos, comportando uma biblioteca pública e um museu natural e etnográfico, a manutenção de estudantes bolseiros fora da província e a organização de estudos de base de qualquer natureza.

E, finalmente, à «Energia» cabem 12 000 contos, ou seja, 2,1 % do total. É prevista a remodelação da central eléctrica de Díli, a ampliação da sua

Bazar de Lospalos — utensílios de barro

Praia da Areia Branca, nos arredores de Díli

potência de 500 kW para 3000 kW, a remodelação da rede de distribuição da mesma cidade e a continuação da electrificação de mais algumas povoações do interior.

ATRACÇÕES TURÍSTICAS

São muitos os motivos de atracção turística que a província de Timor oferece aos visitantes. Mas antes de enumerar alguns, convém dar uma ideia da localização relativa das diversas grandes zonas da província, seguindo a divisão administrativa.

A circunscrição de Oé-Cussi e, de oeste para leste, os concelhos de Bobonaro, Liquiçá, Díli, Manatuto e Baucau, têm costa para o norte. O concelho de Lautém apanha a ponta leste da ilha, com costa para o norte e o sul. Vindo de leste para oeste, os concelhos de Viqueque, Manatuto, Same e Cova Lima têm costa para o sul. Os concelhos de Ermera e o de Ainaro são interiores. A ilha de Ataúro fica ao norte de Díli e o ilhéu Jaco coroa a ponta leste de Timor.

As principais atracções turísticas que se encontram ao seguir de leste para oeste são as que se vão indicando.

Em Lautém são de visitar os pitorescos lagos de Muapitine e de Lautém. De Lospalos a Iliomar surgem grandes maciços florestais que embelezam as paisagens.

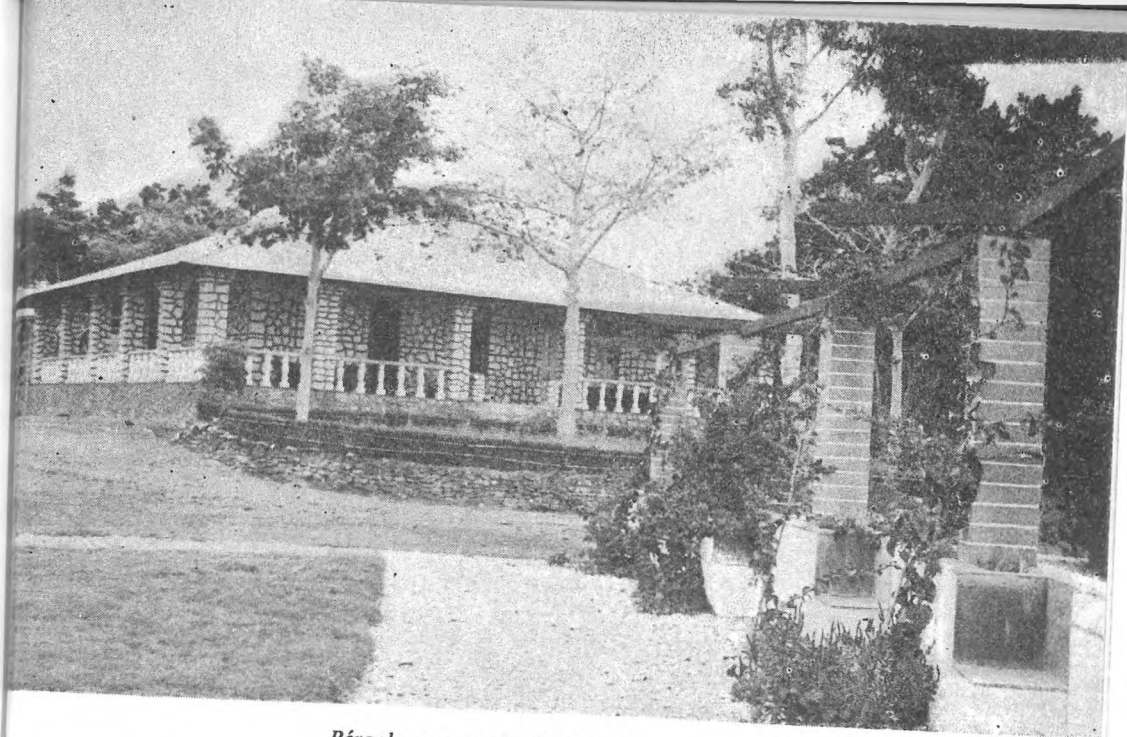
Em Tutuala, do miradouro da pérgula, junto à qual se encontra uma pousada, avistam-se em panorama deslumbrante sobre o oceano, nove ilhas do arquipélago das Molucas e, além da grande extensão da costa norte da ilha, o ilhéu de Jaco.

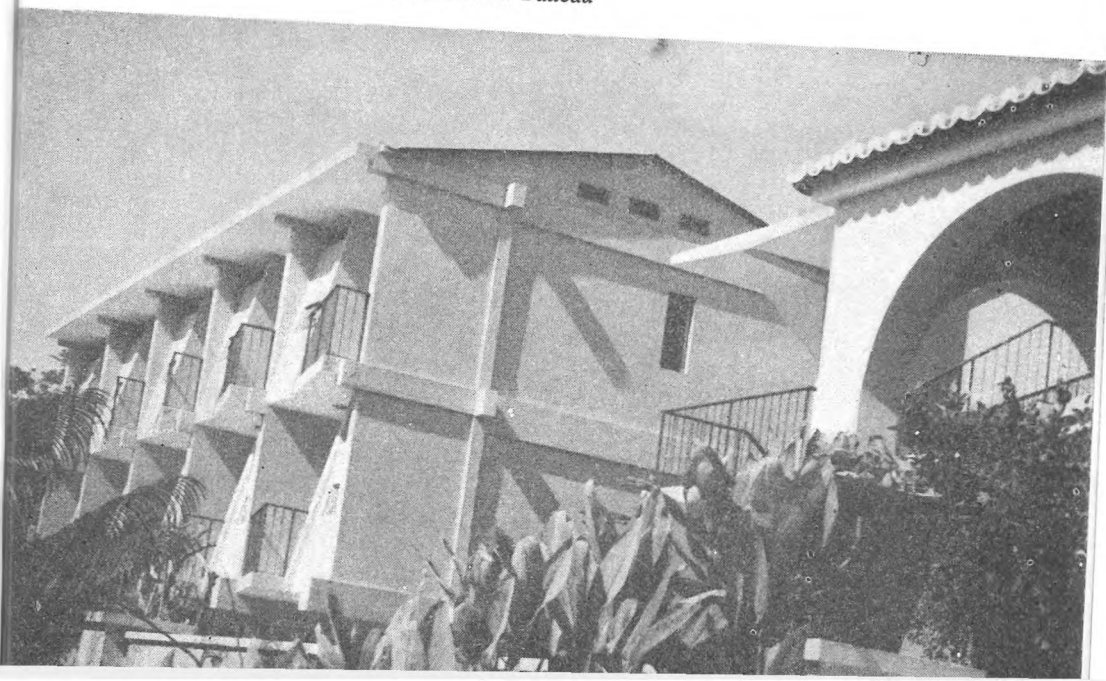
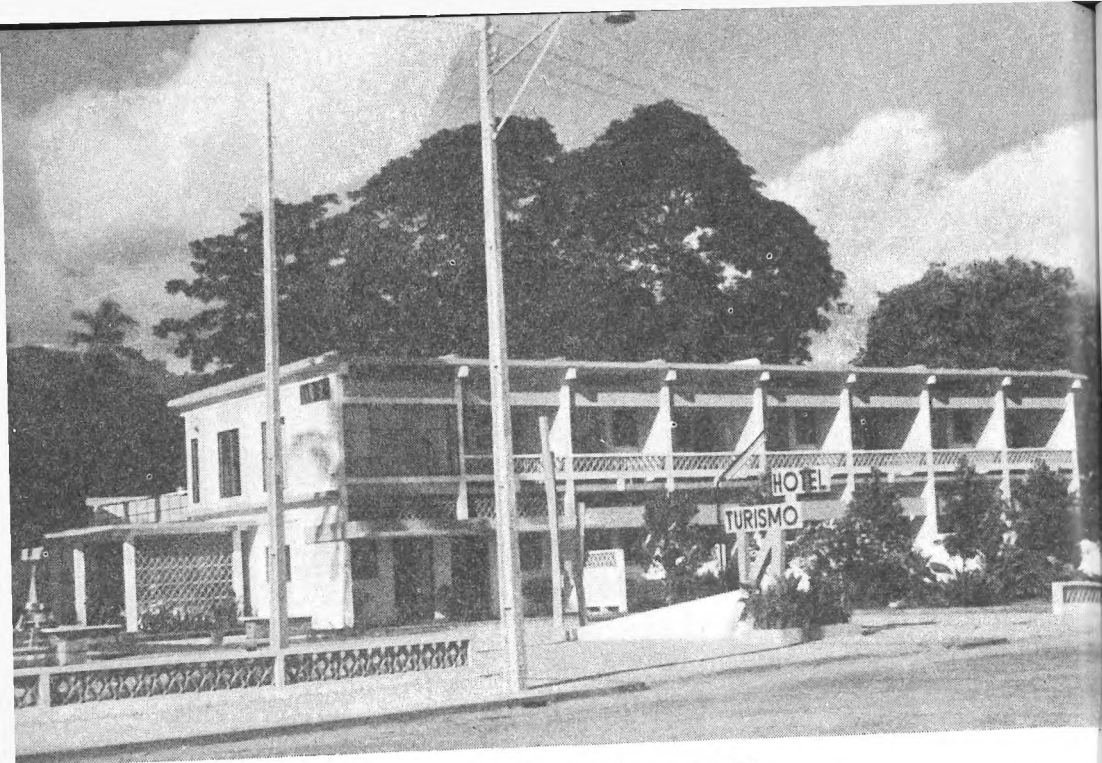
Existem nesta mesma área grutas e escarpas onde foram descobertas pinturas rupestres e se localizaram santuários, com o seu altar, e onde determinados grupos da população depositam periòdicamente as suas oferendas. É de realçar a escarpa de Ilikerekere, onde existe um pequeno altar dedicado ao culto dos antepassados e as grutas de Lene-Hara, ou sítio da Cova Escura, constituída por três divisões, apresentando os tectos e as paredes de algumas delas várias pinturas rupestres, representando peixes, discos solares, etc.

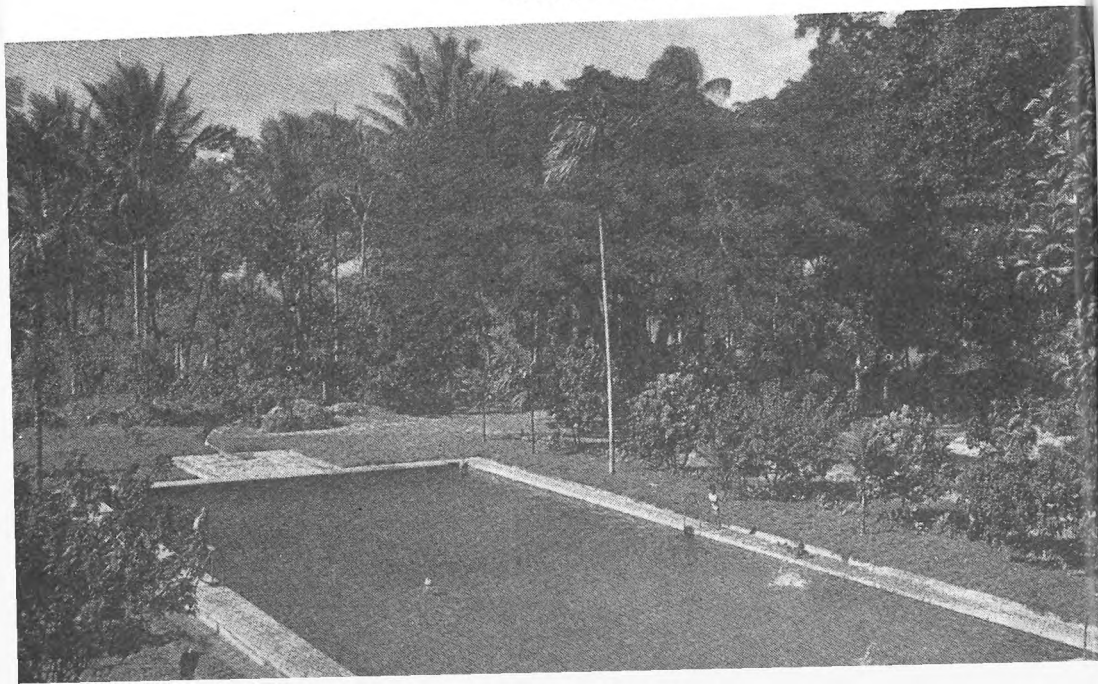
Outras figuras, noutros lugares, representam figuras humanas em atitudes de danças guerreiras, cenas de luta, de invocação, etc.

No litoral da região encontram-se muitas e variadas conchas.

É praticável a caça ao veado e ao búfalo bravo, em qualquer época. Quanto à pesca, nos meses de Setembro a Novembro abundam as cavalas nas costas de Lautém, permitindo boas pescarias.

Em Viqueque encontra-se um dos principais centros de artesanato onde se podem ver expostos vistosos e bem delineados trabalhos em chifre de búfalo, em rota, etc. Também desta mesma povoa-

Pérgola e pousada de Tetuala

Pousada de Baucau

Hotel de Turismo, em Díli

Piscina de Baucau

ção se pode fazer a ascensão ao monte Mundo Perdido (1775 metros), do qual se desfruta uma paisagem lindíssima, abrangendo as duas costas da ilha, norte e sul.

A alguns quilómetros de Viqueque existem as grutas de Ossoroa, extensas e curiosas, com estranhas estalactites e estalagmites.

Ainda nas imediações de Viqueque deparam-se as nascentes sulfurosas de Bé-Manas e o vulcão de lama de Bibiluto.

As estradas de Viqueque, quer para Ossu, Venilale e Vila Salazar, quer para Uato-Carbau, atravessam grandiosas florestas. Na estrada de Venilale, ao chegar à garganta de Lariguto, desfruta-se um maravilhoso panorama.

Em Uato-Carbau há que admirar a nascente de Ira Bere e, em Aliambata, os afloramentos de petróleo. A melhor época para visitar esta região é durante os meses de Agosto e Setembro.

Quanto à caça, abundam os crocodilos, os veados, os búfalos e os porcos bravos. Também é praticável a pesca e, de Agosto a Outubro, em Luca e Uato-Lari os timorenses costumam organizar grandes e animadas pescarias.

Em Baucau existem as salinas de Laga, de sal-gema, perto da estrada Baucau-Lautém. Nas proximidades de Laga, junto a uma lagoa, localiza-se uma estação neolítica. A melhor altura para uma

visita turística é entre Julho e Novembro. Pode caçar-se o veado.

Em Manatuto encontram-se também panoramas interessantes.

São desta região as curiosas milícias de «moradores», que comparecem em todas as solenidades, fardados, com grande aprumo militar, orgulhosos da sua já secular existência.

No concelho de Díli há que admirar, junto do Hospital Dr. Carvalho, uma paisagem deslumbrante sobre a cidade, o mar e a ilha de Ataúro.

Em Remexio há uma nascente termal situada na área da povoação de Raimera-Hei.

A poucos quilómetros de Díli há ainda a mencionar a praia de Fatuc-Anam, muito frequentada.

Na ilha de Ataúro, ao norte, pode visitar-se uma gruta, em Acrema.

Em Ermera, além das plantações de café, refere-se como digna de interesse turístico uma cascata denominada Mau Rai, na povoação de Daro-Lala.

Como curiosidades são de salientar as festas de Sale-Sau e, na povoação de Mano-Mono, algumas relíquias perante as quais os timorenses cumprem certos preceitos religiosos. Existe ainda uma pedra sagrada secular denominada Lelo-Bere.

Em Lete-Foho encontra-se uma gruta impressionante no local de Roto. Da cordilheira do Ra-

melau desfrutam-se encantadoras paisagens. Na povoação de Batu existe uma nascente termal.

Como festa popular há a registar o batuque antes das primeiras chuvas.

Na estrada de Lete-Foho a Atsabe é de registar a cascata Bandeira.

Podem caçar-se o veado e o porco bravo.

Em Liquiçá, no mar, pescam-se tubarões, raias, garoupas, serras, atuns, sardinhas, polvos, chocos, lagostas, etc. A pesca é possível em qualquer época do ano, mas a caça convém ser feita na época seca.

Bobonaro e Cova Lima, na fronteira com o Timor Indonésio, têm também atracções interessantes: as termas do Marobo, as «Dez chamas eternas» de Horbá, as estações pré-históricas de Lolotoi, Suai, Tilomar, Atabai e Cailaco e as célebres pedras ou grutas de Bui-Cari, em Atabai, onde anualmente se celebra o combate e a morte heróica do alferes Duarte, o «Arbiru».

E, entre Julho e Agosto, em anos determinados e consoante as condições oferecidas pela lagoa de Bé-Malaia, situada na costa norte, na área de Atabai, realiza-se uma grande pescaria. O aparecimento desta lagoa está relacionado com três mitos consagrados e toda a cerimónia da pescaria obedece a complicado ritual, a que a população assiste atentamente.

Em Suai, na costa sul, há uma grande festa popular, no 3.º domingo de Julho. E entre Julho

e Agosto, na lagoa de Bé-Malaia, na costa de Atabai, realiza-se uma grande pescaria.

Em Ainaro mencionam-se as paisagens de Maubisse e do monte Cablac, e o Tata-Mai-Lau, o pico mais alto da cordilheira do Ramelau.

A gruta das Andorinhas, extraordinàriamente curiosa por nas suas paredes existirem centenas de ninhos de andorinhas, merece igualmente uma visita, especialmente no período seco (Setembro e Outubro).

Na mesma região encontra-se a pitoresca cascata de Doco-Mali, onde se pode pescar a enguia. Em Turiscai avistam-se vastos panoramas. Também a caça é um dos atractivos da região.

Em Oé-Cussi há um vulcão de lama perto de Oé-Silo, que é digno de uma visita.

Encontram-se alguns veados, sendo praticável a caça.

Finalmente anota-se que em toda a província se procede à manufactura de objectos de arte popular de grande interesse, de que há espécimes na Casa de Timor, em Díli.

Em Dezembro de 1967 foi criada em Timor uma sociedade, denominada «Sociedade de Turismo e de Diversões de Timor», cujo objectivo é a exploração de qualquer tipo de comércio ou indústria e, em especial, a indústria do turismo.

Quanto a festas populares, há a registar as seguintes: o Ano Novo, no início das colheitas; a

pisa do neli, «Sama hare», realizada de noite, com cânticos rítmicos; a festa do Feto-Sá-Umani, em que as famílias de um futuro casal se reúnem para negociar o «borloque»; e o «Loro-sá», dança guerreira, de que ainda hoje se faz um simulacro.

Em Díli, festeja-se anualmente o «Dia de Portugal» — 10 de Junho — iniciando-se os festejos dois ou três dias antes e terminando, do mesmo modo, dois a três dias depois. A esta festa concorrem as melhores danças de toda a província, assim como os melhores cavalos timorenses que, em recinto apropriado, disputam renhidas provas de velocidade e que servem de motivo a valiosas apostas.

Em barracas armadas pelos diferentes concelhos, estes expõem as suas riquezas, os seus produtos de artesanato e os principais exemplares das produções agrícolas.

Ainda como divertimento típico, que atrai todo o novo habitante da ilha ou o turista, figura a luta de galos, realizada normalmente após os bazares, e em toda a província. Esta luta é precedida de vários preparativos, começando os galos por ser colocados aos pares em frente uns dos outros, em consecutivos ensaios, variando os antagonistas, e tendo em vista a experimentação da têmpera dos prováveis adversários.

Combinados os parceiros para as diferentes rixas, estipulam-se as apostas, preparam-se os luta-

dores, amarrando-se-lhes uma afiada e comprida lâmina a uma das patas, e prepara-se a assistência para incitar o seu favorito.

E a luta termina com a fuga ou a morte de um dos contendores, quando não com a morte dos dois, embora a um deles caiba sempre o título de campeão e aos seus partidários o rendimento da aposta vencida.

INFORMAÇÕES GERAIS

A entrada de estrangeiros na província de Timor está sujeita ao regime de passaportes devidamente visados por um representante diplomático ou consular português. Os prazos de validade dos vistos são de 20 dias para os de trânsito e de 90 dias para os restantes.

À entrada o visitante deverá apresentar certificados válidos de vacinação contra a varíola, febre-amarela, cólera e febre tifóide.

ALOJAMENTOS

No tocante a alojamentos há, em Díli, o Hotel Miramar, o Hotel Mimosa, o Hotel Resende e o Hotel de Turismo.

Em Baucau, Same e Tutuala há pousadas, havendo nas imediações da de Baucau uma piscina

Preparativos para a luta de galos

e um campo de ténis e na de Same, sòmente uma piscina.

No Manatuto e na Ermera há estalagens e em Liquiçá existe o Hotel Tocadede.

CASAS DE ESPECTÁCULOS E CLUBES DESPORTIVOS

Em Díli há um cinema, no edifício do Sporting.

Os principais clubes desportivos são o Sport Díli e Benfica, o Sporting Club de Timor, a Associação Desportiva e Recreativa União e a Associação Académica de Timor, todos em Díli, e o Clube de Football C. A. F. E., na Ermera.

Os três primeiros clubes indicados têm edifícios próprios para as suas sedes, onde periòdicamente são realizadas festas e bailes.

Ainda existe em Díli o Centro de Vela da Mocidade Portuguesa e está criado o Aero-Clube de Timor.

RÁDIO E IMPRENSA

A Emissora de Radiodifusão de Timor, trabalhando em 91,78 metros, emite diàriamente programas recreativos, culturais e noticiosos, em português e em tétum. Instalada, inicialmente, em Setembro de 1959, na torre da aerogare de Díli,

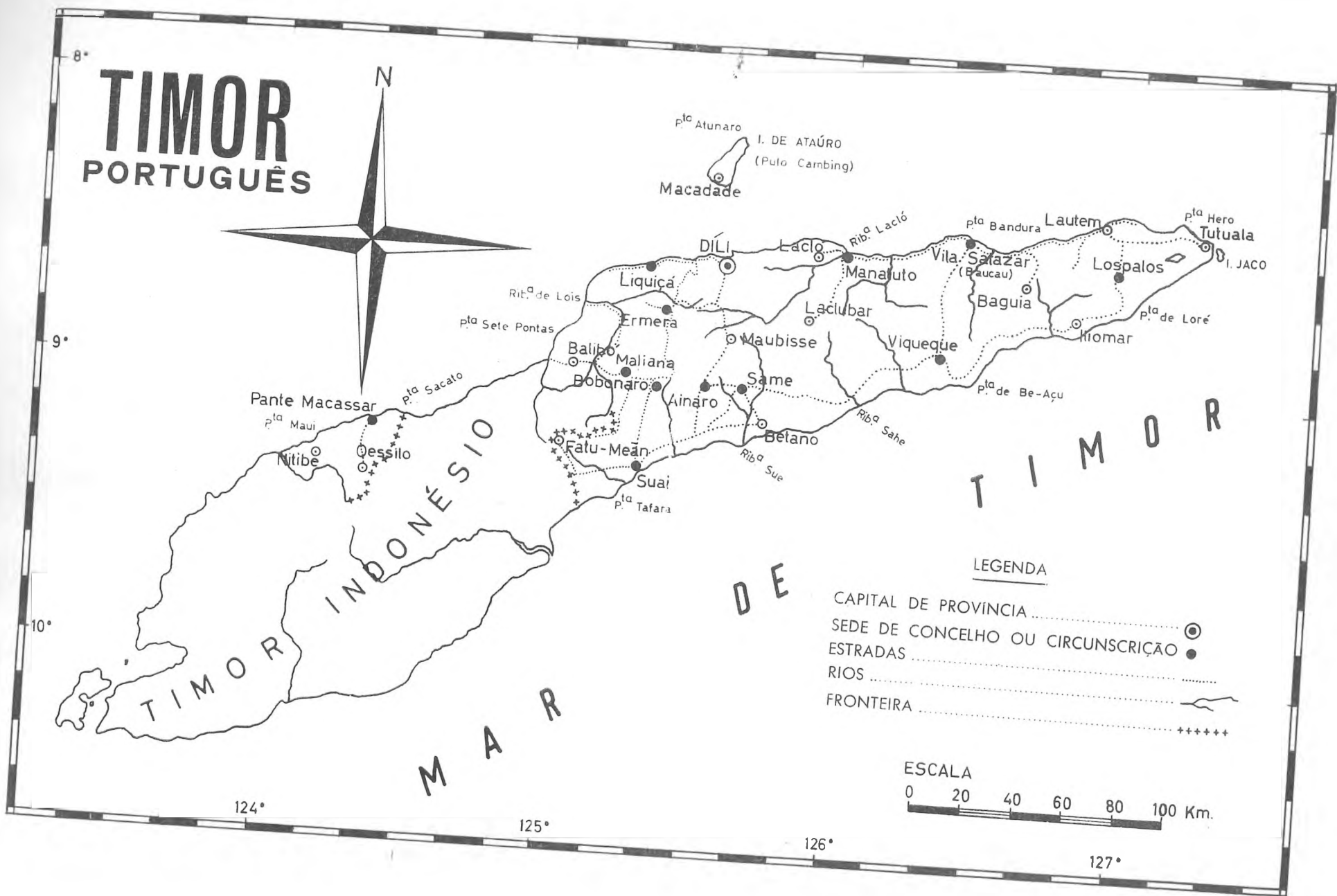
passou depois, em Março de 1963, para edifício próprio.

O número anual de horas de emissão aumentou gradualmente de 62 em 1959, para 2492 em 1968.

A imprensa da província compreende, além do Boletim Oficial, semanal, o jornal semanário «A Voz de Timor» e a revista bimestral «Seara».

ZONA FRANCA DE BAUCAU

Em Baucau, no aeroporto internacional, funciona uma zona franca — *free store* —, destinada a servir os turistas que largam Timor e os nacionais que abandonam a província por via aérea, com artigos regionais, nacionais e de outras origens, em especial japoneses, isentos de quaisquer direitos alfandegários.

TIMOR
PORTUGUÊS
N
Pta Atunaro
I. DE ATAÚRO
(Pulo Cambing)
Macadade
DÍLI
Laclo
Ribª Lacló
Pta Bandura
Lautem
Pta Hero
Tutuala
I. JACO
Vila Salazar
(Baucau)
Manatuto
Lospalos
Baguia
Liquiçá
Ribª de Lois
Ermera
Laclubar
Pta de Loré
Pta Sete Pontas
Maubisse
Iliomar
Balibo
Viqueque
Maliana
Same
Bobonaro
Pta de Be-Açu
Ainaro
Pante Macassar
Pta Sacato
Pta Maui
Betano
Ribª Sahe
Nitibe
Oessilo
Fatu-Mean
Suai
Ribª Sue
Pta Tafara
TIMOR INDONÉSIO
MAR DE TIMOR
LEGENDA
CAPITAL DE PROVÍNCIA
SEDE DE CONCELHO OU CIRCUNSCRIÇÃO
ESTRADAS
RIOS
FRONTEIRA
ESCALA
0 20 40 60 80 100 Km.
8°
9°
10°
124°
125°
126°
127°

LISTA DOS GOVERNADORES DE TIMOR

Nesta lista não se mencionam as autoridades representativas do poder real em Timor até ao fim do século XVII, pois que, até então, ou só os missionários davam nota da presença de Portugal na ilha, ou a autoridade não tinha ainda a categoria de governador ou idêntica.

Os anos indicados na relação mostram a duração de cada governo, mas para os governadores interinos e encarregados de governo não se referem datas.

1702-1705 — António Coelho Guerreiro.
— Lourenço Lopes.
1706-1708 — Manuel Ferreira de Almeida.
1708-1709 — Jácome de Morais Sarmento.
1709-1713 — Manuel de Sotto Mayor.
1713-1718 — Domingos da Costa.
1718-1720 — Francisco de Melo e Castro.
— Frei Manuel de Santo António.
1722-1725 — António de Albuquerque Coelho.
1725-1729 — António Moniz de Macedo.
1729-1731 — Pedro de Melo.

1731-1734 — Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro.

1734-1739 — António Moniz de Macedo (2.ª vez).

— João Hornay e Frei Jacinto da Conceição.

1742-1746 — Francisco Xavier Doutel.

1746-1749 — Manuel Correia de Lacerda.

1750-1756 — Manuel Doutel de Figueiredo Sarmento.

1756-1758 — Sebastião de Azevedo e Brito.

— Frei Jacinto da Conceição, Vicente Ferreira de Carvalho e outro.

— Vicente Ferreira de Carvalho.

— Francisco Hornay.

1760-1766 — Dionísio Gonçalves Rebelo Galvão.

— Frei António de S. Boaventura e José Rodrigues Pereira.

1768-1776 — António José Teles de Meneses.

1776-1779 — Caetano de Lemos Telo de Meneses.

1779-1782 — Lourenço de Brito Correia.

1782-1785 — José Anselmo de Almeida Soares.

1785-1788 — João Baptista Vieira Godinho.

1788-1790 — Feliciano António Nogueira Lisboa (Cap.-tenente).

1790-1794 — Joaquim Xavier de Morais Sarmento (Ten.-coronel).

1794-1800 — João Baptista Vesquaim (Cap.-de-mar-e-guerra).

1800-1804 — José Joaquim de Sousa (Cap.-de-mar-e-guerra).

1804-1807 — João Vicente Soares da Veiga (Cap.-de-mar-e-guerra).

1807-1810 — António de Mendonça Corte-Real (Ten.-coronel).

1810 — António Botelho Homem Bernardes Pessoa (Cap.-tenente).

— Frei José da Anunciação, Gregório Rodrigues Pereira e Joaquim António Veloso (Ten.-coronel).

1812-1815 — Vitorino Freire da Cunha Gusmão (Cap.-de-mar-e-guerra).

1815-1819 — José Pinto Alcoforado de Azevedo e Sousa (Ten.-coronel).

— António Caetano Dinis, Gregório Rodrigues Pereira e Frei Bartolomeu Pereira.

1821-1832 — Manuel Joaquim de Matos Góis (Cap.-de-fragata).

1832 — Miguel da Silveira Lorena (Tenente).

— Frei Vicente Ferreira Varela, José Pereira de Azevedo (Ten.-coronel) e Francisco Inácio de Seabra.

1834-1839 — José Maria Marques (Tenente).

1839-1844 — Frederico Leão Cabreira (Ten.-coronel).

1844-1848 — Julião José da Silva Vieira (Coronel).

1848-1851 — António Olavo Monteiro Torres (Cap.-tenente).

1851-1852 — José Joaquim Lopes de Lima (Cap.-de-mar-e-guerra).

1852-1856 — Manuel de Saldanha da Gama (Capitão).

1856-1859 — Luís Augusto de Almeida Macedo (Ten.-coronel).

1859-1863 — Afonso de Castro (Capitão).

1863-1864 — José Manuel Pereira de Almeida (Capitão).

1864-1866 — José Eduardo da Costa Meneses.

1866-1869 — Francisco Teixeira da Silva (Cap.-de-fragata).

— António Joaquim Garcia (Capitão).

1870-1871 — João Clímaco de Carvalho (Cap.-tenente da Armada).

— Manuel de Castro Sampaio (Capitão).

1873-1876 — Hugo Goodair de Lacerda Castel-Branco (Major).

1876-1878 — Joaquim António da Silva Ferrão (Capitão).

— José Alves da Costa (Capitão).

1878-1880 — Hugo Goodair de Lacerda Castel-Branco (2.ª vez).

1880-1881 — Augusto César Cardoso de Carvalho (Cap.-ten. da Armada).

— José dos Santos Vaquinhas (Major).

1882-1883 — Bento da França Pinto de Oliveira (Capitão).

— Porfírio Zeferino de Sousa (Capitão).

— Francisco de Paula da Luz (Major).

1883-1885 — João Maria Pereira (Capitão).

— Cipriano Forjaz (Capitão).

1885-1887 — Alfredo Lacerda Maia (Cap.-ten. da Armada).

— Adriano Augusto do Rego (Capitão).

— António Joaquim Garcia (Coronel).

1887-1888 — António Francisco da Costa (Major).

1888-1890 — Rafael Jácome Lopes de Andrade (Cap.-ten. da Armada).

— Porfírio Zeferino de Sousa.

1891-1894 — Cipriano Forjaz (Major).

— Porfírio Zeferino de Sousa.

1894-1908 — José Celestino da Silva (Ten.-coronel).

— Jaime Augusto Vieira da Rocha (Capitão).

1908-1909 — Eduardo Augusto Marques (Capitão).

— Gonçalo Pereira Pimenta de Castro (Capitão).

1910 — Alfredo Cardoso Soveral Martins (Ten. da Armada).
— Anselmo Augusto Coelho de Carvalho (Capitão).
— José Carrazedo de Sousa Caldas Viana e Andrade (Capitão).

1911-1917 — Filomeno da Câmara Melo Cabral (Ten. da Armada).
— César Augusto Rocha Abreu.
— José Machado Duarte Júnior (Capitão).
— Luís Augusto de Oliveira Franco (Capitão).
— Manuel José de Meneses Fernandes Costa.

1919-1921 — Manuel Paulo de Sousa Gentil (Cap.-ten. da Armada).
— José de Paiva Gomes (Major médico).
— Manuel José de Meneses Fernandes Costa.
— Humberto dos Santos Leitão (Ten. da Armada).
— José de Paiva Gomes (Major médico).
— Humberto dos Santos Leitão.

1924-1926 — Raimundo Enes Meira (Coronel).
— Eduardo Rodrigues Areosa Feio (Capitão).

1926-1928 — Teófilo Duarte (Tenente).

1928-1929 — Abel Teixeira da Costa Tavares (Coronel médico).

1929-1930 — Cesário Augusto de Almeida Viana (Coronel).
— Abel Teixeira da Costa Tavares.

1930-1933 — António Baptista Justo (Coronel).
— Miguel dos Mártires Dias.
— José de Fontoura Sequeira (Capitão).

1934-1936 — Raul de Antas Manso Preto Mendes Cruz (Major).

— Eduardo Berardo Lapido Loureiro (Capitão).

1937-1939 — Álvaro Eugénio Neves da Fontoura (Maj.).

— António Jacinto Magro (Capitão).

1940-1945 — Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho (Capitão).

1945-1950 — Óscar Freire de Vasconcelos Ruas (Cap.).

— António da Cunha Aragão (Cap.-tenente).

— Arnaldo Dionísio Carneiro de Sousa e Meneses (Major).

1950-1958 — César Maria de Serpa Rosa (Capitão).

— Manuel Albuquerque Gonçalves de Aguiar (Ten.-coronel).

1959-1963 — Filipe José Freire Themudo Barata (Ten.-coronel).

— Francisco António Pires Barata (Brigadeiro).

1963-1968 — José Alberty Correia (Coronel).

— Manuel Fernandes (Juiz).

1968 — José Nogueira Valente Pires (Brigadeiro).

PEQUENA BIBLIOGRAFIA

Não é grande a lista bibliográfica de obras relativas a Timor, e muitos artigos especializados estão dispersos em revistas e colectâneas diversas.

Como um primeiro guia para o leitor apresenta-se aqui uma série de livros de mais fácil obtenção para consulta. Alguns deles incluem bibliografias mais completas e suficientes para uma melhor elucidação.

FELGAS, Hélio A. Esteves — *Timor Português*. Agência-Geral do Ultramar. Lisboa, 1956.

FELGAS, Hélio A. Esteves — *Problemas de Política Social na Província Portuguesa de Timor*. Lisboa, 1955.

SÁ, Artur de — *Timor*. Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, 1952.

MORAIS, Faria de — *Solor e Timor*. Agência-Geral das Colónias. Lisboa, 1943.

LEITÃO, Humberto — *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa, 1948.

LEITÃO, Humberto — *Vinte e Oito Anos de História de Timor (1698 a 1725)*. Agência-Geral do Ultramar. Lisboa, 1952.

LENCASTRE, Júlio Garcez — *Timor, Padrão do Império*. Porto, 1934.

LENCASTRE, Júlio Garcez — *Monografia de Timor*. Lisboa, 1931.

VASCONCELOS, Frazão de — *Timor, Subsídios Históricos*. Agência-Geral das Colónias. Lisboa, 1937.

DUARTE, Teófilo — *Timor*. Agência-Geral das Colónias. Lisboa, 1943.

DUARTE, Teófilo — *Ocupação e Colonização Branca de Timor*. Porto, 1944.

BOXER, C. R. — *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na Época da Restauração. 1640-1668*. Macau, 1940.

BOXER, C. R. — *O Coronel Pedro de Mello e a Sublevação Geral de Timor em 1729-1731*. Macau, 1937.

CORREIA, António Pádua — *Timor. O Governo do General Celestino da Silva*. Lisboa, 1911.

CASTRO, Gonçalo Pimenta de — *Timor. Subsídios para a Sua História*. Lisboa, 1944.

CASTRO, A. Osório de — *A Ilha Verde e Vermelha de Timor*. Agência-Geral das Colónias. Lisboa, 1943.

OLIVEIRA, Luna de — *Timor na História de Portugal*. Agência--Geral do Ultramar. Lisboa, 1949-52. 3 vol.

CORREIA, Armando Pinto — *Timor de Lés a Lés*. Agência-Geral das Colónias. Lisboa, 1944.

CORREIA, Armando Pinto — *Gentio de Timor*. Lisboa, 1934.

MARTINHO, José S. — *Timor. Quatro Séculos de Colonização Portuguesa*. Livraria Progredior. Porto, 1943.

MARTINHO, José S. — *Vida e Morte do Régulo Timorense D. Aleixo* (Colecção Pelo Império). Agência-Geral das Colónias. Lisboa, 1947.

MARTINHO, J. A. — *Os Portugueses no Oriente. Elementos para a História da Ocupação de Timor* (1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo). Agência-Geral das Colónias. Lisboa, 1938.

LIBERATO, António Oliveira — *O Caso de Timor*. Portugália Editora. Lisboa, 1947.

SOARES, Firmino António — *O Clima e o Solo de Timor. Suas Relações com a Agricultura* (Estudos, Ensaios e Documentos, n.º 34). Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1957.

GAGEONNET, Robert e LEMOINE, Marcel — *Contribution à la Connaissance de la Géologie de la Province Portugaise de Timor* (Estudos, Ensaios e Documentos, n.º 48). Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1958.

CINATTI, Ruy (Vaz Monteiro Gomes) — *Esboço Histórico do Sândalo no Timor Português*. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1951. Esgotado.

——— *Investigações Botânicas em Timor*. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1951.

——— *Esboço Preliminar das Formações Florestais no Timor Português*. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1951.

——— *Vocabulário Indígena de Algumas Plantas Timorenses*. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa, 1954.

——— *As Pinturas Rupestres de Timor. In* «Colóquio». Lisboa, Abril de 1963.

——— *Brevíssimo Tratado da Província de Timor. In* «Revista Shell» n.º 346. Lisboa, 1954.

——— *Tipos de Casas Timorenses e um Rito de Consagração. In* «Actas do Congresso Internacional de Etnografia», 1963. Lisboa, 1965.

——— *Useful Plants in Portuguese Timor — An Historical Survey. In* «Actas do Colóquio Luso-Brasileiro. Coimbra, 1965.

——— *A Pescaria da Bé-Malai. Mito e Ritual. In* «Geographica» n.º 1. Lisboa, 1965.

FONTOURA, Álvaro da — *O Trabalho Indígena em Timor*. Agência-Geral das Colónias. Lisboa, 1942.

CORRÊA, António A. Mendes — *Timor Português. Contribuições para o Seu Estudo Antropológico*. Imprensa Nacional. Lisboa, 1944.

MAGALHÃES, António Leite de — *Memória Descritiva dos Recursos Agrícolas da Possessão Portuguesa de Timor*. Díli, 1909.

FERNANDES, J. A. — *Timor. Impressões e Aspectos*. Porto, 1923.

FRANÇA, Bento da — *Timor* (Biblioteca do Povo e das Escolas). Lisboa, 1891.

SILVA, José Gomes da — *Em Timor: As Pesquisas na Região Aurífera. O Combate de Aiassa. O Serviço de Saúde*. Macau, 1892.

MORA, Damas — *Águas Sulfurosas de Timor*. Lisboa, 1911.

BRANCO, José Emídio da Cunha Castel — *Província de Timor. Informações Relativas aos Jazigos de Petróleo e à Agricultura*. Lisboa, 1915.

SANTOS, Paulo Emílio Cavique — *Flora de Macau e Timor*. Lisboa, 1934.

FERNANDES, P.[e] Abílio José — *Missão em Timor (1561-1931)*. Macau, 1931.

CAMPOS, Correia — *Mitos e contos do Timor Português*. Agência-Geral do Ultramar, 1967.

PASCOAL, Ezequiel Enes — *A alma de Timor vista na sua fantasia. Lendas, fábulas e contos*. 1967.

ÍNDICE

Pág.

GRÁFICA IMPERIAL, LDA.